



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Ciências Sociais – ICS**  
**Departamento de Estudos Latino-Americanos**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas**

**Cultura Política Comparada:**  
**Populismo Autoritário na Argentina e no Brasil no Século XXI**

**OSVALDO LEANDRO GABIATI**

Brasília, março de 2022



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Ciências Sociais – ICS**  
**Departamento de Estudos Latino-Americanos**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas**

**TESE DE DOUTORADO**

**Cultura Política Comparada:  
Populismo Autoritário na Argentina e no Brasil no Século XXI**

OSVALDO LEANDRO GABIATI

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Camilo Negri – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas / Universidade de Brasília (Orientador)

Prof. Dr. Daniel Bin – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas / Universidade de Brasília (Membro interno)

Prof. Dr. Bruno Sadeck – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política / Universidade Federal de Pelotas (Membro externo)

Prof. Dr. Flávio Marcelo Busnello – Departamento de Economia e Relações Internacionais / Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Moisés Balestro / Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas / Universidade de Brasília (Membro Suplente)

Brasília, março de 2022

OSVALDO LEANDRO GABIATI

**Cultura Política Comparada:  
Populismo Autoritário na Argentina e no Brasil no Século XXI**

Tese apresentada ao Departamento de Estudos Latino-Americanos, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação do Professor Dr. Camilo Negri.

Brasília, março de 2022

*A mi vieja, Margarita Giacomotti, por las oraciones, las velas en los parciales, el mate cocido y su compañía en las madrugadas de estudio durante la graduación. Todo esto empezó con ella llevándome en bicicleta al jardín de infantes del barrio (In Memoriam).*

*A mi viejo, Osvaldo Gabiati, que acompañó todo este proceso a distancia, alentando e incentivando siempre, y que hoy está viviendo este momento como yo lo estoy.*

Dedico esta tese também à minha sogra, Dona Isabel dos Reis, enfermeira, servidora pública e militante defensora do SUS, por ter sempre incentivado a minha continuidade na carreira acadêmica (*In Memoriam*).

À Renata Gabiati, María Fernanda Gabiati e Anna Augusta Gabiati, que souberam entender anseios, angústias e sacrifícios inerentes à realização de um doutorado. Prometo compensar.

## AGRADECIMENTOS

Difícil agradecer e não esquecer de ninguém quando fazemos isso de forma nominal, pois houve apoio e colaboração de todos os tipos, de forma direta ou indireta, seja no plano acadêmico, seja no plano humano. Se algum nome não foi devidamente citado, peço antecipadamente as devidas desculpas.

Obrigatório iniciar os agradecimentos pelo orientador desta tese, Professor Camilo Negri, pessoa que aportou ideias e sugestões fundamentais tanto para iniciar a pesquisa como também para poder avançar a cada entrave encontrado no desenvolvimento do trabalho. Ele cumpriu essa tarefa com o equilíbrio certo ao marcar rumos, mas dar ao mesmo tempo uma autonomia importante em cada decisão tomada pelo pesquisador. No plano da contenção emocional, o Professor Camilo Negri também soube aportar toda a sua vivência acadêmica e humana, ajudando a manter o foco nos momentos mais desafiadores do processo de pesquisa e de escrita da tese.

Necessário registrar o agradecimento aos membros da banca examinadora, professores doutores Daniel Bin, Bruno Sadeck e Flávio Marcelo Busnello, pela leitura atenta e as contribuições sugeridas, que foram incorporadas após a aprovação do trabalho, ajudando a aperfeiçoar a presente pesquisa.

Agradeço também aos professores do Departamento de Estudos Latino-Americanos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas da Universidade de Brasília, especialmente àqueles com os quais tive a fortuna de cursar suas matérias: Professora Simone Rodrigues, Professor Leonardo Cavalcanti, Professora Rebecca Lemos Igreja, Professor Cristhian Teófilo da Silva, ao já citado Professor Camilo Negri, e à Professora Débora Messenberg, do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Todos eles, a partir de uma rica diversidade acadêmica, aportaram fundamental referencial teórico com o olhar da América Latina para poder avançar com maior segurança na elaboração desta tese.

Deixo o reconhecimento aqui também aos membros da banca de qualificação, Professor Henrique Carlos de Oliveira Castro – referência acadêmica no Brasil quando o

assunto é cultura política –, e Professor Pedro Henrique de Moraes Cicero, uma vez que ambos contribuíram com sugestões e encaminhamentos relevantes para poder avançar na construção inicial do projeto de pesquisa.

Um reconhecimento especial para toda a equipe da Secretaria do Departamento de Estudos Latino-Americanos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, em nome de Cecília Souza – “Santa Cecília” –, pois, sem os alertas e orientações no tocante à complexa burocracia e prazos da UnB, teria sido impossível chegar até o presente momento de defesa da tese. Obrigatório citar também à Raquel Maciel dos Reis que, junto com a Cecília, estiveram sempre prestativas e dispostas a ajudar na resolução constante de pendências do corpo discente. Muito obrigado!

Um agradecimento especial aos colegas da turma de 2017 do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), grupo que teve uma ligação quase que natural no início do doutorado, dando lugar à construção de amizades presentes ainda hoje, depois do fim da cursada de matérias: Marília, Meire, Samira, Débora, Nelson, Victor, Lorena, Jairo, Claudia, Pedro, Nathalia, Karin, Susana, Marina, Carolina, Marie, Adriana, Felipe, Lucas e Kaithy. Obrigado pelos debates constantes, tão ricos e diversos ao ter colegas com diferentes formações acadêmicas e origens geográficas, seja da América Latina, seja de outras partes do mundo. Logicamente, tudo sempre se encerrava nos bares da Asa Norte, próximos ao Campus da UnB. O incentivo e contenção do grupo fez toda a diferença nas horas de pessimismo e incertezas, principalmente durante a fase de elaboração da tese. Houve convívio muito positivo também com colegas de outras turmas, a quem agradeço em nome do amigo Richard Santos, hoje docente da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Agradeço também aos amigos professores doutores Matías Franchini (Universidad del Rosario/Bogotá), Ana Carolina Mauad (Universidad del Rosario/Bogotá) e Juliano Cortinhas (Universidade de Brasília), que, de alguma forma, se transformaram num incentivo para tomar a decisão de avançar com o doutorado, passada quase uma década da conclusão do mestrado em ciência política na UnB.

Obrigatório agradecer ao amigo Cleiton dos Santos Araújo, que ofereceu apoio constante, conhecimento e bibliografia fundamental para abordar o período de formação

do Brasil relativo aos “pensadores autoritários”. Agradeço também ao amigo e professor Leonardo Barreto, constantemente preocupado e atento ao andamento desta tese, sabendo que a variável tempo é sempre traiçoeira para quem tem que conjugar a atividade acadêmica a outras obrigações profissionais.

Em nome dos diretores Marcelo Moraes e Gisele Teles e da coordenadora Bianca Gontijo, agradeço a todos os colegas da DOMINIUM Consultoria – aos presentes e aos que passaram pela organização –, pois, de alguma forma, souberam entender a dificuldade de conciliar o doutorado com a rotina cotidiana dentro da empresa. Essa concessão e compreensão ajudaram muito a manter a tranquilidade para poder focar nas atividades acadêmicas quando necessário.

É uma honra ter desenvolvido todo um ciclo de conhecimento no âmbito da educação pública, passando pelo jardim de infância, o ensino básico, o ensino médio no *Colegio Nacional de San Isidro*, a graduação em ciência política na *Universidad de Buenos Aire (UBA)*, o mestrado em ciência política na Universidade de Brasília (UnB), até chegar ao presente doutorado no ELA/UnB. A cada professora e professor e a todos os funcionários públicos que, de alguma maneira, fizeram parte desse ciclo, fica aqui registrado o reconhecimento e agradecimento.

Aos meus pais, Margarita Giacomotti e Osvaldo Gabiati, que, apesar de não terem avançado no caminho acadêmico, fizeram todo tipo de esforço e sacrifício para dar condições de estudo aos filhos. Não há como agradecer com palavras. Só espero poder ter compensado até aqui, de alguma forma, toda essa dedicação e amor. Não posso esquecer também das irmãs Lila e Luciana Gabiati e dos sobrinhos Bautista, Valentino, Santina, Juanita, Juan Martín e Salvador.

Por último, e mais importante, agradeço com o coração cheio à minha companheira e esposa, Renata Gabiati, que, junto com as nossas filhas, María Fernanda Gabiati e Anna Augusta Gabiati, me ampararam e me acolheram nesse desafio que foi encarar o doutorado. Obrigado pela paciência e pela parceria. Como mencionei acima, na dedicatória, prometo compensar o quanto antes.

## RESUMO

GABIATI, Osvaldo Leandro. *Cultura Política Comparada: Populismo Autoritário na Argentina e no Brasil no século XXI*. 2022. 187 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Brasília, 2022.

A presente tese apresenta um questionamento simples e objetivo: por que houve espaço político para o avanço de uma direita mais radical e populista no Brasil e não na Argentina? Para tentar responder a esse questionamento, surge a seguinte hipótese: com uma cultura política mais democrática, o caso argentino apresenta-se como menos propício ao surgimento de lideranças populistas radicalizadas, enquanto o caso brasileiro, com uma cultura política menos democrática, é mais susceptível à ascensão desse tipo de liderança populista autoritária. Tal proposta dá-se no contexto das discussões acadêmicas recentes em torno da ascensão de políticos e governantes populistas autoritários de direita e a potencial ameaça que eles representam para as democracias liberais. Todas as abordagens da literatura dominante, entretanto, tomam sempre como referência as democracias liberais da Europa e dos Estados Unidos, modelos normativos e paradigmáticos que deveriam ser seguidos por outras democracias, ignorando particularidades políticas e históricas de regiões diferentes. Dentre essas abordagens, destaca-se a teoria da cultura política promovida por Ronald Inglehart, que explica a consolidação de valores democráticos a partir das condições materiais da sociedade. Com base numa reflexão crítica, mas ao mesmo tempo construtiva da cultura política, opta-se por introduzir elementos histórico-sociais locais e regionais como alternativa para oferecer elementos metodológicos com o objetivo de anular o caráter normativo e etnocentrista dessa construção teórica, combinando dados quantitativos sobre comportamento político presente e dados qualitativos do passado baseados em evidências aportadas pela história e a sociologia. Tal ação permitiu resgatar aspectos relevantes da cultura política argentina e brasileira com base nas suas respectivas experiências históricas – incluindo elementos como escravidão, racismo, patriarcalismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade e violência –, situação que possibilitou não só observar uma diferença importante em relação às democracias dos países desenvolvidos, como também no tocante à maior presença de traços autoritários no caso brasileiro, variável importante para entender justamente o espaço político que possibilita o surgimento ou não de lideranças populistas autoritárias. Ao avançar na análise de dados quantitativos referentes ao comportamento político de argentinos e brasileiros, os números apresentados reforçaram a percepção obtida a partir da análise qualitativa, vez que foi observado um paralelismo nos casos da Argentina e do Brasil no tocante ao contexto conjuntural de insatisfação geral com a democracia e suas principais instituições políticas – incluindo governos, parlamentos e partidos políticos, por exemplo. No entanto, essa realidade não levou a sociedade argentina a optar por um governo de viés autoritário, realidade que contrasta com o caso brasileiro e a chegada ao poder de um presidente de extrema-direita com clara postura autoritária. Apesar de ser observada uma posição de defesa da democracia como valor político relevante em ambas as sociedades, questões vinculadas a indicadores de comportamento autoritário indicaram que a sociedade brasileira demonstrou ser mais propensa a esse tipo de postura, sendo menos democrática ao ser comparada com o caso argentino, confirmando, assim, a hipótese colocada no início da tese.



## RESUMEN

GABIATI, Osvaldo Leandro. *Cultura Política Comparada: Populismo Autoritario en Argentina y Brasil en el siglo XXI*. 2022. 187 p. Tese (Doctorado) – Instituto de Ciencias Sociales, Programa de Postgrado en Estudios Comparados sobre las Américas, Brasilia, 2022.

Esta tesis plantea una pregunta simple y objetiva: ¿Por qué hubo espacio político para el avance de una derecha más radical y populista en Brasil y no en Argentina? Para tratar de responder a esta pregunta surge la siguiente hipótesis: con una cultura política más democrática, el caso argentino se presenta como menos favorable al surgimiento de líderes populistas radicalizados, mientras que el caso brasileño, con una cultura política menos democrática, es más susceptible al surgimiento de este tipo de liderazgo populista autoritario. Tal propuesta se da en el contexto de debates académicos recientes sobre el surgimiento de políticos y gobernantes populistas autoritarios de derecha y la amenaza potencial que ellos representan para las democracias liberales. Todos los enfoques en la literatura dominante, sin embargo, siempre tienen como referencia a las democracias liberales de Europa y Estados Unidos, modelos normativos y paradigmáticos que deberían ser seguidos por otras democracias, ignorando las particularidades políticas e históricas de otras regiones. Entre estos enfoques destaca la teoría de la cultura política defendida por Ronald Inglehart, que explica la consolidación de los valores democráticos a partir de las condiciones materiales de la sociedad. A partir de una reflexión crítica, pero a la vez constructiva de la cultura política, se opta por introducir elementos histórico-sociales locales y regionales como alternativa para ofrecer elementos metodológicos con el objetivo de anular el carácter normativo y etnocentrista de esta construcción teórica, combinando datos cuantitativos sobre el comportamiento político actual, sumados a datos cualitativos del pasado, basados en evidencia proporcionada por la historia y la sociología. Esta acción permitió rescatar aspectos relevantes de la cultura política argentina y brasileña a partir de sus propias experiencias históricas – incluyendo elementos como esclavitud, racismo, patriarcalismo, patrimonialismo, corrupción, desigualdad y violencia –, situación que permitió observar una diferencia importante cuanto a las democracias de los países desarrollados, y también en relación a la mayor presencia de rasgos autoritarios en el caso brasileño, variable importante para entender precisamente el espacio político que posibilita o no el surgimiento de líderes populistas autoritarios. Al avanzar en el análisis de datos cuantitativos referentes al comportamiento político de argentinos y brasileños, los números presentados reforzaron la percepción obtenida del análisis cualitativo, ya que se observó un paralelismo en los casos de Argentina y Brasil en relación al contexto coyuntural de insatisfacción general con la democracia y sus principales instituciones políticas – incluyendo gobiernos, parlamentos y partidos políticos, por ejemplo. Sin embargo, esta realidad no llevó a la sociedad argentina a optar por un gobierno con tendencia autoritaria, realidad que contrasta con el caso brasileño y la llegada al poder de un presidente de extrema derecha con una clara postura autoritaria. A pesar de una posición de defensa de la democracia como valor político relevante en ambas sociedades, cuestiones vinculadas a indicadores de comportamiento autoritario indican que la sociedad brasileña se muestra más proclive a este tipo de posturas, siendo una sociedad menos democrática en comparación con el caso argentino, confirmando la hipótesis planteada por la tesis.

## ABSTRACT

GABIATI, Osvaldo Leandro. *Comparative Political Culture: Authoritarian Populism in Argentina and Brazil in the 21st Century*. 2022. 187 p. Thesis (Doctoral) – Institute of Social Sciences, Postgraduate Program in Comparative Studies on the Americas, Brasília, 2022.

This thesis presents a simple and objective question: why was there political space for the advancement of more radical and populist right regimes in Brazil and not in Argentina? To try to answer this question, the following hypothesis arises: with a more democratic political culture, the Argentine case presents itself as less favorable to the emergence of radicalized populist leaders, while the Brazilian case, with a less democratic political culture, is more susceptible to rise of this type of authoritarian populist leadership. Such a proposal takes place in the context of recent academic discussions around the rise of right-wing authoritarian populist politicians and rulers and the potential threat they pose to liberal democracies. All approaches in the dominant literature, however, always take as reference the liberal democracies of Europe and the United States, having their normative and paradigmatic models that should be followed by other democracies, ignoring the political and historical particularities of different regions. Among these approaches, the theory of political culture promoted by Ronald Inglehart stands out, which explains the consolidation of democratic values based on the material conditions of society. Based on a critical, but at the same time constructive, reflection of political culture, the option is to introduce local and regional social-historical elements as an alternative to offer methodological elements to nullify the normative and ethnocentric character of this theoretical construction, combining quantitative data on present political behavior and qualitative data from the past based on evidence provided by history and sociology. This method made it possible to retrieve relevant aspects of Argentine and Brazilian political culture based on their own historical experiences – including elements such as slavery, racism, patriarchy, patrimonialism, corruption, inequality, and violence –, a landscape that made it possible to observe an important difference regarding the democracies of developed countries, as well as concerning the greater presence of authoritarian traits in the Brazilian case, an important variable to understand precisely the political space that allows the emergence or not of authoritarian populist leaders. When advancing in the analysis of quantitative data regarding the political behavior of Argentines and Brazilians, the numbers presented reinforced the perception conveyed from the qualitative analysis, once a parallelism was observed in the cases of Argentina and Brazil regarding the historical context of general dissatisfaction with democracy and its main political institutions – including governments, parliaments, and political parties, for example. However, this reality did not lead Argentine society to opt for an authoritarian government, a reality that contrasts with the Brazilian case and the coming to power of a far-right president with a clear authoritarian stance. Even though the defense of democratic values as a relevant political value can be seen in both societies, issues linked to indicators of authoritarian behavior demonstrated that Brazilian society proved to be more prone to this type of posture, being less democratic when compared to the Argentine case, thus confirming the hypothesis put forward at the beginning of this thesis.

## LISTA DE TABELAS

|                |     |
|----------------|-----|
| Tabela 1.....  | 137 |
| Tabela 2.....  | 138 |
| Tabela 3.....  | 138 |
| Tabela 4.....  | 139 |
| Tabela 5.....  | 140 |
| Tabela 6.....  | 141 |
| Tabela 7.....  | 141 |
| Tabela 8.....  | 143 |
| Tabela 9.....  | 143 |
| Tabela 10..... | 144 |
| Tabela 11..... | 145 |
| Tabela 12..... | 145 |
| Tabela 13..... | 146 |
| Tabela 14..... | 147 |
| Tabela 15..... | 148 |
| Tabela 16..... | 149 |
| Tabela 17..... | 149 |
| Tabela 18..... | 150 |
| Tabela 19..... | 153 |
| Tabela 20..... | 154 |
| Tabela 21..... | 154 |
| Tabela 22..... | 155 |
| Tabela 23..... | 156 |
| Tabela 24..... | 157 |
| Tabela 25..... | 157 |

## LISTA DE SIGLAS

- APRA – *Aliança Popular Revolucionária Americana*
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- CONADEP – *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*
- IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
- LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- NOS – Partido político argentino cujo nome evoca a primeira palavra do preâmbulo da Constituição: “Nós os representantes do povo...”
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRO – Proposta Republicana
- PSL – Partido Social Liberal
- PT – Partido dos Trabalhadores
- UCR – Unión Cívica Radical
- UFF – Universidade Federal Fluminense
- USP – Universidade de São Paulo
- VOX – Partido político espanhol cuja sigla procede do latim “voz”
- WVS – World Values Survey

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>Introdução</b> .....  | 15  |
| 1. O tema.....   | 15  |
| 1.1. O debate das ameaças à democracia no século XXI.....  | 17  |
| 1.2. Problema e hipótese.....  | 27  |
| 2. Abordagem teórica.....  | 30  |
| 2.1. Cultura política.....   | 30  |
| 2.2. Estabilidade democrática.....   | 32  |
| 2.3. Cultura cívica.....   | 34  |
| 2.4. Populismo.....  | 36  |
| 3. Metodologia.....  | 38  |
| 3.1. Apontamentos à teoria do desenvolvimento humano.....  | 38  |
| 3.2. Metodologia comparativa.....  | 44  |
| 4. Disposição dos capítulos.....   | 45  |
| <br>   |     |
| <b>Capítulo I - A epistemologia do conceito de populismo na América Latina</b> .....                       | 47  |
| 1. O conceito populismo na visão da teoria da modernização.....  | 47  |
| 1.2. O conceito de populismo na visão do historicismo.....   | 62  |
| 1.3. Laclau e a revolução epistemológica da “Razão Populista”.....   | 67  |
| 1.4. Laclau e o risco autoritário de um projeto de democracia radical.....                                 | 75  |
| 1.5. Populismo, extrema-direita e déficit democrático.....   | 81  |
| <br>   |     |
| <b>Capítulo II – O autoritarismo como marca da cultura política na Argentina e no Brasil</b> .....         | 87  |
| 1.1. Origens da cultura política na Argentina e no Brasil.....   | 87  |
| 2. O legado colonialista: conquista violenta, latifúndio e escravatura.....                                | 89  |
| 3. Projetos de nação: a preponderância de interesses conservadores e Patrimonialistas.....                 | 100 |
| 3.1. Sarmiento x Alberdi: liberalismo conservador e bases da educação pública argentina no século XIX..... | 109 |
| 3.2. O pensamento político autoritário brasileiro no século XX.....  | 114 |
| 4. Ditaduras militares, violência política e terrorismo de Estado.....                                     | 120 |

|  |     |
|--|-----|
| 5. Transições democráticas e militares no período pós-autoritário.....               | 123 |
| 5.1. Controle civil, prerrogativas e autonomia das Forças Armadas na democracia..... | 126 |
| 6. Conclusões sobre cultura política e autoritarismo.....                            | 129 |

**Capítulo III – Comportamento político na Argentina e no Brasil:**

|  |            |
|--|------------|
| <b>populismo autoritário no século XXI.....</b>                                  | <b>133</b> |
| 1. Dados.....  | 134        |
| 2. Comportamento sobre aspectos gerais da política e instituições políticas..... | 136        |
| 2.1. Interesse e participação política.....                                      | 136        |
| 2.2. Confiança nas instituições políticas.....                                   | 142        |
| 2.3. Conclusões sobre participação política e confiança nas instituições.....    | 151        |
| 3. Cultura política, democracia e autoritarismo.....                             | 152        |
| 3.1. Apoio à democracia e comportamento autoritário.....                         | 153        |
| 3.2. Conclusões sobre apoio à democracia e comportamento autoritário.....        | 158        |
| 4. Argentina, Brasil e o populismo autoritário no século XXI.....                | 159        |

|                                  |            |
|----------------------------------|------------|
| <b>Considerações Finais.....</b> | <b>166</b> |
|----------------------------------|------------|

|                         |            |
|-------------------------|------------|
| <b>Referências.....</b> | <b>176</b> |
|-------------------------|------------|

|  |            |
|--|------------|
| <b>Referências bibliográficas.....</b> | <b>176</b> |
|--|------------|

# Introdução

## 1. O tema

O início do século XXI foi marcado pela incerteza vinculada a fenômenos emergentes, relativamente imprevistos e perturbadores, como mudanças climáticas, pandemias, novas tecnologias e o aprimoramento de novas formas de produção. Como contrapartida, a sociedade tem enfrentado a perda de fontes de trabalho, migrações em massa e insegurança. Preliminarmente, as instituições do Estado parecem ter falhado, sempre atrasadas atrás de cada crise.

No terreno democrático, os partidos políticos ocidentais foram desafiados por movimentos baseados numa cidadania insatisfeita que tem passado a exaltar líderes populistas. O sucesso desses líderes decorreu de promessas com soluções radicais e definitivas, apelando à comunicação direta entre líder e cidadão para propor reformas às organizações que são base da democracia.

Em diversos países, foram observados processos eleitorais carregados de tensão, em que candidatos optaram por montar a sua campanha e discurso com base em propostas de extrema-direita, tornando-se uma alternativa atraente para parte considerável do eleitorado. A estratégia de comunicação foi além das típicas campanhas negativas, passando a apresentar propostas no limite do que é tolerável dentro dos parâmetros democráticos. Ataques a rivais, acusações de sabotagem e fraude em processos eleitorais, ameaças a jornalistas e mídias, ataques a minorias e acusações de falta de patriotismo passaram a fazer parte do cotidiano, conjunto de características que evidenciou uma situação de anomalia sistêmica demandando ser estudada.

Certamente, está dentro da normalidade estabelecer estratégias de campanha cujo cerne passa pela necessidade de gerar uma polarização ideológica. Em certos contextos institucionais – principalmente naqueles nos quais o voto não é obrigatório –, esse recurso pode ter sido até recorrente e, ao invés de competir em direção ao centro do espectro ideológico do eleitorado, os candidatos procuraram diferenciar-se mobilizando a militância e apelando a discursos voltados para os polos. Isso frequentemente tem

acontecido quando os candidatos enfrentaram campanhas entre postulantes liberais e conservadores, por exemplo. No entanto, em vários processos eleitorais recentes, foi observado que o centro e o centro-direita têm enfrentado o desafio de disputar o eleitorado com partidos ou candidatos representando um novo movimento político de extrema-direita, primeiro na Europa e posteriormente nos Estados Unidos e no Brasil.

A irrupção desse tipo de candidatos, geralmente com um perfil populista, trouxe posicionamentos controversos em assuntos que não eram prioritários na agenda de debates, como imigração, gênero, religião, nacionalidade ou minorias, aprofundando um acirramento discursivo que acentuou ainda mais a polarização e retroalimentou a intolerância e a hostilidade política. Essa nova realidade tem se transformado numa ameaça à clássica política de consenso que tem prevalecido nas sociedades democráticas, cruzando a fronteira da civilidade para cair em radicalismos cujo potencial tem perturbado o equilíbrio das democracias liberais.

Em 1986, Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead discutiram, no âmbito da ciência política, o tema das transições e da consolidação da democracia na América Latina e em outras regiões do mundo, agenda que foi predominante nas pesquisas ao longo das décadas de 1980 e 1990. No clássico “Transições Do Regime Autoritário”, os autores anteciparam, de certa forma, o debate sobre a instabilidade democrática que se consolidou no início do século XXI, ao não considerarem as novas democracias como uma realidade definitiva, entendendo que os países da América Latina estavam saindo de regimes autoritários, mas sem necessariamente saber como chegariam à democracia, ou ainda, à qual tipo de democracia. Os autores também foram além das restrições objetivas (históricas ou econômicas) para se concentrarem nos atores, suas estratégias e possibilidades, dando espaço para se vislumbrar um futuro não definido unicamente pelo passado (O'DONNELL; WHITEHEAD e SCHMITTER, 1986; O'DONNELL e SCHMITTER, 1986).

De certa forma, os referidos autores acertaram na teorização, visto que a América Latina experimentou, desde a década de 1980, o mais longo período de estabilidade democrática de sua história sem golpes militares, mas paralelamente sofreu com impeachments constantes ou governos de perfil autoritário.



## 1.1. O debate das ameaças à democracia no século XXI

Em debate mais recente, em que se discutiu se as democracias de fato estão morrendo, o cientista político argentino Andrés Malamud adotou uma linha de raciocínio parecida à citada no apartado anterior: as democracias não são eternas, mas tampouco estariam no seu ocaso. Embora os golpes de Estado tenham sido cada vez menos frequentes e as democracias tenham se mantido vigentes, a instabilidade política continuou presente na América Latina, ao considerar que vários presidentes tiveram seus mandatos interrompidos ao longo dos últimos 30 anos – ainda que a derrubada de cada um deles possa ser explicada por causas diversas (MALAMUD, 2019).

Há uma questão relevante que deve ser destacada dentro da argumentação de Malamud sobre estabilidade democrática: até a década de 1980, as democracias desapareciam de forma repentina devido à interrupção via golpe de Estado. Já no século XXI, entretanto, as democracias estariam desaparecendo aos poucos, tendo como elementos em comum a indignação crescente do eleitorado e a ação corrosiva dos demagogos, que atacam o sistema democrático de dentro para fora, e não mais de fora para dentro.

Essa foi a visão apresentada pelos cientistas políticos Steven Levitsky e Gabriel Ziblatt, fazendo um paralelo histórico entre os processos recentes ao redor do mundo e os casos de Benito Mussolini e Adolf Hitler. No conhecido livro *“How Democracies Die”*, os autores reforçaram a ideia de que a democracia está sempre em construção e as eleições que sustentam o regime democrático podem também ser funcionais ao fim do sistema. O ensaio de Levitsky e Ziblatt pretendeu ser um chamado à vigilância em prol da liberdade e sustentação das democracias (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Embora a comparação direta de Hitler e Mussolini com casos recentes possa parecer exagerada, os autores destacaram a semelhança dos processos de chegada ao poder: personagens pouco conhecidos que foram capazes de cativar a atenção da população, sendo chave para essa ascensão o fato de os atores políticos tradicionais terem ignorado os sinais de alerta prévios, entregando o poder de forma passiva para essas novas

figuras. A abdicação da responsabilidade política dos moderados seria a brecha que abriu o caminho à vitória dos extremistas (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

A modo de conclusão, Levitsky e Ziblatt (2018) destacaram alguns pontos de atenção. O primeiro deles – certamente tendo em mente a democracia dos Estados Unidos e dos países europeus –, mencionou que não são as instituições, mas determinadas práticas políticas em torno delas as que, de alguma forma, preservam a democracia. A distinção entre presidencialismo e parlamentarismo, por exemplo, não seria determinante para ter uma democracia mais estável ou qualitativa, dependendo mais de outras duas características: a tolerância para com o outro e a decisão dos atores políticos de não ir até o limite do que a lei permite. A moderação – “reserva institucional” – e o trato dos oponentes como atores legítimos nunca estiveram formalizados em leis ou constituições, mas foram sempre regras informais em prol da estabilidade e previsibilidade do jogo democrático.

O desafio do século XXI, então, seria o de praticar a tolerância em sociedades muito mais plurais e heterogêneas, em que o outro é muito diferente, mas é também parte do mesmo corpo social. No tocante ao problema da polarização ideológica, a questão passaria pela intensidade da divisão, deixando claro que a diversidade de ideias com representação política sempre será positiva para a democracia. Uma exacerbação nessas divisões, contudo, será negativa, pois dificultará o diálogo e os acordos, base e essência da democracia (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Ainda no âmbito das discussões sobre as ameaças às democracias contemporâneas, outros acadêmicos seguiram a linha do ensaio apresentado por Levitsky e Ziblatt. Um deles foi o inglês David Runciman, cujo escrito teve incluso um título muito parecido ao do *“How Democracies Die”*: “Como a democracia chega ao fim”. Nesse ensaio, o autor reforçou a ideia do surgimento de um sentimento difuso de apreensão relativo à possibilidade de morte da democracia, não via golpes de Estado “clássicos”, mas com origem no interior do próprio regime democrático (RUNCIMAN, 2018).

Runciman (2018) destacou as sólidas características institucionais da democracia dos Estados Unidos – que funcionaria como referência e matriz para as outras democracias ocidentais –, mas indicou que haveria uma “crise de meia idade” do sistema

e que as novas condições econômicas, sociais e políticas demandam maior análise e compreensão para reformular as instituições democráticas. Ao fazer projeções, o autor destacou que o fim da democracia será um processo prolongado e tortuoso, incluindo idas e vindas constantes com aperfeiçoamentos ou melhorias no nível institucional que poderão preservá-la por mais tempo, justamente por sua capacidade de administrar divergências e resistir a crises.

Outro autor que ganhou relevância nos debates foi o alemão Yascha Mounk (2019) por meio do livro “O Povo Contra A Democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la”. Ele partiu de dados estatísticos constantes em relatório da *Freedom House* indicando que, há mais de uma década, o mundo entrou numa “recessão democrática”, ao constatar que, nesse período, os países se afastaram cada vez mais de indicadores democráticos. O autor valeu-se do conceito de populismo para abordar a crise das democracias contemporâneas dando destaque ao crescente número de apoiadores de governantes populistas sendo incentivados a se mobilizar, nas ruas ou nas redes, contra as instituições republicanas – parlamentos ou cortes supremas de justiça, por exemplo –, pois seriam um entrave para a implementação de diversas reformas prometidas previamente durante campanhas eleitorais.

Para Mounk, há três variáveis determinantes que levaram o eleitor a votar a favor de candidatos que seriam inimigos da democracia: economia, democracia multiétnica e mídias sociais. No primeiro caso, a estagnação dos padrões de vida ao longo das últimas décadas contrastou com o desenvolvimento e sensação de bem-estar que marcou o século XX. A nova economia não conseguiu transformar crescimento econômico em desenvolvimento econômico, fazendo com que a desigualdade e a concentração de renda passassem a ser elementos que afetaram negativamente a democracia (MOUNK, 2019).

O segundo elemento é o medo à democracia multiétnica como reflexo ao desafio da convivência com uma elevada diversidade étnica. Mounk (2019) esclareceu que o fenômeno não é novo, ao exemplificar com o fim da escravidão nos Estados Unidos sem a devida outorga de direitos políticos aos negros. A diferença, agora, entretanto, é que a questão da multiétnicidade se viu potenciada nas últimas décadas. Por fim, o terceiro ponto é o da supremacia das mídias sociais e o papel exercido anteriormente pelos meios de comunicação, que, sob o controle das elites mais alinhadas à política tradicional,

acabavam contribuindo para uma maior estabilidade democrática ao impedir a disseminação de discursos ou posturas politicamente mais radicais. No entanto, com a chegada de novas tecnologias de comunicação e de acesso à informação, o cenário sofreu drásticas alterações que afetaram negativamente a democracia.

O sociólogo espanhol Manuel Castells fez seu aporte ao debate por meio do livro “Ruptura: a crise da democracia liberal” (2018), mas, com uma abordagem diversa, ao apontar especificamente suas críticas à democracia liberal – e não à democracia em si –, sistema que tem ficado obsoleto, gerando uma crescente desconfiança dos cidadãos em torno da política tradicional. Essa desconfiança, então, não deveria necessariamente ser traduzida como uma negação da democracia, visto que a crise de legitimidade estaria mais associada à desconfiança sobre as instituições vinculadas à representação política.

Os sinais do colapso da democracia liberal que deram espaço a um momento pós-liberal expressaram-se, segundo Castells, a partir de uma situação aparentemente caótica e global que teve como protagonistas os partidos nacionalistas, movimentos xenófobos e críticos da política tradicional. A situação, apesar de ter, logicamente, especificidades locais, estaria vinculada a um colapso gradual do modelo de representação política, e o caminho da reconstrução de uma nova ordem ou legitimidade democrática deverá superar ameaças como o autoritarismo, o neofascismo, fundamentalismos religiosos e ainda poderosas máfias beneficiadas pela nova realidade política, econômica e social (CASTELLS, 2018).

Assim como os autores citados, Castells (2018) deu também atenção ao novo papel político das redes sociais, da manipulação via notícias falsas e das grandes empresas como Google, Twitter ou Facebook, cujo poder eventualmente pode ser comparado ao de um presidente ou primeiro-ministro. Logicamente, elas não têm como se nivelar ao poder do Estado – até porque dependem de alguma forma da regulação estatal –, mas essas gigantes da área de tecnologia acabaram tendo um papel estratégico por ser elo entre os cidadãos e a política, acentuando ainda mais o distanciamento entre a sociedade e a democracia liberal.

Para Castells (2018), enquanto os cidadãos se vincularam e passaram a agir politicamente via redes sociais, as instituições tradicionais continuaram operando em

chave analógica. Em movimento similar, os líderes dos partidos tradicionais não entenderam até aqui as mudanças profundas em andamento no início do século XXI, enquanto os novos atores se aproveitaram estrategicamente dessas ferramentas de comunicação e de participação e ação política, instância para qual a democracia representativa ainda não teve respostas ou reação.

Com base na situação descrita acima por Castells, um cenário possível é o de surgimento de uma nova ordem pós-liberal com base no modelo de países como China e Rússia, cuja matriz é autoritária, mas tem funcionado com eficácia e paralelamente com capacidade de garantir certo crescimento econômico e distribuição de riqueza relativa, fazendo com que acabem posicionando-se como alternativa concreta à democracia liberal (CASTELLS, 2018).

Em todas as obras discutidas, há uma estrutura lógica bastante similar, abordando, em primeira instância, o que seriam causas ou sintomas das democracias em crise a partir da identificação de fenômenos em comum, ainda que não fique claro, às vezes, se esses acontecimentos são causa ou efeito. Em segunda ordem, em maior ou menor medida, os autores supracitados passaram a trabalhar com propostas ou alternativas para superar as crises no intuito de retomar ou reconstruir a matriz das democracias liberais do século XX, ou ainda descrever possíveis cenários em momento posterior à democracia liberal.

Dentre os aspectos em comum que podem ser identificados como elementos da crise das democracias, os autores incluíram, com maior ou menor ênfase, os seguintes pontos:

- a) Ameaças à democracia a partir da associação entre a crise de legitimidade das instituições políticas e novas circunstâncias que não estiveram presentes em momentos anteriores, como, por exemplo, a revolução tecnológica e as novas formas de comunicação;
- b) Poder econômico das empresas multinacionais, amparado em decisões da tecnocracia governamental, restringindo a vontade popular;
- c) Seguidas crises econômicas que contribuíram ao empobrecimento de milhões de pessoas e que afetaram negativamente a democracia;

- d) Agenda de combate à corrupção sistêmica e espetacularização midiática de denúncias envolvendo autoridades, políticos e partidos, quadro que acabou favorecendo o clima de frustração com a política;
- e) Polarização a partir da perda de capital político dos setores mais moderados, fato que deu espaço a uma radicalização de posições e resultou no crescimento daqueles que não toleram os adversários e trabalham em prol da eliminação do outro;
- f) Eleição de outsiders ou candidatos que passaram a exercer uma liderança plebiscitária, colocando a população contra o sistema político ao explorar a frustração do eleitor com a democracia liberal;
- g) Governantes que, apesar de eleitos, rejeitaram as regras do jogo democrático, pretendendo restringir direitos civis e mudando regras de governança para atingir seus objetivos; as ações incluíram a negação da legitimidade dos adversários, o ataque à liberdade de imprensa e o encorajamento de manifestações e atos violentos, amparados em milícias ou grupos armados;
- h) Presença crescente de grupos ou movimentos de extrema-direita promovendo uma agenda com conteúdo fascista, racista e xenófobo, com maior ou menor força partidária, para a ocupação de espaços de poder;
- i) Em torno do ressurgimento do conservadorismo, ficou evidente a exaltação de valores cristãos, família, supremacia branca etc., sendo uma reação à ascensão de minorias, como negros, indígenas, feministas e LGBT, por exemplo.

Já no que diz respeito às propostas para superação das ameaças democráticas ou descrição de cenários possíveis, houve menos convergência entre Castells (2018), Runciman (2018), Levitsky e Ziblatt (2018) e Mounk (2019):

- a) Castells e Runciman posicionaram-se de forma mais cética e incerta, sem propor soluções ou estratégias para superação das ameaças, optando por descreverem possíveis cenários e alternativas à pós-democracia liberal;
- b) Levitsky e Ziblatt por um lado, e Mounk por outro, convergiram mais na apresentação de medidas e soluções para retornar à matriz democrática liberal, seguindo uma lógica de argumentos atrelada ao diagnóstico inicial por eles feito previamente. Assim, Levitsky e Ziblatt fizeram um apelo urgente dirigido ao polo democrático, instando as elites partidárias a estabelecer coalizões políticas com o

objetivo de retomar as regras informais de tolerância e diálogo e vedar o espaço partidário para os radicais;

- c) Mounk seguiu na mesma linha de argumentos ao encaminhar seus apelos às lideranças partidárias do campo democrático, instando à unificação e reformulação de estratégias e discursos com o fim de aumentar as chances de sucesso no campo eleitoral sobre aqueles que são uma ameaça à democracia. Aos três elementos que favoreceram a ascensão do conservadorismo autoritário (crise econômica, multietnicidade e mídias sociais), o autor propôs três alternativas: melhorar condições materiais da economia para os mais vulneráveis (alterar tributação regressiva, implementar políticas de moradia e capacitação); aprofundar políticas de proteção aos imigrantes em paralelo a um nacionalismo ligado ao Estado Democrático de Direito; e, no último elemento, o autor fez um chamado à sociedade para a defesa dos valores democráticos e liberais.

Em 2019, no livro *“Cultural Backlash. Trump, Brexit, and Authoritarian Populism”*, os cientistas políticos Pippa Norris e Ronald Inglehart ofereceram um diagnóstico e conclusões diferentes, além de uma explicação metodologicamente diversa à dos autores acima abordados, baseada na tese da reação cultural. Tal perspectiva apontou que a ascensão de governantes populistas seria o corolário de uma reação contra uma ampla gama de rápidas mudanças culturais que estariam erodindo valores e costumes da sociedade ocidental. Nesse contexto, as pessoas de idade e setores menos educados das sociedades ocidentais, por exemplo, tenderam a apoiar líderes populistas e defensores fervorosos dos valores culturais tradicionais que reforçaram a agenda conservadora (NORRIS e INGLEHART, 2019).

A obra de Inglehart e Norris foi, na verdade, a continuidade da argumentação oferecida no livro *“Cultural Evolution: people motivations are changing and reshaping the world”* (INGLEHART, 2018), e no artigo *“Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash”* (INGLEHART e NORRIS, 2016), trazendo novos detalhes apresentados antes de forma liminar. No livro *“Cultural Backlash”*, os autores propuseram examinar as possíveis consequências do populismo autoritário contemporâneo com foco nas democracias liberais, questionando se elas são fortes o suficiente para resistir ao novo fenômeno (NORRIS e INGLEHART, 2019).

Para entender os ataques a diversos direitos civis mencionados por Inglehart e Norris, é válido citar uma outra obra anterior de Inglehart, que, na década de 1970, se debruçou sobre as mudanças nos valores e atitudes nas sociedades industriais avançadas do Ocidente, intitulada “*The silent revolution*”, escrito que iniciou um amplo programa de pesquisas empíricas no âmbito das ciências sociais, com quantidade relevante de trabalhos posteriores e dados coletados em mais de 100 países que confirmaram suas principais hipóteses, passando a ser uma das mais influentes pesquisas em política comparada (INGLEHART, 2015).

Em “*The Silent Revolution*”, Inglehart descreveu as mudanças sociais iniciadas nos anos 60 e as caracterizou como progressistas, principalmente no campo dos costumes. Essas mudanças desenvolveram-se a par de políticas desenvolvimentistas que incluíram a ampliação do acesso à educação e urbanização, por exemplo. Como desdobramento desse processo iniciado na segunda metade do século XX, houve um avanço de valores sociais liberais atrelados à superação da satisfação das demandas materiais, o que se traduziu em uma crescente pressão pós-materialista a favor de políticas públicas em prol da igualdade de gênero, legalização do aborto, do divórcio e da garantia de direitos para as minorias, por exemplo (INGLEHART, 2015).

Identificado com os postulados da teoria da modernização e da cultura política surgidas entre as décadas de 1950 e 1960 (ALMOND e VERBA, 2015; PARSONS, 2013), Inglehart alinhou-se à tese de que o desenvolvimento econômico promove a democracia a partir de mudanças sociais e culturais. Posteriormente, o autor evoluiu para criar a teoria do desenvolvimento humano como processo de revisão e aprimoramento dos conceitos e métodos da teoria da modernização, mas preservando o núcleo da própria. A teoria do desenvolvimento humano de Inglehart indicou que mudanças graduais nas prioridades valorativas individuais têm ocorrido em escala mundial nas últimas décadas e que, apesar de evidentes diferenças culturais ao redor do mundo, essas mudanças nos valores estariam vinculadas ao desenvolvimento econômico do pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente no caso das sociedades industriais avançadas ou pós-industriais (INGLEHART e WELZEL, 2009).

De volta ao contexto de início do século XXI, Norris e Inglehart (2019) argumentaram que as identidades sociais com base na família, na fé e no Estado-nação,



que marcaram especialmente a primeira metade do século XX, estariam ressurgindo nas democracias ocidentais com nova força. O argumento, presente já em pesquisas anteriores do próprio Inglehart, decorre do fato de que a mudança de valores – principal variável ponderada pelos autores –, é um processo complexo que envolve a passagem de gerações, ou seja, a chegada de novas gerações e o ocaso de gerações anteriores. No caso das gerações precedentes, os dados revelaram a presença de pessoas mais idosas, conservadoras e com dificuldades para compreender, por exemplo, a mudança de valores relativa à união de pessoas do mesmo sexo, ou a adaptação ao convívio num ambiente diverso em termos culturais e étnicos. Essa geração anterior, ainda que em declínio, reagiu por se sentir deslocada e passou a se mobilizar em prol do retorno a um momento anterior ao início da “revolução silenciosa”.

Ao definir o que Norris e Inglehart consideraram ser valores autoritários, destacam-se três elementos presentes: a) grupo com convenções relativas a costumes tradicionais; b) segurança e proteção do grupo contra riscos e ameaças, justificando a coação contra estranhos; e c) lealdade ao grupo e aos líderes. Em sentido oposto, os autores entenderam que o populismo com viés liberal ou progressista tem sido menos reativo e prejudicial para as democracias, seja por carecer de resistência a novas ideias ou costumes, ou ainda por ser mais tolerante diante da diversidade multicultural, representando um baixo nível de ameaça democrática (NORRIS e INGLEHART, 2019).

Em termos eleitorais, Norris e Inglehart (2019) identificaram um movimento interessante: por um lado, parte da sociedade com valores liberais afastou-se da participação política e das urnas diante da desilusão com os partidos e representantes da política tradicional, seja por ver diversas demandas materiais desatendidas – desigualdade econômica e injustiça social vinculada ao capitalismo global –, seja por ter demandas imateriais sem respostas, como é o caso da constante corrupção; por outro lado, setores conservadores, antes mais contidos por se entender como minoria, acabaram reagindo e engajando-se politicamente quando líderes populistas surgiram exaltando seus valores, até então condenados pela maioria por serem considerados como politicamente incorretos. A hipótese acima faz sentido, principalmente se for considerado que os autores têm como objeto de estudo as democracias dos Estados Unidos e de países europeus, cujo sistema eleitoral possui voto facultativo.

Inglehart e Norris introduziram, logicamente, a variável econômica, mas como elemento complementar e secundário dentro da teoria, entendendo como natural a associação entre o sucesso eleitoral de líderes populistas autoritários e os acontecimentos econômicos que caracterizaram o final do século XX e o início do século XXI, marcados por políticas neoliberais vinculadas ao processo de globalização. No entanto, o argumento prioritário de Inglehart e Norris é que, se há um vínculo entre fatos como a desindustrialização ou o desemprego e a chegada de Donald Trump à Casa Branca, ou o triunfo do Brexit no Reino Unido, isso foi fundamentalmente produto de uma reação maior, de ordem conservadora, provocada por transformações no campo dos valores e costumes atrelados ao anseio de setores da sociedade para retornar a um momento histórico anterior (NORRIS e INGLEHART, 2019).

Em “*Cultural Backlash*”, Norris e Inglehart (2019) concentraram-se em verificar as consequências do desenvolvimento econômico na Europa, afirmando que valores populistas e autoritários foram mais fortemente apoiados por pessoas e famílias de baixa renda sem capacidade de poupança, desempregadas por período de tempo considerável e dependentes de benefícios sociais, ou seja, a população proveniente de ambientes menos prósperos economicamente. A pesquisa indicou, entretanto, que o grupo geracional (idosos) foi o principal precursor dos valores autoritários, tendo em segunda ordem o grupo vinculado a fatores de ordem econômica.

Fazendo um contraponto à interpretação que é tendência sobre riscos e ameaças à democracia relacionados ao avanço recente do populismo conservador, Norris e Inglehart entenderam que a situação registrada no início do século XXI não deve levar obrigatoriamente ao fim das democracias. Para os pesquisadores, a democracia liberal continuará avançando numa trajetória de modernização, mas que não necessariamente o fará num processo linear e progressivo, podendo ser afetado por diversos eventos. Tal afirmação é justificada a partir de dados obtidos via pesquisa quantitativa (*survey*) aplicada aos casos de Europa e dos Estados Unidos, revelando que as transformações sociais continuam a avançar, sendo incorreto falar em retrocessos quanto a mudanças progressistas. Os dados levantados confirmariam que há uma trajetória a longo prazo da evolução cultural marcando as culturas ocidentais em uma direção social mais liberal em décadas sucessivas. Tal movimento cultural tem como base a renovação geracional, a

ampliação do acesso à educação universitária, a urbanização e a igualdade de gênero, dentre outros elementos (NORRIS e INGLEHART, 2019).

## **1.2. Problema e hipótese**

Com base nas discussões abordadas acima, a presente pesquisa teve como objetivo propor uma interpretação da relação entre cultura política e o desempenho do regime político nos casos de Brasil e Argentina, com foco no quadro político recente, marcado pelo surgimento de novos líderes de direita que chegaram ao poder pela via eleitoral. O fato relevante desse comportamento, entretanto, é que há uma linha política evidentemente diferente em cada caso: enquanto Mauricio Macri (2015-2019) se elegeu na Argentina com base num projeto liberal-democrático de centro-direita, Jair Bolsonaro, eleito presidente brasileiro em 2018, representou uma opção populista de direita mais radical e autoritária, combinada com uma proposta economicamente liberal.

A partir das premissas acima, de forma simples e objetiva, a pesquisa colocou o seguinte problema: por que houve espaço político para o avanço de uma direita mais radical e populista no Brasil e não na Argentina? Seguindo a lógica de Inglehart (2015, 2018, 2020) e Inglehart e Welzel (2009), o surgimento de líderes populistas alinhados ideologicamente ao tradicionalismo e ao conservadorismo teria terreno mais fértil em sociedades com níveis menores de educação e com acesso precário às condições materiais mínimas para subsistência. Contrariamente, sociedades com políticas em prol da ampliação do acesso à educação e à urbanização, por exemplo, tenderiam a experimentar avanços nos valores sociais liberais, movimento que é reflexo da superação da satisfação das demandas materiais, traduzindo-se na consolidação de valores democráticos.

Dados do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 (PNUD, 2020), documento que vem sendo publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde 1990, indicaram que, mesmo com diversas crises econômicas recentes, a Argentina ainda manteve indicadores sociais importantes – como educação, saúde, igualdade e desenvolvimento humano –, em melhores níveis que os índices brasileiros.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de um conjunto de indicadores socioeconômicos, foi de 0,845 na Argentina, contra 0,765 no Brasil, lembrando que, nessa classificação, quanto mais próximo de 1 o IDH, melhor é o desempenho de cada país quanto ao desenvolvimento humano. Com esses números, a Argentina ocupou o 46º lugar num ranking de 189 países, enquanto o Brasil ficou na 84ª posição (PNUD, 2020). Outros dados do relatório do PNUD refletiram as seguintes diferenças:

- a) No âmbito da saúde pública, a expectativa de vida de um argentino ao nascer foi de 76,7 anos, quase um ano a mais do que a expectativa dos brasileiros (75,9). A taxa de mortalidade infantil argentina foi de 8,8 bebês a cada mil nascidos vivos na Argentina, contra 12,8 entre bebês brasileiros.
- b) No âmbito educativo, a expectativa de anos de escolaridade na Argentina foi de 17,7 anos, enquanto no Brasil foi de 15,4. O último levantamento do PNUD indica que a Argentina tinha praticamente toda a sua população acima de 15 anos alfabetizada (99%), índice que foi de 93,2% no Brasil, resultando em mais de 10 milhões de jovens e adultos analfabetos.
- c) No tocante a ingressos, a renda per capita argentina foi bem maior do que a brasileira: o equivalente a US\$ 21.190 (R\$ 116.343,00), em comparação com US\$ 14.263 (R\$ 78.311,00) no Brasil. A mesma brecha repetiu-se no PIB per capita: US\$ 22.034 (R\$ 120.000,00) na Argentina contra US\$ 14.652 (R\$ 80.446,00).
- d) No tocante à desigualdade, o PNUD estabeleceu o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IHDI) – que captura a desigualdade na distribuição de saúde, educação e renda –, a Argentina atingiu 0.729 pontos, enquanto o Brasil obteve 0.570 pontos, repetindo a lógica que o IDH: quanto mais próximo de 1, maior será o índice de igualdade.

Com base nas premissas teóricas de Inglehart e os dados quantitativos sobre desenvolvimento humano acima apresentados, surgiu a hipótese principal deste trabalho, procurando estabelecer comparativamente uma relação entre o diferente desempenho dos regimes políticos brasileiro e argentino com base na variável “cultura política” que define a cada sociedade. Portanto, parte-se da hipótese de que, com uma cultura política mais democrática, o caso argentino apresenta-se como menos propício ao surgimento de lideranças populistas radicalizadas, enquanto o caso brasileiro, com uma cultura política

menos democrática, é mais susceptível à ascensão desse tipo de liderança populista-autoritária.

Logicamente, a pesquisa não teve a ambição de pretender responder, por exemplo, por que Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente do Brasil em 2018, ou por que o candidato argentino ultraconservador e ex-combatente de Malvinas, Major Juan José Gómez Centurión, do partido NOS, obteve só 1,7% dos votos válidos na eleição presidencial argentina de 2019. A pergunta e a hipótese formuladas apontaram mais ao objetivo de entender como a maior ou menor preponderância de valores pós-materialistas na Argentina e no Brasil podem influenciar sobre importantes mudanças culturais, sociais e políticas, ao considerar que as necessidades e aspirações dos indivíduos podem ter poder explicativo sobre as crenças e valores das sociedades estudadas, entendendo que o pós-materialismo é uma variável relevante não apenas nas sociedades industrializadas.

Do ponto de vista metodológico, entretanto, a pesquisa não se limitou unicamente à utilização de dados quantitativos para balizar a hipótese apresentada, sendo opção avançar numa abordagem complementar que incluiu a análise de dados qualitativos com o propósito de anular o caráter etnocêntrico da teoria do desenvolvimento humano de Inglehart. Tal ação permitiu resgatar aspectos relevantes voltados para a realidade da cultura política argentina e brasileira com base nas próprias experiências históricas, em que se destacou uma diferença importante no tocante à maior ou menor presença de traços autoritários nas sociedades em análise, variável importante para entender e explicar justamente o surgimento ou não de lideranças populistas radicalizadas.

Em outras palavras, o presente trabalho não só abordou o avanço e ascensão de lideranças autoritárias a partir de questões conjunturais vinculadas a falhas da democracia – como preferencialmente apontam os debates sobre crise e ameaças à democracia –, mas também priorizou a análise de traços autoritários históricos presentes em maior ou menor medida na Argentina e no Brasil, complementando, assim, os dados quantitativos relativos à cultura política dos casos sob análise.

Em termos de comparação, dentre os países latino-americanos que apresentam uma combinação instigante de semelhanças históricas – como as heranças coloniais, os desafios da construção de uma nação e da formatação de um Estado pós-independência –

, e também contrastes que refletem diferentes padrões sociais, políticos e culturais, o cotejo entre nações como Argentina e Brasil constitui um campo de observação chamativo e particular. Os casos selecionados apresentam um grande número de características sistêmicas em comum no âmbito das estruturas institucionais – como o sistema republicano, o federalismo e o presidencialismo –, mas se diferenciam, por exemplo, no processo de construção do Estado e nas características sociopolíticas decorrentes desse processo, sendo essa a brecha focada pela pesquisa.

## **2. Abordagem teórica**

### **2.1. Cultura política**

Henrique Carlos de Oliveira Castro afirma que o melhor caminho para definir o conceito de cultura política não deve ser a partir de considerações de ordem semântica ou de derivações de debates culturais, mas do seu surgimento como área de conhecimento da ciência política (CASTRO, 2008).

O cientista político Lucio Rennó explica que os conceitos e categorias da teoria da cultura política – como são, por exemplo, as subculturas políticas, a cultura política das elites etc. – estão já presentes de forma implícita desde os primórdios da ciência política, em textos de autores como Maquiavel, Montesquieu, Rousseau ou Tocqueville, ou ainda nas ideias de Platão e Aristóteles, pensadores que se valeram de alguma forma das categorias culturais (RENNÓ, 1998).

No contexto histórico, Castro (2008) explica que o conceito de cultura política contemporâneo foi introduzido pelo cientista político Gabriel Almond, dentro do esforço da ciência política dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, com o principal objetivo de entender os elementos vinculados à estabilidade democrática. Nesse contexto de Guerra Fria, à academia dos Estados Unidos foi dada a missão de entender quais seriam as condições necessárias para estabelecer democracias ao redor do mundo – logicamente, a partir dos parâmetros do modelo norte-americano –, como contraposição ao socialismo soviético.

Para Castro, nesse contexto, a ciência política norte-americana teve uma clara orientação para a ação política, constituindo-se em um instrumento ideológico de

compreensão e de intervenção na realidade, visando responder a uma dupla demanda: por um lado justificar e reforçar a ideia de supremacia da sociedade norte-americana como modelo democrático a ser seguido; e por outro lado promover e justificar a política exterior dos Estados Unidos, que primou por impor esse modelo democrático mundo afora (CASTRO, 2008).

Pelo lado epistemológico, Rennó diz que, entre o final da década de 50 e início dos anos 60, aumentou consideravelmente o número de pesquisas que começaram a utilizar o conceito de cultura política como movimento de reação ao reducionismo psicológico e antropológico que foi predominante na primeira metade do século XX. O trabalho que se tornou referência foi “*The Civic Culture*”, de Almond e Verba (2015), publicado em 1963. Essa contribuição teórica incentivou uma série de trabalhos posteriores, tendo a cultura política como pilar e dando relevo à importância de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos na explicação do comportamento político (RENNÓ, 1998).

Segundo Almond, a cultura política é definida como o conjunto de orientações subjetivas de determinada população, o que inclui crenças, sentimentos, conhecimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O conteúdo que determina o tipo de cultura política resulta de um processo de socialização que se inicia na infância, nutre-se da educação e da influência exercida pelos meios de comunicação, de experiências adultas com a política e o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país (ALMOND, 1990).

Com essa premissa, a tese que marca o livro “*The Civic Culture*” é que existe uma relação causal entre as opiniões e cultura da população e a possibilidade de surgimento de sistemas democráticos, ou ainda de democracias com maior ou menor estabilidade, sendo possível testar empiricamente essa relação quando se liga o conceito de cultura política ao estudo e conhecimento do comportamento e das atitudes da população (CASTRO, 2008).

Castro (2008) destaca ainda que um dos grandes avanços dentro da teoria de Almond foi a alteração da ordem explicativa na relação entre instituições e população: a variável independente deixou de estar nas instituições e passou a ser a população, cujas opinião e pensamento influenciam as estruturas políticas, subvertendo o sentido tradicional dado até então pela análise política.

No início do século XXI, muitas pesquisas valeram-se da teoria da cultura política apresentada em “*The Civic Culture*” para estudar a problemática em torno da

possibilidade de mudança na cultura política e os impactos correspondentes nos sistemas democráticos, seja em países industrializados e democraticamente consolidados, ou ainda em países em desenvolvimento com regimes democráticos em processo de consolidação, com a vantagem de se valer do acúmulo de dados produzidos pelos *surveys* realizados em décadas anteriores, (RENNÓ, 1998).

Na mesma linha, a socióloga Sonia Ranincheski e o professor Henrique Carlos de Oliveira Castro sustentam que a teoria e a técnica de pesquisa da cultura política desenvolvidas por Almond e Verba têm como base o estudo das opiniões da população, com o uso de pesquisas quantitativas (*surveys*), levantamentos que buscam descobrir a existência de regularidades e padrões nas atitudes das pessoas (RANINCHESKI e CASTRO, 2012).

## **2.2. Estabilidade democrática**

Ao discorrer sobre democracia e cultura política na América Latina, Sonia Ranincheski e Henrique Carlos de Oliveira Castro abordam a questão da estabilidade democrática, tema logicamente relevante para os países latino-americanos, justamente por ter carências nesse plano, visto que a regra é a ausência de estabilidade. Ainda que, nas primeiras décadas do século XXI, resulte ser menos provável qualquer possibilidade de interrupção democrática nos países da região – tal qual as experiências ditatoriais da segunda metade do século XX –, ainda há uma instabilidade institucional considerável, seja pelo elevado número de presidentes que tiveram seus mandatos interrompidos antes da data prevista, seja pelo poder político e simbólico que as Forças Armadas ainda exercem em diversos países da região (RANINCHESKI e CASTRO, 2012).

Já em 1994, o cientista político José Álvaro Moisés mencionava diversos fatores com potencial para contribuir com a desestabilização das democracias da região – elementos que ainda permanecem vigentes apesar do passar das décadas. Alguns desses fatores são as crescentes desigualdades econômicas e sociais e problemas constantes na governabilidade, o que resulta numa recorrente ineficácia dos governos democráticos para dar solução aos problemas econômicos e sociais (MOISÉS, 2006).

Em linha com o diagnóstico de Moisés, o sociólogo argentino Ronaldo Munck debruçou-se sobre o sentimento de desencanto com as democracias no Cone Sul na década de 90, passados dez anos do início do processo de redemocratização. Antecipando



o debate que seria predominante décadas depois, Munck conseguiu prever que o fracasso econômico de políticas neoliberais poderia acelerar o desgaste dos partidos políticos e das novas democracias da região, aumentando o sentimento de apatia e desencanto, realidade que poderia refletir-se seja por posturas favoráveis ao autoritarismo, ou ainda por um sentimento de indiferença em relação à democracia (MUNCK, 1993). Com essas premissas, Ranincheski e Castro conceberam a ideia de estabilidade de um sistema político a partir da sua capacidade de perpetuar-se, sem confundir isso com longevidade ou duração, vez que “ser estável significa possuir características que permitam (ou facilitem) a sua continuidade” (RANINCHESKI e CASTRO, 2012, p. 36).

Ao passar para o plano da estabilidade democrática, Ranincheski e Castro (2012) postulam o conceito de estabilidade a partir de dois princípios não excludentes:

- Estabilidade institucional: conceito mais formal em que se conclui que o fortalecimento das instituições democráticas contribui logicamente para a estabilidade democrática. Nesse plano, torna-se relativamente menor a influência das opiniões que a população eventualmente pode ter sobre o sistema para a instauração ou manutenção da democracia. Tal conceito aproxima-se mais de modelos de democracias mais consolidadas;
- Estabilidade elitista: conceito vinculado à ideia de função de aceitação da democracia liberal por parte das elites, sejam elas do âmbito político, econômico, militar ou burocrático. O conceito de estabilidade elitista ajusta-se mais para o estudo de sistemas com maior instabilidade.

Complementando o conceito de estabilidade de Ranincheski e Castro (2012), Adam Przeworski entende que a estabilidade democrática se consolida na medida em que as pessoas acreditam na democracia sem qualquer chance de conceber ações fora das instituições ou das regras democráticas, ainda que se sofram derrotas no plano eleitoral ou em disputas com interesses divergentes em jogo. Em outros termos, a aposta das elites e de outros grupos sociais nas regras do sistema democrático acabaria estabelecendo uma dialética que materializaria a estabilização das instituições democráticas (PRZEWORSKI, 1994).

Henrique Carlos de Oliveira Castro destaca que é a partir dessa ideia de estabilidade democrática que a opinião pública se torna relevante, pois revela que estabilidade e cultura política estão vinculadas: um sistema estável que consiga

equacionar divergências e dar respostas via resolução de diversos problemas sociais será percebido como fator positivo pela população, ganhando legitimidade política e dando maior estabilidade à democracia (CASTRO, 2011).

Segundo Ranincheski e Castro (2012), ao ter como premissa que existe uma relação dialética entre a predisposição para a democracia e a sua instalação e manutenção, é imprescindível que:

[...] se considere a opinião pública como variável importante para a compreensão da estabilidade democrática. Poder-se-ia argumentar que talvez não se encontrem evidências empíricas de que, mesmo a existência de uma cultura política democrática, poderia significar o estabelecimento ou manutenção de uma democracia (inclusive por dificuldades metodológicas). **Se, no entanto, a cultura política pode não ser determinante para a instalação de uma democracia, ela pode vir a ser o diferencial em caso de um retrocesso. Em outras palavras, um povo com uma cultura política democrática pode garantir (ou ao menos influir em) a manutenção das regras do jogo.** (RANINCHESKI e CASTRO, 2012, p. 39-40, grifo nosso).

Partindo do pressuposto básico de que existe um comportamento político que pode ser conhecido via pesquisas específicas, os autores entendem ser possível estabelecer uma relação entre a cultura política da população e o nível de estabilidade democrática (RANINCHESKI e CASTRO, 2012).

### 2.3. Cultura cívica

Ao abordar o conceito de cultura política e sua relação com uma maior ou menor estabilidade democrática, surge de forma natural a questão da cultura cívica como elemento necessário para legitimar, fortalecer ou manter regimes democráticos. Entretanto, um problema a ser considerado nessa relação, aponta Castro no escrito “Cultura Política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina” (2008), é a tentativa de encontrar um vínculo de causalidade linear entre cultura cívica e democracia.

Em “*The Civic Culture*”, Almond e Verba (2015) adotaram o modelo liberal democrático de cidadania como referência nas suas pesquisas, concebendo como ideal um cidadão envolvido e ativo em questões políticas, contando ainda com uma

participação informada e racional, mas ao mesmo tempo propenso à passividade devido à confiança e deferência em relação à autoridade. Os autores pretenderam construir uma teoria científica de democracia que paralelamente promovesse a difusão da cultura democrática mundo afora, num contexto de Guerra Fria e de crescente ameaça autoritária, seja dos casos surgidos no período de entreguerras, seja no período de pós-guerra.

O desafio dos estudos com base na cultura política era o de compreender a viabilidade da democracia em determinados contextos sociais e o fracasso em outros a partir da relação entre cultura cívica e estabilidade democrática. Tinha-se como premissa avançar na definição de um desenho a favor da estabilidade democrática, compreendendo quais valores políticos estariam por trás da consolidação das democracias de massas (ALMOND, 1989).

A principal crítica a esse modelo proposto por Almond e Verba passou pelo questionamento de estabelecer um determinado tipo de cultura cívica como requisito necessário e obrigatório para o surgimento e a consolidação da democracia, no caso, a cultura cívica presente nos Estados Unidos e no Reino Unido. Ainda sendo possível estabelecer uma relação de causalidade entre um elemento e outro, Henrique Carlos de Oliveira Castro entendeu ser questionável o viés trazido por “*The Civic Culture*” ao adotar uma postura normativa no tocante ao modelo de democracia liberal, sendo necessário questionar a aceitação dessa premissa como natural ou definitiva (CASTRO, 2008).

O grande problema da cultura cívica, segundo Castro (2008), é que uma determinada sociedade só tenderia a ser democrática unicamente se sua população possuísse uma cultura política específica, fato que, implicitamente, levaria à impossibilidade de conceber a existência de democracias em outros tipos de sociedades. Uma alternativa à relação de causalidade trazida por Almond e Verba reside na possibilidade de adequação de um conceito de cultura política para América Latina, não como um contraponto, mas como um avanço dentro da teoria. Essa alternativa passa pela necessária incorporação de elementos que incluam as crenças e valores subjetivos e as expectativas políticas como produto da experiência histórica das nações e dos grupos políticos.

Nessa linha, ricas e diversas pesquisas sobre a formação histórico-social dos casos brasileiro e argentino têm plena capacidade de oferecer elementos para que se possa entender como os fatores políticos, sociais e econômicos vem afetando as atitudes políticas da sociedade nos últimos anos. Com isso, elimina-se o caráter normativo e etnocentrista de Almond e Verba.

## 2.4. Populismo

Na obra “O populismo como espelho da democracia”, Francisco Panizza diz que “*se ha vuelto cliché comenzar a escribir sobre el populismo lamentando la falta de claridad acerca del concepto, y poniendo en duda su utilidad para el análisis político.*” (PANIZZA, 2009, p. 9). Justamente para quebrar essa percepção, em 2005, no livro “A Razão Populista”, o argentino Ernesto Laclau (2012), reformulou radicalmente a abordagem sobre o populismo ao oferecer uma perspectiva renovada sobre o conceito, indo numa linha totalmente diferente à da literatura tradicional. O autor não trabalhou no sentido de contestar os conceitos de populismo existentes, mas de mudar a perspectiva sobre o fenômeno: Laclau deixou de lado o populismo como manifestação em diversos lugares e momentos para pensar o populismo a partir de uma lógica ontológica própria. Nas palavras do teórico:

*[...] existe una segunda posibilidad – a saber, que las prácticas políticas no expresen la naturaleza de los agente sociales sino que, en cambio, los **constituyan** –. En ese caso, la práctica política tendría cierto tipo de prioridad ontológica sobre el agente. [Así] podríamos decir que un movimiento no es populista porque en su política o ideología presenta **contenidos** reales identificables como populistas, sino porque muestra una determinada **lógica de articulación** de esos contenidos – cualesquiera sean estos últimos. (LACLAU, 2009, p. 52, grifo do autor).*

A partir dessa nova perspectiva, Laclau propôs o resgate do conceito de populismo do espaço negativo ao qual a ciência política o relegou, visto que, para ele, o populismo é uma forma lógica e racional de fazer política, ideia que se contrapõe a quem concebe o populismo como algo transitório, vago ou pouco preciso. Partindo dessa premissa, Laclau não se debruçou sobre os casos empíricos ou as características assumidas pelo populismo para criticar ou colocar em evidência as falhas dessas classificações. Sem pretender encontrar um referente do populismo, Laclau foi justamente no sentido oposto: mostrar

que não existe uma unidade referencial, uma vez que o populismo não é fenômeno delimitável, mas uma lógica social, um modo de construir o político (LACLAU, 2012).

Laclau (2012) afastou, assim, o conceito de populismo de qualquer vínculo com ideologias ou movimentos, pois isso colocaria a atenção num momento posterior à sua constituição. Isso faz com que se exclua da análise justamente o momento mais relevante: a ação – movimento prévio – que dá origem ao populismo e que não se vincula especificamente a nenhuma orientação ideológica, podendo ser implementada indistintamente pela esquerda ou pela direita, já que qualquer movimento político pode pretender se colocar como representante dos interesses povo.

O movimento ou ação ao qual Laclau aponta como uma forma de articulação política própria tem como base a demanda política, identificada como o fio condutor elementar de construção do vínculo social. Essa demanda de atores sociais, que não tem como ser atendida por meios próprios, é encaminhada a uma instância diferente da qual foi formulada originalmente. O ponto de inflexão com potencial para desencadear lógicas sociais específicas dá-se quando se multiplica a frustração em decorrência da quantidade de demandas não atendidas. Segundo Laclau:

*[...] Una situación social en la cual las demandas tienden a reagruparse sobre la base negativa de que todas permanecen insatisfechas es la primera precondition – pero de ninguna manera la única – de ese modo de articulación política que denominamos populismo. (LACLAU, 2009, p. 56).*

Essas demandas insatisfeitas, apesar do caráter diferente entre elas, tendem a se agrupar, dando espaço a um movimento de equivalência entre atores sociais diferentes. Nessa situação, coexistem uma pluralidade de demandas não atendidas – que passam a ser reivindicações –, e uma crescente incapacidade do sistema institucional para dar respostas, criando as condições específicas para uma ruptura populista (LACLAU, 2009).

A situação acima configura uma divisão clara de dois campos antagônicos no espaço social, momento em que a lógica política inicia um movimento de ruptura política e de ameaça institucional ao propor uma nova ordem política diante do fracasso das instituições. Para o surgimento do populismo, todavia, é necessário mais um elemento vinculado à construção de um discurso cujo objetivo é dar homogeneidade – ou

“equivalência”, na definição de Laclau – à diversidade de demandas insatisfeitas. Essa ação de condensação discursiva corresponde sempre ao líder populista, que passa a falar então “em nome do povo” (LACLAU, 2009).

O populismo nutre-se, então, do fracasso da política e das instituições sociais, tendo na linguagem um poder capaz de criar novas identificações e de redesenhar as fronteiras sociais, cuja especificidade é a representação do povo – que pretende ser hegemônico –, contra um poder que lhe é negado e que, portanto, deve ser derrotado. A dimensão de ruptura da política tradicional é característica essencial do populismo, pois a constituição das identidades populares demanda a derrota política do outro, que é considerado como opressor ou explorador do povo (PANIZZA, 2009).

Em “A Razão Populista”, Ernesto Laclau conseguiu preencher um importante vácuo teórico na literatura relativa ao populismo, sendo um claro avanço na construção de um conceito que, como será observado adiante, foi amplamente explorado pela presente pesquisa. No entanto, apesar dos atributos teóricos trazidos por Laclau, o direcionamento prático dado pelo autor ao populismo como opção viável na luta contra-hegemônica para transformação das estruturas de poder que perpetuam a opressão das classes populares, contraria frontalmente, entretanto, os valores do imaginário democrático predominante nas sociedades ocidentais. Tal discussão será abordada de forma mais detalhada no capítulo específico sobre populismo.

### **3. Metodologia**

#### **3.1. Apontamentos à teoria do desenvolvimento humano**

Todas as discussões e ensaios apresentados nesta introdução quanto à estabilidade e crise democrática no início do século XXI surgiram num momento oportuno e importante diante do conturbado e crítico cenário para as democracias, aportando válidas reflexões. No entanto, faz-se necessário apontar de forma crítica alguns elementos presentes de forma implícita nas argumentações, especificamente no caso de Yascha Mounk, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt:

- a) O funcionamento das democracias liberais tem sempre como referência evidente os casos de países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, sendo os modelos normativos e paradigmáticos que deveriam ser seguidos por outras democracias;
- b) As mudanças no âmbito das democracias são interpretadas como fenômenos mundiais, ao mesmo tempo em que se ignoram especificidades locais. Um exemplo são os movimentos xenófobos decorrentes de questões migratórias, muito presentes na agenda política dos Estados Unidos e de países europeus, variável que é menos relevante em países da América Latina, por exemplo;
- c) As crises e as respectivas soluções oferecidas para a democracia são interpretadas a partir da alteração de variáveis institucionais que entraram em desequilíbrio, e cuja restauração seria possível a partir de um novo acordo ou arranjo político entre as elites moderadas. Tal abordagem, entretanto, circunscreve o funcionamento do sistema político a uma matriz exclusivamente institucional que ignora relações de poder e problemas socioeconômicos de caráter histórico atrelados ao capitalismo, incluindo questões centrais como a crescente desigualdade decorrente da concentração de renda, situação que parece ser inerente à maioria das democracias liberais, mas que os autores não conseguiram ou não pretenderam vincular na problematização e encaminhamento de soluções.

A teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart, por sua vez, sofreu críticas em diversos sentidos. No *Journal of Democracy*, Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk (2016) publicaram o artigo “*The Danger Of Deconsolidation: the democratic disconnect*”, fazendo um contraponto metodológico a Inglehart com base nos próprios dados levantados pelo autor via plataforma *World Values Survey* (WVS), entre 1995 e 2014. Foa e Mounk destacaram que houve, nesse período, um aumento na avaliação negativa sobre a democracia; elevação do ceticismo quanto a ser possível melhorá-la por meio da participação política; e preferência por regimes não democráticos. O que chamou ainda mais a atenção, indicaram os autores, é que essas tendências foram mais acentuadas entre os mais jovens nos Estados Unidos e na Europa, reforçando a sustentação da hipótese que afirma haver uma “desconsolidação democrática” nos países em que as democracias têm mais tempo e enraizamento.

No próprio *Journal of Democracy*, Ronald Inglehart (2016) respondeu aos questionamentos de Foa e Mounk com um breve texto intitulado “*The danger of*

*deconsolidation: how much should we worry?*”. Utilizando a mesma base de dados, o autor chegou a conclusões menos pessimistas, optando por destacar o avanço de uma agenda progressista de valores tanto em países em vias de desenvolvimento quanto em países desenvolvidos, incluindo o crescimento da opinião favorável à igualdade de direitos entre homens e mulheres, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e ao respeito aos direitos humanos, por exemplo. Para Inglehart, com base no princípio eleitoral da maioria, a democracia oferecerá oportunamente um remédio ao desencantamento democrático via uma pauta tendente a reduzir as desigualdades sociais e a conter influência dos mais ricos sobre a elite política.

Inglehart argumentou que, se por um lado há evidências relativas a um desgaste quanto à fé na democracia e ao crescimento de apoio a alternativas não democráticas, isso não significa que a democracia liberal tenha alcançado seu ápice e entrado em declínio. Contrariamente, o autor reforçou a ideia de que a prosperidade e ganhos econômicos registrados nas últimas décadas em países desenvolvidos atingiram um limite, tendo como desdobramento a perda de empregos, incluso para a parcela dos mais jovens e mais bem qualificados. Isso, entretanto, não seria um efeito constante, mas uma realidade solucionável a partir das políticas correspondentes. Para Inglehart, a longo prazo, o desenvolvimento econômico continuará sendo determinante para gerar as condições culturais favoráveis à democracia (INGLEHART, 2016).

Isso significa que, para Inglehart, ao observar que, em muitos países industrializados, o número de pessoas que priorizam a liberdade individual é majoritário – e também é crescente em países em desenvolvimento –, as perspectivas para a democracia a longo prazo continuarão a ser positivas. Segundo o autor, entretanto, esse movimento não é linear, visto que o desenvolvimento econômico oscila temporalmente em ciclos, fato que atrasa o processo de mudança cultural, mas sem poder para se constituir como uma ameaça à democracia (INGLEHART 2016).

Fora questões metodológicas relativas à interpretação de dados gerados a partir da plataforma *World Values Survey* (WVS) que deram lugar às divergências entre Mounk e Inglehart quanto a riscos democráticos, há outros pontos que demandam atenção na teorização de Inglehart, e que paradoxalmente são similares ao que foi observado previamente em autores como Mounk (2019), Levitsky e Ziblatt (2018):



- a) Ao descrever o processo de democratização dos países industrializados como uma ação linear e previsível, Inglehart implicitamente acaba defendendo um modelo específico de democracia que só será alcançado a partir da presença de determinadas condições a priori. Ou seja, os países em vias de desenvolvimento obrigatoriamente deveriam superar diversos estágios para que a democracia liberal seja uma realidade. Assim como Mounk, Levitsky e Ziblatt, Inglehart acabou criando modelos normativos e paradigmáticos inspirados nos casos da Europa e dos Estados Unidos, em que a ideia de modernização parece vir atrelada implicitamente a um processo de ocidentalização;
- b) Tomando como referência o tópico anterior, por lógica, Inglehart parece reconhecer implicitamente que a evolução das sociedades que não atingiram certos parâmetros em termos de valores culturais as caracterizaria como sociedades atrasadas;
- c) Assim como Mounk, Levitsky e Ziblatt, Inglehart ignora veladamente particularidades culturais e históricas dos países em desenvolvimento que deveriam ser consideradas como variáveis relevantes;
- d) O caráter normativo e evolutivo da democracia liberal dentro da teoria de Inglehart acaba relativizando de alguma forma a política como variável analítica relevante. Tal fato decorre da necessidade metodológica de criar uma teoria mais geral, preditiva e abrangente;
- e) Sobre o papel do capitalismo e sua relação com a democracia, Inglehart vai além do posicionamento de Mounk, Levitsky e Ziblatt, que se omitiram nesse aspecto e apontaram unicamente um desequilíbrio institucional que poderia ser ajustado a partir da mudança de postura das elites e de políticas públicas mitigadoras. Já na teoria do desenvolvimento humano de Inglehart, delineada em 1997, o capitalismo é enxergado como convergente com a democracia e promotor de igualdade social (INGLEHART, 2020). Na lógica do autor, a mudança cultural rumo à liberdade individual está atrelada a um processo geracional nas sociedades que avançam no processo de industrialização, contribuindo progressivamente para constituir sociedades cada vez mais liberais. Se o capitalismo gera desigualdade, Inglehart entende que as elites governantes, a partir de um chamado à responsabilidade, deveriam atender as demandas materiais da sociedade. O autor, contudo, não oferece maiores detalhes sobre as limitações que os governantes encontram a

partir das imposições das regras de mercado e do poder econômico, por exemplo, ignorando de alguma forma a dinâmica do capitalismo como gerador de desigualdades sociais.

Apesar dos pontos de ordem teórica e metodológica mencionados, alguns autores na América Latina têm demonstrado que, com base numa reflexão crítica, mas ao mesmo tempo construtiva, os parâmetros estabelecidos por Inglehart apresentam significativa consistência. Henrique Carlos de Oliveira Castro e Daniel Capistrano (2008) mencionam que, por ter levantado questões como a mudança de valores, o pós-materialismo, a cultura política e a democracia: “[...] o trabalho de Ronald Inglehart ultrapassou as discussões estritas sobre o tema e formou, juntamente com outras colaborações, um instrumental teórico que dá base para outras perspectivas dentro da ciência política [...]” (CASTRO e CAPISTRANO, 2008, p. 88).

Os autores observaram que a construção teórica de Ronald Inglehart está atrelada ao surgimento de valores pós-materialistas estritamente ligados ao contexto sócio-histórico dos Estados Unidos e de alguns países da Europa Ocidental. Isso, entretanto, não implica que a dimensão "materialismo/pós-materialismo" só exista nessas sociedades (CASTRO e CAPISTRANO, 2008).

Segundo Castro e Capistrano (2008), a forma como a cultura política é trabalhada por Inglehart apresentou diversas dificuldades no tocante à análise de situações além dos países industrializados de Ocidente. O conceito de cultura política, as variáveis que compõem esse conceito, o escopo formulado e a abordagem proposta demonstraram não se adaptar facilmente a outras realidades, situação que demanda obrigatórios ajustes: “Faz-se necessário, portanto, uma reformulação do conceito de cultura política de forma que dê conta dos processos e dinâmicas características da realidade latino-americana [...]” (CASTRO e CAPISTRANO, 2008, p. 93).

Os autores entenderam que parte desses ajustes passa por incorporar os contextos histórico, social e político das nações como fatores determinantes da formação e mudança da cultura política:

A incorporação de elementos ligados a essas questões traz benefícios não somente ao debate sobre os resultados de pesquisa como, principalmente, à operacionalização mais apurada do conceito de ‘cultura política’ [...] [evitando negligenciar] características peculiares da formação histórica, social e política de cada caso. (CAPISTRANO e CASTRO, 2010, p. 339).

Dando continuidade à argumentação, Capistrano e Castro (2010) postularam que, dentro da teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart:

[...] as lacunas existentes podem ser preenchidas com mais propriedade por meio de análises alternativas substantivas em relação à formação e o contexto histórico, social e político das diversas sociedades e as interpretações derivadas sobre a modernização. Essas análises podem ser encontradas em trabalhos de teoria social pouco debatidos dentro da ciência política ou subestimados quanto ao seu poder analítico por duas razões principais: primeiramente, a questão da divisão disciplinar que impede o diálogo entre sociólogos, cientistas políticos, historiadores e filósofos políticos; além disso, o subcampo da cultura política tende a desconsiderar trabalhos que não possuam a empiria como a ênfase do estudo. (CAPISTRANO e CASTRO, 2010, p. 341).

Segundo Capistrano e Castro (2010), a revisão de teóricos sociais que se tornaram clássicos latino-americanos por terem produzido reconhecidas interpretações da modernização e do impacto social desse fenômeno sobre a cultura política – como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Gino Germani ou Natalio Botana, por exemplo –, teria por objetivo:

[...] sofisticar a crítica quanto à relação de causalidade encontrada em alguns casos específicos e [sanar] a equivocada desconsideração, ou subestimação, de variáveis importantes como a tradição, a história e o contexto social específico de cada país. (CAPISTRANO e CASTRO, 2010, p. 348).

Diante dessas argumentações colocadas, esta pesquisa entendeu como solução adequada à alternativa metodológica de introduzir elementos histórico-sociais dos casos abordados – Brasil e Argentina –, ao considerar ter plena capacidade de oferecer recursos para anular o caráter normativo e etnocentrista da teoria da cultura política de Almond e Verba, e da teoria de desenvolvimento humano de Inglehart.

O sociólogo Ednaldo Ribeiro – que se destaca por desenvolver pesquisas na área de comportamento político, principalmente sobre valores, atitudes democráticas e participação política –, reforçou metodologicamente os argumentos de Castro e

Capistrano ao certificar a consistência do pós-materialismo por meio da testagem da validade dos índices propostos por Inglehart no contexto brasileiro. Utilizando dados produzidos pelo projeto *World Values Survey* (WVS) e empregando diferentes técnicas estatísticas, o autor identificou que suas medições apresentaram significativa consistência e coerência interna no contexto local, oferecendo representações satisfatórias dentro da dimensão que opõe tendências materialistas a pós-materialistas (RIBEIRO, 2007).

### 3.2. Metodologia comparativa

As ciências sociais possuem a comparação como uma de suas principais estratégias metodológicas. O professor Camilo Negri (2011) lembra, entretanto, que:

Deve-se distinguir, porém, a comparação de forma ‘não consciente’, que acaba naturalizada na maneira com que o cientista social olha para o seu objeto quando busca sistematizar as suas diferentes manifestações e realizar suas primeiras categorizações ou quando o analisa em contraste com a literatura existente, por exemplo, daquela feita propositalmente, ou seja, daquela domesticada através de um desenho de pesquisa consciente e metodicamente orientado. (NEGRI, 2011)

A comparação entre Argentina e Brasil aqui apresentada foi construída nesse segundo sentido apontado por Negri, a partir da lógica do desenho de “*Most Similar Systems*” (PRZEWORSKI e TEUNE, 1970), que centra a sua atenção nas similaridades e diferenças intersistêmicas. Nesse desenho de casos similares, Adam Przeworski e Henry Teune explicam que:

[...] as características sistêmicas comuns são consideradas como ‘estando controladas’, enquanto as diferenças inter-sistêmicas são enxergadas como variáveis explicativas. O número de características comuns procuradas é o máximo e o número de características não compartilhadas é o mínimo. (PRZEWORSKI e TEUNE, 1970, p.33, tradução nossa).

Esse desenho baseia-se na crença de que, ao trabalhar com sistemas que possuem a maior quantidade de traços similares, se obtêm ótimas amostras para a pesquisa comparativa. Realizar uma comparação, por exemplo, entre grupos de países escandinavos, anglo-saxões ou latino-americanos permite obter ótimas amostras, já que, dentro desses grupos, os países compartilham traços similares no âmbito econômico, político e cultural, possibilitando que o número de variáveis “experimentais” seja minimizado (PRZEWORSKI e TEUNE, 1970).

No caso em análise neste trabalho, considerou-se que Argentina e Brasil apresentam um grande número de características sistêmicas comuns no âmbito das estruturas institucionais. Isso desconsidera os valores sociais e cultura política, pois estes fatores constituem um elemento com potencial explicativo no âmbito da hipótese colocada.

Ruth Collier e David Collier lembram que o desenho de casos similares não deixa de ser um “tipo ideal”, no qual o contraste possível entre eles nunca é perfeitamente atingido. Porém, os autores destacam também que, no âmbito das ciências sociais, esse desenho de casos similares constitui um inestimável recurso de referência na elaboração de estudos comparativos (COLLIER, R. e COLLIER, D., 1991).

#### **4. Disposição dos capítulos**

Visando uma disposição objetiva e ordenada do trabalho, ele foi dividido em duas partes nitidamente diferentes, mas complementares:

O primeiro capítulo permitiu desenvolver um histórico, além de descrever a evolução metodológica do conceito de populismo, elemento basilar dentro da formulação do problema e da hipótese da pesquisa. Já o segundo capítulo abordou, de forma resumida, o contexto histórico, social e político nos processos de modernização dos casos argentino e brasileiro, com o fim de evidenciar contrastes na formação e mudança da cultura política de cada país, destacando o caráter autoritário como marca presente nos dois casos em análise. Tal medida, segundo foi apontado, teve o objetivo de trazer uma solução metodológica ao alegado caráter normativo e etnocentrista da teoria de cultura política de Almond e Verba e da teoria de desenvolvimento humano de Inglehart. Elaborada com base em fontes secundárias, essa primeira parte da pesquisa ofereceu subsídios fundamentais ao se transformar em sustento à análise e conclusões da segunda parte.

O terceiro capítulo, que justamente integra essa segunda parte junto ao quarto e último capítulo da conclusão, debruçou-se sobre o banco de dados do *World Values Survey* (WVS) para analisar os resultados produzidos pela sétima e última onda do WVS, oferecendo informações levantadas entre 2017 e 2020. Ondas anteriores – de 1990/1991

em diante – foram também utilizadas para comprovar ou refutar tendências sobre os casos em estudo.

De forma complementar, foram também incluídas informações produzidas pelo último levantamento do *Latinobarómetro*, realizado em 2020, permitindo fazer análises online cruzando diversas variáveis, como idade, religião e formação, por exemplo. Dados anteriores a 2018, produzidos pelo *Latinobarómetro* desde 1995, também foram utilizados para elaborar tendências em relação à cultura política no Brasil e na Argentina.

O ordenamento apresentado possibilitou estudar e analisar o material levantado ao longo da pesquisa, permitindo confrontar dados, discutir as hipóteses e apresentar os resultados na forma de descobertas, plasmadas na conclusão deste trabalho.

# Capítulo I

## **A epistemologia do conceito de populismo na América Latina**

Segundo apontado na introdução, a pesquisa colocou como problema o surgimento de um espaço político para o avanço de uma direita mais radical e populista no Brasil a partir da vitória do projeto político de Jair Bolsonaro (PSL), em 2018, enquanto, na Argentina, a direita que chegou ao poder em 2015, liderada por Mauricio Macri (PRO), manteve-se dentro dos limites democrático-liberais, sem qualquer espaço político ou eleitoral para projetos autoritários.

Atendendo ao problema formulado, a hipótese do trabalho procurou estabelecer comparativamente uma relação entre os diferentes desempenhos dos regimes políticos brasileiro e argentino com base na variável “cultura política” que define cada sociedade. Desse modo, afirma-se que o caso argentino se apresenta como menos propício ao surgimento de lideranças populistas radicalizadas, enquanto o caso brasileiro é mais susceptível à ascensão desse tipo de liderança.

Por ser o populismo um elemento central dentro do problema formulado e da hipótese apresentada, entendeu-se ser necessário apresentar de forma resumida a trajetória do conceito na América Latina, as polêmicas epistemológicas e a definição de populismo utilizada pela pesquisa. Logicamente, não se teve a ambição de oferecer respostas conclusivas ou encerrar assunto de tamanha complexidade.

### **1.1. O conceito populismo na visão da teoria da modernização**

O conceito de populismo ganhou novo destaque acadêmico nos últimos anos a partir do resgate do debate por parte de historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Isso se dá como um reflexo lógico decorrente de acontecimentos políticos como a campanha vitoriosa do Brexit no Reino Unido, a inesperada captura do Partido Republicano por Donald Trump, o avanço de partidos populistas na Alemanha e a vitória eleitoral de diversos líderes populistas ao redor do mundo.

Apesar de ser objeto de estudo científico há décadas, o conceito de populismo não possui ainda uma formulação epistemológica acabada. Seja pela polêmica que o assunto tem gerado, seja pela diversidade histórica e espacial do populismo, como resultado, geram-se múltiplas abordagens nas ciências sociais. De forma clássica, podem ser definidas três grandes aproximações analíticas do populismo: 1) pode ser estudado como um fenômeno de origem social; 2) pode ser abordado como uma forma de governo; ou ainda 3) pode ser entendido como uma ideologia específica (WORSLEY, 1973).

De forma natural, foi retomada a discussão epistemológica relativa à operacionalidade do conceito de populismo na América Latina, configurando um dos assuntos mais polêmicos e complexos dentro das ciências sociais no início da década de 2020. Sobre esse aspecto operacional, a cientista política brasileira Mayra Goulart reconheceu o caráter polissêmico do conceito e o vinculou a diferentes momentos da história latino-americana:

O conceito de populismo pode ser usado como um marcador das viragens pelas quais passou o pensamento e a práxis política latino-americana. Essa função de bússola, capaz de conduzir o observador interessado em caminhar pelos labirínticos caminhos da história política deste subcontinente, resulta da sensibilidade do conceito às mudanças de humores na região, mas, também, da reincidência de alguns de seus temas como o personalismo, o multiclassismo e a debilidade das instituições liberais. (GOULART, 2018, p. 51).

Os sociólogos argentinos Torcuato Di Tella (1965) e Gino Germani (1979, 2019) foram pioneiros, nas décadas de 1950 e 1960, ao pretender explicar cientificamente o fenômeno do populismo a partir da construção de modelos cujos pressupostos têm como base uma situação de transição disruptiva entre uma sociedade conservadora, tradicional e de matriz rural, para uma sociedade moderna, industrializada e de matriz urbana, saindo de uma economia pré-capitalista para entrar numa economia de mercado. Para os citados autores, então, os pilares do populismo estariam nos desarranjos causados por essa transição entre dois modelos econômicos e sociais diversos.

Segundo Di Tella (1965), essa transição foi diferente na Europa, pois a passagem de uma democracia inicialmente limitada a uma democracia ampliada foi feita sem rupturas políticas, ocorrendo por meio de canais políticos e institucionais previamente estabelecidos. Segundo Di Tella:



*En América Latina, como en la mayoría de las actuales zonas en desarrollo, los mecanismos de la reforma no pueden ser iguales a los que funcionaron en el contexto europeo. Para ponerlo brevemente, en Europa la reforma fue producida primero por un partido liberal, basado en las clases medias, y luego por un movimiento obrero centrado en los sindicatos. Aun cuando hubo algunas desviaciones con respecto a esa pauta, en términos generales el orden de sucesión se mantuvo. [...] Ahora bien, este esquema no puede funcionar en absoluto las zonas subdesarrolladas del mundo. En lugar del liberalismo o el obrerismo hallamos una variedad de movimientos políticos que, a falta de un término más adecuado, han sido a menudo designados con el concepto múltiple de 'populismo'. El término es bastante desdeñoso, en tanto implica la connotación de algo desagradable, algo desordenado y brutal. (DI TELLA, 1965, p. 391-392).*

Ou seja, na América Latina, ao contrário do caso europeu, a prematura mobilização política da população teria gerado uma pressão que não encontrou os devidos caminhos institucionais para permitir sua participação. Ainda segundo Di Tella:

*Como consecuencia de la debilidad o imposibilidad de formar un movimiento político liberal u obrero, alguna otra combinación ocupará la escena por el lado de la reforma (o revolución). En general estará formada con elementos provenientes de diversas clases sociales, y contará con una ideología 'avanzada' con respecto a su composición de clases. Esto significa que, dada la situación internacional y la atmósfera cultural y política, los partidos progresistas de las naciones subdesarrolladas adoptarán muchos elementos de las ideologías más radicales asequibles en el mercado mundial. En la experiencia europea, tales ideologías (en su mayor parte variedades de socialismo o marxismo) están ligadas históricamente a las clases trabajadoras. Pero en el mundo subdesarrollado son adoptadas por partidos progresistas (reformistas o revolucionarios) que incluyen muchos elementos aparte de los obreros urbanos o rurales. Esto no crea un gran problema, porque las ideologías se utilizan en forma instrumental, como un medio de control social y de movilización de las masas, en una medida que no tiene paralelo en las naciones más antiguas. El corpus de la doctrina se reinterpreta y se mezcla con elementos nacionalistas pero, sobre todo, se ritualiza hasta hacerse irreconocible. (DI TELLA, 1965, p. 397).*

No artigo “*Populismo y reforma em América Latina*”, Torcuato Di Tella (1965) abordou a questão do populismo com o objetivo de construir um modelo analítico não só aplicável aos casos latino-americanos, mas a qualquer outra realidade similar, visto que, para o autor, o fenômeno pode apresentar-se em uma vasta gama de países “subdesenvolvidos” em que a incorporação política das massas não se deu por uma via institucional liberal, sejam partidos políticos ou organizações de classe. É inequívoca a meta de Di Tella ao pretender construir um conceito explicativo geral e abrangente com

capacidade para compreender todos as características do populismo, ainda que em diferentes realidades de espaço e tempo.

Influenciado provavelmente pelos teóricos da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e as teses de centro e periferia, Di Tella entendeu que o subdesenvolvimento econômico dos países sujeitos ao fenômeno do populismo está relacionado também a uma forma específica de participação na economia internacional. Essa relação surge quando as economias subdesenvolvidas passam a se inserir no mercado mundial, tendo como referência os padrões de consumo de países desenvolvidos, mas há incapacidade de atender tal demanda:

*Pero la expansión económica queda rezagada, agobiada por la explosión demográfica, por la falta de capacidad organizativa o por la dependencia con respecto a los mercados y el capital extranjeros, o aun por esfuerzos prematuros en favor de la redistribución. Necesariamente se produce un atolladero, al subir las aspiraciones muy por encima de las posibilidades de satisfacerlas. (DI TELLA, 1965, p. 394).*

Nesse contexto internacional, de nações subdesenvolvidas e dependentes economicamente, as massas tiveram limites políticos mais estreitos quando comparadas às experiências de países europeus e ao nível de desenvolvimento econômico diverso. Tal situação faz com que elas fiquem vulneráveis à manipulação de setores superiores ou médios, que foram capazes de canalizar politicamente essas massas em benefício próprio (DI TELLA, 1965).

Segundo Di Tella (1965), com as premissas colocadas acima, o populismo é um movimento político com forte apoio popular, com a participação de setores não operários com significativa influência política, e com uma ideologia “anti-status quo”. Desse modo, seriam três os elementos necessários para o surgimento do populismo:

- Uma elite situada nos níveis médio ou alto da estratificação social e dotada de motivações de ruptura política;
- Uma massa mobilizada como resultado da “revolução de aspirações” políticas e de consumo; e

- Uma ideologia ou estado emocional entre líderes e seguidores capaz de criar um vínculo político coletivo caracterizado pelo estado de efervescência social, situação que abre espaço para o surgimento de um líder personalista e carismático.

Com o objetivo de compreender a diversidade do populismo em países subdesenvolvidos, Di Tella (1965) sistematizou uma classificação com várias combinações a partir dos diferentes tipos de participação das elites dentro dos movimentos, incluindo não só casos da América Latina, mas também da Ásia, África e Oriente Médio:

- Alternativa moderada: caracteriza-se por ter elementos da burguesia, do clero e das Forças Armadas, com legitimidade dentro das suas próprias classes, podendo inclusive perder a característica populista e passar a ser um movimento conservador uma vez no poder. Ao citar casos concretos, Di Tella menciona partidos integrativos e policlassistas, como o mexicano *Partido Revolucionario Institucional* (PRI), que comandou o país entre 1929 e 2000, ou o governo de Getúlio Vargas, no Brasil, entre 1930 e 1945. Nesta classificação, entra também o caso do peronismo argentino (1946-1955) – junto a Chile e Uruguai –, mas com a ressalva de serem casos economicamente mais desenvolvidos;
- Alternativa intermediária legal: inclui elementos unicamente das classes mais baixas ou médias-baixas, além de intelectuais, com legitimidade vinda das respectivas classes. Apesar do elevado nível crítico à ordem vigente, procuram-se alternativas dentro da ordem institucional estabelecida. Nesta classificação, entra, por exemplo, o partido de esquerda peruano APRA, *Alianza Popular Revolucionaria Americana*, fundado em 1930.
- Alternativa intermediária violenta: neste caso, os elementos da burguesia, do clero e das Forças Armadas não possuem total apoio e legitimidade dentro das suas respectivas classes, tendendo a demandar o uso da força, mas sem chegar a questionar radicalmente a ordem vigente. Nesse caso, entram os partidos reformistas militares, sendo exemplos o “nasserismo”, movimento nacionalista egípcio cujo líder foi o general Gamal Abdel Nasser (1954-1970), e também o governo militar colombiano liderado pelo general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957);

- Alternativa radical: populismo conformado por elementos das classes médias ou baixas, além de intelectuais, que não possuem qualquer tipo de legitimidade dentro das suas classes, demandando uma ação revolucionária que pretende alterar a ordem vigente. Nesta classificação, entram os partidos social-revolucionários, sendo exemplo a revolução cubana liderada por Fidel Castro.

Finalizada a sua classificação, Di Tella (1965) abriu um espaço específico para os casos de Argentina, Chile e Uruguai, que ele descreveu como “o tipo de partido peronista”, classificação que serve como contraste ao caso brasileiro:

*En los países relativamente más desarrollados (siempre dentro del tiers monde) es más difícil que surja el populismo. Ello se debe a que los índices más elevados de alfabetismo, urbanización e industrialización significan que las clases obrera y media cuentan con mayor experiencia propia de organización. No intervienen con tanta facilidad en coaliciones populistas vagamente definidas y son más inmunes a los llamamientos emocionales. Esperan una aproximación más contractual a la política y exigen conocer con exactitud lo que se les ofrecerá a cambio de sus lealtades. Esta descripción, desde luego, es un poco idealista y pocas veces se llega a ella aun en las potencias mundiales centrales. Pero es útil tenerla en cuenta a fin de entender el comportamiento político en los países relativamente más desarrollados (Argentina, Uruguay, Chile) con respecto al resto. Otra característica importante de tales países es que la mayor parte de las clases medias, que tienen buenas posibilidades de ascenso social y son las principales beneficiarias de la prosperidad existente, tienden a colocarse en el lado conservador de la línea principal de conflicto social. [...] Una vez logrado el desarrollo y/o la industrialización, la burguesía y las clases medias tienen muchos menos motivos de queja contra el orden social. Por otra parte, la mayor organización y el mayor peso de las clases obreras las llevan a buscar expresión a través de instrumentos de factura propia. No son tan fácilmente contentadas como antes con las migajas de los frutos del poder cosechados por una coalición populista, particularmente si esta es de los tipos integrativo policlasista o aprista. (DI TELLA, 1965, p. 419-420).*

Logicamente, Di Tella (1965) não deixou de destacar que o peronismo foi claramente um movimento populista, visto que teve uma elevada adesão popular e apoio importante das Forças Armadas, do clero e de setores industriais marginalizados, sendo, contudo, grupos não legitimados dentro da burguesia argentina. O autor fez questão de mencionar, ainda, que, antes do peronismo, a Argentina teve um regime “semiliberal” com participação política de destaque das classes médias por meio da *Unión Cívica Radical* (UCR), enquanto os estratos superiores da classe operária encontraram espaços de participação política nos partidos socialistas e comunistas, bem como nos ativos sindicatos trabalhistas.

Esses setores da sociedade foram peças ativas contra o avanço do peronismo. Segundo Di Tella, tal fato reforça a hipótese que estabelece uma relação entre populismo e desenvolvimento econômico, pois o tipo de populismo conformado no caso argentino configurou-se como uma coalizão menos estável e duradoura, ao se apoiar quase que exclusivamente nos sindicatos trabalhistas cooptados e no poder de mobilização popular dessas organizações (DI TELLA, 1965).

O caso argentino de populismo, segundo a visão de Di Tella (1965), contrasta com o caso brasileiro, este classificado dentro do grupo de partidos integrativos policlassistas, em que, além da classe trabalhadora, participam atores da burguesia – ainda que dividida – e das classes médias, com considerável legitimidade dentro dos seus próprios segmentos sociais, constituindo uma coalizão mais estável e previsível que o caso argentino. Nesse modelo, há uma grande maioria da população ainda residindo em âmbito rural, não se mobilizando ou sendo influenciada pelos meios de comunicação de massa:

*En Brasil, el gobierno de Vargas desde sus comienzos en 1930 hasta 1945, se acercó mucho a este modelo. Aun cuando no estuvo legitimado entre las clases altas, contó por cierto con una aceptación bastante amplia entre la burguesía y las clases medias. Sin embargo, las condiciones especiales de Brasil, que en tan alto grado es ‘dos países en uno’, complican la situación. La parte más desarrollada de Brasil exige una estructura política más moderna, que se acerca casi al modelo europeo. [...] Pero el hecho de que el país, en su conjunto, se encuentre en una etapa inferior de crecimiento, mantiene la fuerza de muchos patrones tradicionales. De tal modo, la coalición gobernante casi permanente de los herederos de Vargas [...], que tuvieron el poder entre 1946 y 1964, es el equivalente del PRI en Méjico. (DI TELLA, 1965, p. 405).*

No artigo “*Clases Populares y Democracia Representativa en América Latina*” (1962, 1973), numa linha similar à de Di Tella, o sociólogo argentino Gino Germani abordou a questão do populismo – apesar de não utilizar o termo de forma explícita –, a partir dos entraves enfrentados pelos países da América Latina para avançar rumo a democracias com participação plena, abandonando a matriz de sociedade tradicional para passar a ser uma sociedade industrial. Como traço fundamental, Germani apontou uma “assincronicidade” na América Latina a partir da convivência entre áreas desenvolvidas e atrasadas dentro dos países da região:

*Un análisis del proceso político en América Latina – como el de todo proceso social – requiere tener en cuenta en primer lugar un rasgo*

*universal de los países subdesarrollados: la coexistencia de lo 'no contemporáneo'. Se trata de un fenómeno bien conocido y que no necesita sino ser brevemente recordado aquí. Sus manifestaciones más visibles son sin duda lo que podríamos llamar la asincronicidad tecnológica y la geográfica: el uso de los productos de la tecnología más reciente al lado de la supervivencia de instrumentos ya pretéritos, o el contraste entre 'áreas desarrolladas' y 'áreas atrasadas' dentro de un mismo país. (GERMANI, 1962, p. 23).*

Ao estudar a evolução dos países latino-americanos, Germani (1962, 1973) explicou que o processo político pode ser descrito como uma série de seis etapas sucessivas no caminho do desenvolvimento. O autor reconheceu que tal proposta tem grandes limitações, mas que, ainda assim, pode ser útil no plano prático. Em cada uma das etapas, Germani focou nos aspectos que mais diretamente dizem respeito à posição política das camadas populares. As seis etapas mencionadas são:

- Guerras de libertação e proclamação formal da independência;
- Guerras civis, caudilhismo, anarquia;
- Autocracias unificadoras;
- Democracias representativas de participação "limitada" ou "oligarquia";
- Democracias representativas com participação ampliada;
- Democracias representando a participação total; e
- Revoluções nacional-populares como possível alternativa às referidas formas de democracia.

A etapa sobre a qual Gino Germani (1962, 1973) chamou a atenção é a quarta, de passagem de uma democracia limitada ou oligárquica para uma democracia representativa com participação ampliada, sendo central, dentro do processo, o movimento de mobilização e posterior integração das classes populares à política. Segundo o autor, é nesse momento que acontece um desvio em relação aos casos dos países desenvolvidos, o que acaba conduzindo às revoluções nacional-populares, marcadas por uma relação de manipulação das elites sobre as classes populares. O autor descreveu essa relação como:

*Con respecto a esta vasta gama de posibilidades en cuanto a elites y a sus relaciones con las masas en los movimientos nacionales-populares, es preciso tener en cuenta sobre todo dos aspectos: a) en primer lugar parece fuera de duda que el origen social y los fines políticos 'reales' de las elites*

*ponen ciertos límites a la acción de estos movimientos, especialmente en cuanto a su capacidad de transformación, en un sentido u otro, de la estructura social pre-existente; b) en segundo lugar cualquiera que sea el grado de manipulación de las masas por parte de las elites - es decir, el grado de coincidencia en los fines políticos 'reales' de unas y otras -, las masas deben poder lograr a través del movimiento y del régimen que del mismo surja, cierto grado efectivo de participación. (GERMANI, 1962, p. 38).*

Para dar base à sua argumentação, Germani (1962, 1973) explicou que as elites nacionais dos países subdesenvolvidos em nenhum momento conceberam a democracia liberal como um ideal – contrariamente ao que aconteceu com os movimentos progressistas do século XIX, em que a democracia foi enxergada como um modelo ou via para a modernização. No século XX, paradoxalmente, a democracia foi percebida pelas elites como uma ideologia conservadora destinada a proteger a manutenção das formas tradicionais de dominação nos países não industriais ou dependentes. A postura pragmática das elites é retratada por Germani nos seguintes termos:

*Esto se reflejó típicamente en las llamadas ideologías de industrialización cuyas características esenciales parecen ser el autoritarismo, el nacionalismo y una u otra forma de socialismo, colectivismo o capitalismo de Estado, es decir movimientos que han combinado de variable manera contenidos ideológicos correspondientes a tradiciones políticas opuestas. Autoritarismo de izquierda, nacionalismo de izquierda, socialismo de derecha y una multitud de fórmulas híbridas o hasta paradójicas desde la perspectiva la dicotomía (o continuum) izquierda-derecha. Son precisamente estas formas que, a pesar de sus varias y en muchos sentidos opuestas variedades, podemos subsumir bajo la denominación genérica de movimientos 'nacionales-populares'. (GERMANI, 1962, p. 36).*

Tanto Di Tella quanto Germani, com base nas premissas da teoria da modernização, abordaram a questão do populismo na América Latina tendo como referência os casos dos países ocidentais industrializados. Di Tella destacou a ausência de canais institucionais para incorporar a participação política das massas, sendo o populismo a forma encontrada na América Latina para superar a condição de “subdesenvolvimento”. Já Germani abordou a constituição dos regimes nacional-populares a partir do tipo de participação das massas, processo que foi controlado sempre pelas elites e que diferiu também do modelo liberal europeu.

Em 1975, o sociólogo brasileiro Octavio Ianni (1991) abordou o populismo a partir de um ponto de vista totalmente diverso – e inclusive crítico – ao de Germani e Di Tella, saindo da órbita da teoria da modernização para aplicar uma visão marxista sobre

o fenômeno, vinculando as transformações econômicas e as novas formas de produção às mudanças políticas e sociais. Nas palavras de Ianni, na obra “A formação do Estado populista na América Latina”, a explicação é a seguinte:

Parece-nos de interesse, portanto, examinar as condições históricas responsáveis pelo aparecimento e desenvolvimento dos movimentos de massas, partidos políticos e governos populistas em países da América Latina. Isto significa que o populismo pode ser visto no contexto do processo de desenvolvimento das relações de produção capitalista de nesses países. (IANNI, 1991 p. 8-9).

Ianni (1991) entendeu que o populismo na América Latina teve início no processo de crise do Estado oligárquico do século XIX, que não conseguiu dar respostas institucionais às pressões de novas classes, surgidas nas áreas urbanas e nos centros industriais. O autor, ainda, deu um passo além e relacionou o colapso das oligarquias liberais ou autoritárias do século XIX à crise do imperialismo europeu e norte-americano, processo que abriu novas possibilidades de reorganização do aparelho estatal, tendo as massas um importante papel político:

Sob vários aspectos, o populismo latino-americano parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente. A natureza do governo populista (que é onde se exprime mais concretamente o caráter do populismo) está na busca de uma nova combinação entre as tendências do sistema social e as determinações da dependência econômica. Nesse contexto, as massas assalariadas aparecem como um elemento político dinâmico e criador. As massas populistas (por suas ações, tanto quanto na forma pela qual são manipuladas) possibilitam a reelaboração da estrutura e atribuições do Estado. (IANNI, 1991 p. 9).

Para Ianni (1991), a industrialização e os movimentos migratórios do campo para grandes cidades entre a Primeira e a Segunda Guerra foram elementos basilares para entender e explicar a aliança entre as massas assalariadas e a burguesia industrial. Em países como México, Brasil e Argentina, por exemplo, esse movimento das forças sociais e políticas emergentes pretendeu avançar na ruptura de estruturas internas e externas para reformular as relações políticas e econômicas:

O declínio da oligarquia e o surgimento do populismo são fenômenos relacionados tanto à crise das relações de dependência como às transformações sociais, mais ou menos intensas e amplas, havidas no interior de várias sociedades latino-americanas. Ao surgirem as novas forças sociais e políticas geradas com a urbanização, a industrialização e o



crescimento do setor terciário, destroem-se algumas bases mais importantes do poder oligárquico e criam-se as condições para novas formas de organização do poder. (IANNI, 1991 p. 83).

Apesar das críticas implícitas de Ianni a Germani, há um ponto de contato entre os dois autores no tocante à manipulação política das massas dentro da dinâmica do populismo. Essa análise foi apresentada por Ianni em 1968, no livro “O Colapso Do Populismo No Brasil”, ao afirmar que o populismo surgiu a partir de uma aliança tácita e tácita entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional contra o capital estrangeiro. No entanto, para Ianni, a classe trabalhadora foi manipulada nessa aliança ao aceitar assumir uma posição subalterna incentivada pela obtenção de benefícios materiais (consumo) e imateriais (inclusão social e participação política), o que acabou colocando em segundo lugar o caráter revolucionário do proletariado (IANNI, 1994).

Ao tratar especificamente o caso brasileiro, Ianni (1994) explicou que a aliança mencionada foi facilmente desfeita pelas elites, visto que, enquanto prevaleceu um desenvolvimento econômico real e a possibilidade de uma política distributivista, o populismo sustentou-se politicamente, mas, quando a matriz da substituição de importações se esgotou, a política de inclusão das massas perdeu a sua base material e a razão de ser. Paralelamente, no âmbito político, o populismo estava transformando-se em uma ameaça crescente diante das dificuldades das elites para manter a manipulação, além de ser detectado um avanço e crescimento dos movimentos de esquerda, seja no plano urbano, seja em áreas rurais. Ao ampliar a sua análise regionalmente, Ianni expôs a situação da seguinte forma citando os casos brasileiro e argentino:

Em situações críticas, entretanto, as lideranças burguesas do populismo abandonam as massas. Isto ocorre sempre que as oposições estão muito fortes, a taxa de desenvolvimento cai demasiado, ou quando os trabalhadores avançam bastante em suas reivindicações e organizações políticas. Foi o que se verificou na Argentina e no Brasil, por exemplo, dando lugar a golpes de Estado contra governos populistas. [...] Por isso, os setores burgueses da política de massas preferem apoiar-se em outros grupos e instrumentos de poder. É nas ocasiões de crise que as forças armadas, o clero e a maioria da classe média reaparecem como forças políticas predominantes e adversas às mudanças de cunho estrutural. (IANNI, 1991 p. 140-142).

Outro brasileiro, o cientista político Francisco Weffort, também teve contribuição considerável ao debate sobre o fenômeno do populismo ao escrever diversos textos entre

o final da década de 1960 e início da década de 1970. Esse material posteriormente seria condensado pelo autor em 1978 por meio do livro “O Populismo Na Política Brasileira” (WEFFORT, 2003).

Em movimento paralelo ao liderado por Gino Germani na Argentina, Weffort iniciou, na década de 1960, sua carreira acadêmica com forte participação nos debates epistemológicos da Universidade de São Paulo (USP). Neles, o autor defendia uma sociologia científica e metodologicamente fundamentada, dada a sua influência recebida pelo forte viés cientificista e modernizante daquela época, sendo contraste e resposta ao subdesenvolvimento e conservadorismo que marcavam o Brasil daquele tempo.

Ao se debruçar especificamente sobre o caso brasileiro, a abordagem proposta por Weffort (2003) enxergou dois processos historicamente diversos que acabam confluindo na irrupção das massas na política brasileira. O primeiro processo, identificado como elemento iniciador do populismo, tem como data de referência a crise de 1930 e o esgotamento do modelo agroexportador, numa linha similar à enxergada por Ianni ao descrever a crise da oligarquia latifundiária, em que os movimentos de migração do campo para as cidades acompanham as políticas de incentivo à industrialização. Nessa etapa, Vargas apareceu como uma figura carismática cujo papel foi o de equilibrar os anseios das elites e das massas, sendo o Estado um elo estratégico entre as partes, abrindo espaço para o que o autor entende ser uma manipulação populista das massas. Segundo Weffort:

É certo, porém, que o populismo implica, em qualquer de suas formas, uma traição à massa popular. Ainda quando tenha bases operárias mais ou menos amplas como nos casos de Vargas e de Quadros, o padrão típico da política permanece limitado aos horizontes da pequena burguesia. Deste modo, por limitar-se às formas pequeno-burguesas de ação, o populismo traz em si a inconsistência que conduz inevitavelmente à traição. (WEFFORT, 2003 p. 34).

O segundo momento descrito por Weffort, cuja referência temporal é 1945, caracteriza-se por ser um processo de abertura política, de aprofundamento da democratização e de politização das massas. Esse movimento foi interpretado como uma ameaça pelas elites a partir do suposto potencial revolucionário, sentimento que se viu reforçado na década de 1960 por uma crise econômica que marcou os limites do Estado

populista nascido 30 anos atrás, e que concluiria com o golpe de Estado de 1964 (WEFFORT, 2003).

Weffort também participou do debate intenso aberto no final da década de 1950 e início da década de 1960 sobre os conceitos de populismo e nacionalismo, ao contribuir no livro “Política E Revolução Social No Brasil”, em coautoria com Gabriel Cohn, Octavio Ianni e André Singer. No quarto e último capítulo, “Política De Massas”, Weffort (1965) apresentou um contraponto à visão nacionalista e desenvolvimentista, predominante na academia daquela época. O sociólogo brasileiro Simon Schwartzman descreve o debate acadêmico da seguinte forma:

Em agosto de 1952, um grupo de estudiosos começou a se reunir, periodicamente, para discutir os grandes problemas da época. Da agenda constava ‘o esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época’. [...] Alguns meses depois [o Grupo de Itatiaia, como ficou conhecido], já em 1953, levaria à criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP, responsável, entre 1953 e 1956, pela edição de 5 volumes dos *Cadernos de Nosso Tempo*. A importância do IBESP e dos *Cadernos* é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB, vinculado ao governo de Juscelino Kubitschek].(SCHWARTZMAN, 1981, p. 3).

Schwartzman (1981) destacou ainda que a maior preocupação desse grupo de intelectuais de esquerda – com destaque para o sociólogo Hélio Jaguaribe –, passava pela situação de subdesenvolvimento brasileiro; a busca de uma posição internacional de não alinhamento num contexto de bipolaridade entre Estados Unidos e a União Soviética; um nacionalismo com foco nos recursos naturais próprios; uma maior racionalização da gestão pública; e, fundamentalmente, uma maior participação de setores populares na política.

Em 1954, em artigo publicado pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), sem especificar autoria (QUE É O ADEMARISMO, 1981), foi abordada a discussão do populismo na política brasileira ao analisar especificamente a situação que permitiu ao ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, ganhar destaque nacional para se tornar um candidato presidencial competitivo nas eleições de 1955 e 1960, por meio do Partido Social Progressista (PSP):

Neste caso, que é o ademarismo? A classificação que lhe convém já tem sido inúmeras vezes utilizada na linguagem corrente. O ademarismo é um populismo. O que ainda não se fez é a conceituação desse fenômeno e sua configuração, nas condições brasileiras. [...] O populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psicossocial do homem-massa. (QUE É O ADEMARISMO, 1981. p. 25-26).

Ao vincular o conceito do populismo ao “ademarismo”, os intelectuais do IBESP tentaram definir, então, quais seriam as características necessárias para descrever o populismo. O primeiro elemento característico corresponde a uma política de massas provenientes do proletariado urbano, mas sem qualquer orientação ideológica ou de consciência de classe:

[...] os movimentos de massa se realizam como expressão confusa e primária de aspirações instintivas da massa, permanecendo dentro do âmbito de condicionamento da classe dominante e das relações de espoliação. A massa não é uma classe, nem uma aliança ou articulação de classes, nem, mesmo, formalmente, um conjunto de classes. A massa é o conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica. (QUE É O ADEMARISMO, 1981. p. 25).

A segunda característica do populismo é a condição de vulnerabilidade política da classe dirigente, que, ao perder poder, tem a obrigação de se valer das massas na busca de sustentação política para poder avançar com os próprios projetos:

[...] é necessário que a classe dirigente, convertida em classe dominante, parasitária do processo social, tenha perdido sua representatividade, ou seja, sua atitude para dirigir o processo social com um mínimo de eficácia, em condições e para fins que atendam a um mínimo das necessidades dos diversos estratos da sociedade e satisfaça às necessidades essenciais da comunidade como um todo. (QUE É O ADEMARISMO, 1981. p. 26).

Por último, a terceira peça do conceito de populismo concebido pelo IBESP diz respeito à figura política que conduzirá o processo, ou seja, o líder carismático que se vinculará diretamente com as massas:

Não basta, todavia, para que surjam as manifestações de populismo, que se verifiquem suas condições histórico-sociais de possibilidade. Tais condições, de per si, são necessárias, mas não suficientes para que ocorram,

em grau significativo, essas manifestações de populismo, especificamente as que alcancem ou ameacem seriamente alcançar a direção social. Para tal se faz mister uma terceira condição, que é o aparecimento do líder populista, do homem carregado de um especial apelo às massas, apto a mobilizá-las politicamente para a conquista do poder.” (QUE É O ADEMARISMO, 1981. p. 26-27).

Em linha similar à descrição do que foi o ademarismo, Hélio Jaguaribe reforçou a interpretação dos nacionalistas sobre o populismo no livro “O Nacionalismo Na Atualidade Brasileira”, publicado em 1958 pelo ISEB:

No Brasil, verifica-se que o proletariado nem tomou consciência [de sua condição]. [...] Por outro lado, ao investirem contra o regime de espoliação e privilégios de classe, fazem-no na forma das manifestações inorgânicas e inconsistentes do populismo, deixando-se galvanizar por demagogos carismáticos, que não compreendem a realidade social nem podem conduzir à sua transformação. O resultado é sempre o agravamento dos processos suicidas de consumo, que conduzem à inflação e ao puro caos social. (JAGUARIBE, 2013. p 53-54).

A crítica de Weffort (2003) aos “isebianos”, no tocante ao nacionalismo, é a utilização apelativa que se faz em relação aos valores nacionais. Segundo o autor, essa ação teria o único objetivo de ocultar as contradições de classe, principalmente no que diz respeito ao plano ideológico-discursivo, visando dar uma maior coerência e coesão ao movimento político de massas.

O tom crítico de Weffort estendeu-se também à ideia de conceber o populismo como um movimento não ideologizado, sem consciência de classe e mais vinculado à exaltação de vínculos personalistas. Os cientistas políticos Daniela Mussi e André Cruz, ao investigar o pensamento de Weffort por meio da reconstrução de sua obra, descreveram-no da seguinte forma:

Weffort buscou se afastar da interpretação elitista que via o populismo como pura demagogia e adulação da massa popular pelo líder personalista desprovido de programas ou ideias. Para tal, apontou certo elitismo na própria interpretação nacionalista que, apesar da afinidade aparente com o povo, aproximava-se do diagnóstico de seus adversários ao caracterizar o populismo como fenômeno pré-ideológico ou a-ideológico. O esforço por se afastar tanto do liberalismo demofóbico das elites tradicionais paulistas como do nacionalismo paternalista das elites cariocas o levou a uma interpretação distinta da participação eleitoral das classes populares. [...] Assim, ao rejeitar a caracterização do populismo como fenômeno pré-ideológico ou individualizado, Weffort mirava especialmente o que considerava como inconsistências analíticas da abordagem nacionalista. (MUSSI e CRUZ, 2020, p. 3-5).

Até aqui, as quatro abordagens sociológicas apresentadas sobre o populismo na América Latina – Di Tella, Germani, Ianni e Weffort – podem ser vinculadas, de modo sumário, à teoria da modernização, por entender que o fenômeno estudado seria um reflexo de mudanças políticas, econômicas e sociais envolvendo a passagem de uma matriz agroexportadora a um modelo de industrialização vinculado ao processo de substituição de importações. Nas análises apresentadas, também se destaca o papel passivo dado às massas populares, ao ser descrita uma situação de manipulação ou de cooptação oportunista por parte das elites.

No entanto, é também evidente que há diferenças relevantes entre os autores trazidos ao debate, logicamente porque cada um deles apresenta parâmetros teóricos e metodológicos específicos. Di Tella teve o objetivo de criar um conceito universal aplicável a situações diferentes, independentemente do espaço e tempo em que se faça a análise; Germani, por sua vez, influenciado pelo funcionalismo de teóricos como Émile Durkheim, Gabriel Almond e Talcott Parsons, pretendeu construir um conceito sociológico cientificamente sólido e amparado metodologicamente; Ianni, metodologicamente alinhado à sociologia aplicada de Di Tella e Germani, aplicou, porém, uma abordagem mais próxima ao marxismo, atrelando o surgimento do populismo a condições materiais, especificamente ao esgotamento da matriz agroexportadora e à crise da oligarquia; e, finalmente, Weffort, também comprometido com uma sociologia cientificista, teve uma linha próxima à de Ianni, explicando o populismo como fenômeno vinculado à teoria da dependência.

## **1.2. O conceito de populismo na visão do historicismo**

Como contraponto às visões desenvolvimentista e nacionalista de populismo apresentadas pela sociologia, um grupo de historiadores – provenientes principalmente da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) –, questionou a elasticidade conceitual do populismo, além de variáveis como a manipulação dos trabalhadores ou o papel central dos demagogos. Além disso, criticaram, ainda, o teor negativo atrelado ao conceito e ao período histórico compreendido entre o início da Segunda República, em 1945, e a ditadura militar que irrompeu em 1964.

O livro “O Populismo E Sua História – debate e crítica”, obra organizada pelo historiador da UFF, Jorge Ferreira (2001), virou referência desse movimento ao destacar os problemas teóricos e metodológicos em torno do conceito de populismo. Na introdução, Ferreira abriu o debate assim:

O ‘populismo’, como noção para explicar a política brasileira de 1930 a 1964, tornou-se uma das mais bem-sucedidas imagens que se firmaram nas Ciências Humanas no Brasil. O ano de 1930 seria o início do ‘populismo na política brasileira’; 1945 marcaria rearranjos institucionais que teriam permitido a sua continuidade na experiência democrática; 1964, finalmente, significaria o seu colapso. O sucesso da expressão, no entanto, não se limitou aos estudos universitários, invadindo, da mesma maneira, as páginas da imprensa e a linguagem cotidiana da população. O político populista, assim, surge como um personagem que agirá de má fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo. Quando uma mesma noção é compartilhada por intelectuais e professores, mas também por jornalistas e trabalhadores, é muito difícil investigar a sua origem na história política do país, repensá-la e criticá-la. Aceita como um dado, como algo que é, a expressão tornou-se, na cultura política brasileira, uma espécie de ‘senso comum’, no sentido elaborado por Antonio Gramsci. (FERREIRA, 2001, p. 7).

Outro expoente do movimento historicista é Daniel Aarão Reis Filho (2001), que contribuiu com um capítulo ao livro organizado por Jorge Ferreira para reforçar a ideia de autonomia e consciência da classe trabalhadora ao destacar o protagonismo do movimento trabalhista. Segundo Reis Filho, essa construção de consciência teve uma linha ascendente ao longo da Segunda República, atingindo seu ápice no início da década de 1960. Em evento acadêmico na Universidade Federal de Juiz de Fora, posteriormente transcrito e publicado, o historiador relatou esse processo da seguinte forma:

[...] entre os anos de 1961-1964, houve uma conjuntura que eu considero a mais radicalizada da história da nossa República, quando grandes embates sociais se fizeram presentes. Ora, o que se evidencia neste período é uma impregnação fortíssima da tradição nacional-estatista. O programa das reformas de base então proposto constituiu a radicalização mais ousada do projeto nacional-estatista. Os trabalhadores rurais invadindo terras, os trabalhadores urbanos e os estudantes fazendo greves. [...] Formou-se então uma frente social inédita na história da República brasileira, exigindo reformas, mas que seriam revolucionárias se, de fato, se efetivassem. Se fosse aprovada, por exemplo, a reforma eleitoral, votariam os analfabetos, e eles eram cerca de 44% da população brasileira. Se houvesse a reforma universitária, toda a pesquisa e os currículos se voltariam, de forma consistente, para apreciar e investigar os problemas e os impasses da sociedade brasileira. Se a reforma agrária se concretizasse, distribuindo a terra, segundo os braços e as bocas, desencadear-se-ia no Brasil uma dinâmica que seria absolutamente imparável. (REIS FILHO, 2007, p. 100).

Ao descrever essa situação, Reis Filho (2001) entendeu que ficou demonstrado o nível de participação consciente das massas, funcionando como um movimento trabalhista engajado na obtenção de uma melhor condição social e econômica no âmbito de um sistema de produção capitalista. Segundo o historiador, a reação a esse status de radicalização materializou-se no golpe de Estado em 1964, que, dentre outros, teve como objetivo apagar o legado trabalhista de Getúlio Vargas e estigmatizar o populismo:

Neste período [...] demonizam o *populismo* e o termo passa a designar tudo o que de pior existia na história política brasileira. Os políticos populistas são corruptos, mentirosos, safados, demagogos, inconseqüentes, frágeis politicamente, fujões, covardes. [...] Embora com vieses diferentes, e perspectivas distintas, direitas e esquerdas radicais compartilham uma comum desafeição ao nacional-estatismo, que denominam (insultam) de populismo. (REIS FILHO, 2007, p. 103).

A referência da corrente historicista é a historiadora Angela de Castro Gomes (2001), que também deu sua contribuição ao livro organizado por Jorge Ferreira por meio do artigo “O Populismo E As Ciências Sociais No Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” – desdobramento de escrito prévio publicado anos antes (CASTRO GOMES, 1996). A partir de uma abordagem historiográfica, Castro Gomes apresentou, de forma detalhada, a trajetória histórica do conceito de populismo no Brasil, destacando sua conotação negativa e a preponderância interpretativa de uma linha específica que deixa pouco espaço para outras abordagens:

De início, convém observar que se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional. Ou seja, o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população [...] e incorporado à memória coletiva daqueles que, em graus variados, têm participação política: o de estigmatizador de políticos e da política em nosso país. São populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou, pior ainda, os que articulam retórica fácil com falta de caráter em nome de interesses pessoais. É o populismo, afinal, que demonstra como ‘o povo não sabe votar’ ou, em versão mais otimista, ‘ainda não aprendeu a votar’. [...] Desta forma, o princípio da classificação, que identifica a categoria na experiência brasileira, acabou por ser associado a um critério de valor que hierarquiza e condena *in totum* o populismo e tudo que ele possa adjetivar. (CASTRO GOMES, 2001, p. 20-21).



Após a crítica sobre a hegemonia da teoria da modernização em relação ao populismo – numa linha claramente refratária à posição de Francisco Weffort, por ser, segundo a autora, a contribuição mais influente –, Angela de Castro Gomes apresentou uma perspectiva de análise mais afim com a visão dos historiadores, por ter, justamente, a historicidade do conceito como base. A proposta da autora foi a de investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil – remetendo-se, inclusive, à data anterior a 1930 – destacando, principalmente, o papel de sujeito ativo e consciente que realiza escolhas de acordo com as suas possibilidades, rejeitando simultaneamente a abordagem que enxerga aos trabalhadores com uma postura politicamente passiva e a tese de um suposto desvio vinculada a uma linha determinista atrelada aos casos dos países ocidentais industrializados. Castro Gomes propôs, então, uma linha contrária à interpretação de uma manipulação política da burguesia, de cooptação ou de um controle do Estado sobre as massas, para dar lugar à ideia de um pacto e de uma relação mais equilibrada entre as partes (CASTRO GOMES, 2001).

Como forma metodológica de se afastar do conceito de populismo para reformular o significado do período compreendido entre 1930 e 1964 – incluindo as figuras políticas que se destacaram naquela época –, Castro Gomes (2002) optou por utilizar o conceito de trabalhismo por considerá-lo como uma tradição política pertencente ao campo do pensamento social/político brasileiro:

Daí a utilização de trabalhismo, [categoria] historicamente mais precisa e adequada para ressaltar novos significados para um conjunto de idéias e práticas da história política brasileira, especialmente no que se referia à práxis do Estado e à práxis da classe trabalhadora. (CASTRO GOMES, 2002, p. 59).

Ao tentar definir o que é o trabalhismo para justificar a opção em detrimento do conceito de populismo, a historiadora reconheceu que o apelo e poder mobilizador do primeiro termo não se compara em relação ao populismo. No entanto, Castro Gomes (2002) reforça o tradicionalismo de seu conceito com base nos antecedentes do movimento trabalhista ao longo da Primeira República, incluindo experiências, ideias, valores, crenças dos trabalhadores antes de 1930:

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de idéias, valores, símbolos, rituais e vocabulário que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto político, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República [...]. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas. (CASTRO GOMES, 2002, p. 67-68).

Como conclusão de sua abordagem, a historiadora estabeleceu um contraste justamente entre populismo e trabalhismo ao conceber o segundo como um mito político muito presente no imaginário social brasileiro. Se o trabalhismo pode ser interpretado como uma tradição política pertencente ao universo de fenômenos que integram o pensamento ou as ideias políticas, o mito do populismo pode assemelhar-se a outros dois mitos extremamente populares: “[...] o mito das três raças, que, via miscigenação, sustenta a ‘democracia racial’ brasileira; e o mito do ‘país bonito por natureza’, que remete à exuberância das riquezas naturais do Brasil [...]” (CASTRO GOMES, 2002, p. 64).

Segundo Castro Gomes (2002), o populismo, como mito, remete a características originárias da sociedade brasileira – hierarquizada, violenta, autoritária, verticalizada –, presentes em todas as relações sociais, como a família, a escola, o trabalho e a política. O mito do populismo geraria, então, uma retroalimentação na dinâmica social do Brasil, eternizando a ideia de que as elites são demagógicas, egoístas e tendentes a manipular constantemente o povo, sempre frágil e suscetível aos apelos de líderes messiânicos.

Angela Castro Gomes (2002) reforçou essa percepção do mito populista ao dizer, metaforicamente, que o populismo se assemelha a um gato com sete vidas, pois o conceito clássico continua vigente e arraigado fortemente na academia e na sociedade. O argumento da historiadora de fato aparece como válido ao lembrar, por exemplo, que o populismo foi resgatado na década de 1990 como variável analítica para explicar as dificuldades enfrentadas pela democracia brasileira em momento posterior ao processo de abertura política, especificamente na fracassada gestão do presidente Fernando Collor

(1990-1992). Regionalmente, houve processos similares no Peru de Alberto Fujimori (1990-2000), na Argentina de Carlos Menem (1989-1999) e no México, durante a gestão de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), todos marcados pelo rótulo do “neopopulismo” e a implementação de políticas neoliberais (VILAS, 2004).

Para confirmar a metáfora das sete vidas do populismo de Angela Castro Gomes, o conceito ressurgiu com força no início do século XXI, a partir da chegada ao poder de figuras de extrema-direita como Donald Trump nos Estados Unidos (2017-2021) e Jair Bolsonaro no Brasil (2019), ou ainda com a consolidação da Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen na França, para ficar nos casos mais emblemáticos. Pelo lado do populismo de esquerda, podem ser citados os casos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro na Venezuela (2013), ou ainda Evo Morales na Bolívia (2006-2019).

Poucos anos depois, numa linha totalmente diferente à de mitos e metáforas da abordagem historicista, ou ainda em relação ao positivismo metodológico e etnocentrista dos adeptos à teoria da modernidade, o teórico argentino Ernesto Laclau publicou, em 2005, o livro “A Razão Populista” (2012), causando uma revolução conceitual em relação ao populismo, assunto abordado em detalhes no próximo apartado.

### 1.3. Laclau e a revolução epistemológica da “Razão Populista”

O livro “A Razão Populista”, publicado em 2005 pelo filósofo e teórico político argentino Ernesto Laclau (2012), foi um ponto de inflexão na discussão sobre o conceito de populismo, gerando críticas e adesões. A intervenção de Laclau foi disruptiva, pois ele conseguiu deslocar o eixo do debate em torno do populismo sem necessariamente colocar em questão as contribuições anteriores. Para isso, o teórico pós-marxista evitou as variáveis tempo e espaço – países ou períodos históricos específicos –, para pensar o populismo como um fenômeno em si, como uma prática política que possui uma dinâmica própria, superando adjetivos como “fascista” ou “comunista”. Nas palavras de Laclau:

*[...] un movimiento no es populista porque en su política o ideología presenta **contenidos** reales identificables como populistas, sino porque demuestre una determinada **lógica de articulación** de esos contenidos – cualesquiera sean estos últimos. (LACLAU, 2009, p. 52, grifo do autor).*

Para começar a delinear seu conceito de populismo e afastar-se da discussão clássica e tradicional iniciada na década de 1950, Laclau apelou à filosofia para dar ao conceito um sentido ontológico, ou seja, destacar aquilo que transcende, que é essencial e comum ao fenômeno em estudo, permitindo superar a âncora representada por questões empíricas específicas para passar àquilo que é constitutivo ao populismo:

*[...] existe una segunda posibilidad – a saber, que las prácticas políticas no expresan la naturaleza de los agentes sociales sino que, en cambio, los **constituyan** –. En ese caso, la práctica política tendría cierto tipo de prioridad ontológica sobre el agente – este último sería meramente un precipitado histórico de la primera. (LACLAU, 2009, p. 52, grifo do autor).*

Ao colocar o populismo não como uma anomalia ou falha sistêmica, mas como uma prática política constitutiva que tem uma lógica e uma racionalidade, Laclau (2009) pretendeu claramente resgatar o conceito do caráter pejorativo e marginal atribuído até esse momento pela academia.

Tendo, então, se distanciado devidamente da lógica clássica e tradicional na discussão sobre populismo, Laclau partiu da ideia de que, em toda comunidade, existem assimetrias e estas fazem com que a vontade dos atores sociais nunca coincida plenamente com o funcionamento da sociedade concebida como totalidade. Essas diferenças, por sua vez, conduzem a uma articulação política que reflete diversas identidades sociais (LACLAU, 2009)

Esses atores ou “unidades menores” que divergem a partir das próprias assimetrias levaram Laclau (2009) a conceber a demanda política como forma elementar da construção do vínculo social. Essa demanda, logicamente, não tem como ser suprida por conta própria, sendo sempre encaminhada a uma instância diferente daquela em que foi formulada, tendo como alvo o poder institucionalmente estabelecido. O autor destacou que essas demandas têm um caráter democrático, pois apontam a um ator politicamente legítimo que procura algum tipo de direito legalmente previsto, mas não cumprido, o que acaba resultando numa exclusão ou privação.

Se essas demandas são atendidas, ou ainda, se as demandas não aumentam e mantêm-se isoladas, o processo político encerra-se sem dar espaço ao populismo. No

entanto, se essas demandas aumentam quantitativamente e não há respostas institucionais satisfatórias, a situação altera-se, passando de um simples pedido (demandas democráticas) a uma exigência, ou demandas populares. Nesse momento, Laclau introduziu o conceito-chave de “lógica da diferença”:

*[...] A las lógicas sociales que operan de acuerdo a este modelo diferencial e institucionalizado las denominaremos **lógicas de la diferencia**. [...] Supongamos que el pedido es rechazado. Sin duda, una situación de frustración se derivará de esta decisión. Pero si hay sólo **una** demanda no satisfecha, esto no va a alterar sustancialmente la situación. Sin embargo, si por alguna razón la variedad de demandas no satisfechas es muy grande, esa frustración múltiple va a desencadenar lógicas sociales de un tipo muy diferente. (LACLAU, 2009, p. 56, grifo do autor).*

O ponto nevrálgico do argumento de Laclau em relação ao populismo passou pelo compartilhamento de uma dimensão negativa nas diversas demandas insatisfeitas. A base do conceito de populismo, então, foi definida pelo autor nos seguintes termos:

*[...] Una situación social en la cual las demandas tienden a reagruparse sobre la base negativa de que todas permanecen insatisfechas es la primera precondition – pero de ninguna manera la única – de ese modo de articulación política que denominamos populismo. (LACLAU, 2009, p. 56).*

No livro “*El Populismo Como Espejo De La Democracia*”, o cientista político uruguaio Francisco Panizza (2009) abordou as condições necessárias para o surgimento do populismo, numa linha convergente à proposta por Laclau em relação à dimensão negativa das demandas não atendidas e a lógica da diferença:

*Las prácticas populistas surgen a partir del fracaso de las instituciones sociales y políticas existentes para confinar y regular a los sujetos políticos dentro de un orden social relativamente estable. Es el lenguaje de la política cuando no puede haber política en su forma habitual: un modo de identificación característico de tiempos de inestabilidad y desalineamiento, que implica el restablecimiento de las fronteras sociales conforme a lineamientos diferentes de aquellos que previamente habían estructurado la sociedad. [...] En su forma más radical, las prácticas populistas operan dentro de un espacio social en el cual la gente tiene quejas, deseos, necesidades y carencias que aún no han sido constituidos como demandas políticas o, para expresarlo de otra manera, en el cual la gente no sabe cómo nombra aquello que le falta. (PANIZZA, 2009, p. 21-22).*

Panizza (2009) explicou que o populismo chega para alterar os limites do discurso político e articular novas relações sociais com o objetivo de redefinir as fronteiras

políticas e consolidar as novas identidades sociais em processo de construção. Para tanto, os líderes populistas nutrem-se politicamente daqueles que nunca viram atendidas suas demandas, além daqueles que alguma vez tiveram suas demandas contempladas, mas que, posteriormente, deixaram de ser priorizadas.

Essa situação de ruptura populista pode ser favorecida por determinadas circunstâncias em que predomina a agitação social, política, econômica e cultural, levando ao fracasso da representação e ao deslocamento das relações sociais previamente estabelecidas. Panizza (2009) destacou os seguintes momentos que tendem a favorecer o surgimento do populismo:

- a. **Colapso da ordem social:** colapso e ruptura da ordem social em que se perde a confiança sobre a capacidade do sistema para restaurar a normalidade. Crises econômicas, processos com hiperinflação e elevado desemprego são exemplos desse tipo de disfunção. Outro exemplo são as guerras civis, conflitos étnicos ou catástrofes naturais;
- b. **Esgotamento das tradições políticas e desprestígio dos políticos:** casos de corrupção com elevada midiaticização, abuso de autoridade e desprestígio dos partidos políticos, por exemplo, fazem parte desse movimento em que o populismo surge como opção política ao se apresentar como a antipolítica;
- c. **Alteração nos padrões econômicos, sociais e culturais:** o terceiro movimento que pode favorecer o surgimento do populismo está vinculado a mudanças decorrentes de processos de urbanização, modernização econômica ou alterações na demografia, produzindo mudanças nas relações sociais entre classes, grupos étnicos ou regionais, situação que tem potencial para alterar as identidades sociais previamente estabelecidas e intervir nas relações tradicionais de subordinação.
- d. **Representação política fora das instituições tradicionais:** o autor destaca aqui o impacto das revoluções tecnológicas sobre os meios de comunicação, como foi a irrupção do rádio no início do século XX ou a chegada da internet e das redes sociais, muito explorados pelo populismo no início do século XXI.

O segundo movimento destacado por Laclau na definição do conceito de populismo é o da lógica da equivalência, em que “[...] *todas las demandas, a pesar de su carácter diferente, tienden a reagruparse, y forman lo que denominaremos una cadena*

*equivalencial* [...]” (LACLAU, 2009, p. 57, grifo do autor). Nele, coexistem uma pluralidade de demandas heterogêneas não atendidas e uma incapacidade crescente do sistema político para assimilar essas exigências, situação que cria as condições para uma ruptura populista. Laclau detalhou a ideia da seguinte forma:

*Lo que resulta importante, en cualquier caso, es comprender que la cadena equivalencial tiene un carácter **anti institucional**: subvierte el carácter diferencial, particular de las demandas. Hay, en algún punto, un cortocircuito en la relación entre las demandas planteadas al sistema y la capacidad de este último de satisfacerlas.* (LACLAU, 2009, p. 58, grifo do autor).

Para Laclau (2009), o que faz com que essas demandas heterogêneas se transformem numa equivalência é o elemento que as unifica, ou seja, a quem elas estão dirigidas, ou melhor ainda, a qual inimigo elas apontam. A ruptura populista dependerá, então, de um terceiro movimento em direção à dicotomização do espaço social, divisão criada a partir de uma fronteira interna dentro da sociedade. Essa questão, segundo Laclau, remete ao problema da representação e da necessária significação de um poder estabelecido que se opõe ao conjunto de todas as demandas que constituem a vontade popular:

*No hay populismo sin una construcción discursiva del enemigo: el anción regime, la oligarquía, el establishment, etc. [...] La equivalencia procede enteramente de la oposición al poder que está más allá de la frontera, que no satisface ninguna de las demandas equivalenciales.* (LACLAU, 2009, p. 59).

Esse antagonismo, para Panizza, não necessariamente resulta na ameaça ou uso da violência física, mas constitui uma construção política e simbólica de identificação em relação aos “poderosos”. Nessa construção, o “povo” tem como único elemento em comum o forte antagonismo em relação a seu “outro”, ou seja, aquele poder que é entrave para a realização de seus anseios. Na ação de opressão, o poder acaba convertendo-se em algo comum a todos aqueles que não participam dele (PANIZZA, 2009).

Ao entrar na definição do que é “povo”, Panizza (2009) mencionou que abordagens teóricas tradicionais, como o marxismo e a teoria da modernização, deram um teor pejorativo ao termo ao destacar os elementos mais negativos, atrelando à ideia de povo um caráter de irracionalidade das massas, sujeitas à manipulação a partir da própria

inexperiência política. Para o autor, contrariamente, a definição de “povo” pode ser entendida a partir das seguintes premissas:

*El pueblo de la política populista no está formado necesariamente por los pobres, y tiene poco que ver con las nociones marxistas de alianzas de clases contra la clase económicamente dominante. Está formado por aquellos que se consideran a sí mismos privados del derecho de representación y excluidos de la vida pública. [...] Las batallas políticas entre el ‘nosotros y ellos’ de la política populista consisten en luchas para fijar y alterar las divisiones que constituyen las identidades populistas y establecer nuevas fronteras políticas. (PANIZZA, 2009, p. 31-32).*

Dentro do processo de construção de significação popular, Laclau (2009) destacou que há um elemento fundamental para compreender o populismo: a produção discursiva. Esta, por sua vez, deve ter uma elevada eficácia para criar a necessária homogeneidade equivalencial de uma realidade muito heterogênea, com o objetivo de reduzir as particularidades. É esse processo, em que as partes passam a constituir o todo, que o autor descreve como a “Razão Populista”.

Nesse momento político, o papel estratégico de homogeneizar o movimento dependerá do surgimento de um líder, aquele que dará sentido à cadeia de equivalências e cuja função será articular um discurso para manter a unificação constante de interesses contraditórios. O objetivo do líder é reproduzir a fronteira interna que divide a sociedade entre o povo e o poder, e ocupará esse espaço aquele ator que melhor consiga preencher, no povo, o vazio simbólico – significante vazio, nas palavras de Laclau –, para dar significação ao movimento (LACLAU, 2009).

Para isso, o líder apelará sempre a um relato de simplificação da política que inclui, por exemplo, histórias pessoais que o situem fora do sistema político, despolitizando e ao mesmo tempo hiperpolitizando o vínculo com o povo. Nessa construção, o líder vai além das palavras para se valer da utilização de símbolos, mitos e argumentos que sensibilizem o povo para ser enxergado como um igual que se sacrifica, mas que ao mesmo tempo conta com atributos extraordinários para se destacar e liderar (PANIZZA, 2009).

Nesse relato populista, Panizza (2009) explicou que os partidos políticos são identificados como instituições corrompidas que deveriam ser eliminadas – ou



eventualmente purificadas –, visto que estão submetidas a interesses particulares que se sobrepõem aos anseios do povo. O autor detalhou essa percepção da seguinte forma:

*“Con el fin de hablar de política y al mismo tiempo denunciarla como un juego sucio, el líder populista a menudo sustituye el discurso político por el discurso de la moral y utiliza abstracciones universales para contrastar el elevado fundamento moral de su mensaje con la corrupción y la traición del establishment político. Las divisiones morales también descalifican a los adversarios políticos, sin dejar lugar para el disenso legítimo.”* (PANIZZA, 2009, p. 39, grifo nosso).

A dimensão simbólica da identificação entre o povo e o líder é sempre explorada pelo populismo, incluso valorizando elementos culturais considerados como indicadores de inferioridade pela cultura dominante. Essa linha se repete também no plano da retórica, quando o líder passa a inverter os valores políticos do discurso hegemônico, exaltando tudo aquilo que os setores dominantes consideram como irracional. De forma paradoxal, quanto mais o líder populista é demonizado pelos adversários, se reforça proporcionalmente a identificação das massas (PANIZZA, 2009).

Outro traço característico destacado por Panizza (2009) no processo de hiperpolitização das relações sociais das massas, é fazer difusas as fronteiras entre o público e o privado, confundindo os limites do espaço pessoal e do espaço político. Se faz um apelo à relação de afeto e amor entre líder e seguidores, pois é ele que oferece ao conjunto a noção de dignidade e reconhecimento, construindo um forte simbolismo imaterial que se complementa à necessária concessão de benefícios materiais.

Apesar da aparente centralidade da figura do líder, Panizza destacou que a essência do populismo passa pela relação estabelecida entre o líder e as massas, em que o caudilhismo se faz presente, pois o vínculo social criado tem como base a lealdade personalista e uma representação verticalizada que se sobrepõe ao apoio partidário e ao debate institucional:

*[...] los líderes populistas constituyen una intrusión perturbadora en la incómoda articulación entre liberalismo y democracia y suscitan el espectro de una tiranía con apoyo popular. [...] los líderes populistas establecen con sus seguidores una relación que va en contra de las formas republicanas de identificación de la política. Mientras que estas últimas surgen a partir de una identificación racional con las instituciones universales de la política, el caudillismo es asociado con una*

*identificación irracional, instintiva y espontánea con el líder.* (PANIZZA, 2009, p. 34, grifo nosso).

Ao resumir seu aporte conceitual, Laclau destacou as vantagens epistemológicas que surgem da ação de deslocar a análise do populismo, passando do conteúdo à forma e fazendo com que a prática possa surgir em diversos contextos históricos e políticos:

*Si sus rasgos definitorios se hallan en la prevalencia de la lógica de la equivalencia, la producción de significantes vacíos y la construcción de fronteras políticas mediante la interpelación a ‘los de abajo’, comprendemos de inmediato que los discursos basados en esta lógica articuladora pueden comenzar en **cualquier** estructura socioinstitucional: organizaciones políticas clientelistas, partidos políticos establecidos, sindicatos, el Ejército, movimientos revolucionarios, etc. El ‘populismo’ no define la política concreta de estas organizaciones, sino que es una forma de articular sus temas – cualesquiera ellos sean – [...] (LACLAU, 2009, p. 65, grifo do autor).*

Partindo dessa premissa, Laclau (2009) propôs abordar o populismo a partir do questionamento correto: o que cabe perguntar não é se um determinado movimento é ou não populista, mas até que ponto é populista um movimento. A resposta é simples: o grau de populismo dependerá da distância e nível de antagonismo que separa as alternativas políticas em disputa.

Ao avançar na conclusão das suas argumentações, Laclau (2009) acabou dando um passo ousado ao defender que o populismo é inerente à política, pois o populismo nada mais faz do que questionar uma determinada ordem institucional por meio da construção do povo como agente histórico que desafia a ordem política vigente. Se há política, haverá divisão social e a possibilidade de surgimento do “povo” a partir da operação de discursos populistas com a capacidade de construir uma identidade popular:

*[...] las condiciones de posibilidad de lo político y las condiciones de posibilidad del populismo son las mismas: ambos presuponen la división social. [...] En la medida en que haya política (y, si nuestro argumento es correcto, su derivado que es el populismo) va a haber división social. Un corolario de esta división es que un sector dentro de la comunidad va a presentarse a sí mismo como la expresión de la comunidad como un todo. Este abismo es inerradicable en la medida en que tengamos una sociedad **política**.* (LACLAU, 2009, p. 69, grifo do autor).

Ou seja, na perspectiva de Laclau, o populismo não é um desvio ou disfunção da democracia, mas um fenômeno que se insere dentro da dinâmica da ação política, como é a construção de relatos e identidades políticas que se transformam em peças de um projeto hegemônico baseado na constituição do “povo”.

Panizza alertou que, ao conceber o populismo como um processo inerente à política, Laclau trouxe à tona obrigatoriamente a relação entre populismo e democracia, pois se a política é definida pela divisão – e o antagonismo é central na constituição de identidades políticas –, o populismo acaba, paradoxalmente, transformando-se na negação da própria política ao ter como essência uma relação vertical e radical entre líder e massas, chegando ao limite de propor o fim das instituições democráticas (PANIZZA, 2009).

Nesse ponto da discussão, é evidente que o conceito de populismo construído por Laclau no plano teórico criou um ponto de inflexão ao trazer uma perspectiva analítica alternativa. Essa perspectiva não só possibilitou dar um novo significado ao conceito, mas também permitiu uma operacionalização que não se limita a um determinado espaço físico ou temporal, mas que pode ser aplicado epistemologicamente para analisar diversos contextos históricos e políticos.

No entanto, no plano prático, quando Laclau concebeu o populismo como uma prática inerente à ação política, é obrigatório questionar as implicações da dinâmica populista num contexto democrático. Ao radicalizar e apelar a práticas plebiscitárias, o populismo e seu autoritarismo passam a representar um desafio para as democracias liberais e suas instituições.

No próximo apartado será apresentada, de forma breve, a relação entre democracia e populismo e o raciocínio de Laclau e Mouffe sobre hegemonia – concebida em 1985 a partir da publicação do clássico “Hegemonia E Estratégia Socialista” –, com o objetivo de construir um contraponto à defesa do populismo como recurso legítimo para a implementação de um projeto de poder.

#### **1.4. Laclau e o risco autoritário de um projeto de democracia radical**

O livro “*Hegemony And Socialist Strategy: towards a radical democratic*”, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987), foi publicado em 1985 e constituiu a base teórica para a definição do conceito de populismo no já citado “A Razão Populista” de Laclau (2012). Para entender melhor os objetivos de Laclau e Mouffe, é importante abordar as premissas e contexto dos autores em relação ao conceito de hegemonia, ideia central no pensamento marxista.

Em primeiro lugar, Laclau e Mouffe entenderam ser necessário fazer uma crítica aos fundamentos do marxismo clássico – ação que tomou forma ao aderir à escola pós-estruturalista –, por entender que as premissas da esquerda tinham ficado obsoletas diante de uma série de mudanças históricas e de uma sociedade influenciada pela revolução nas comunicações. O marxismo clássico poderia oferecer os pilares de uma nova fórmula a partir do legado de alguns conceitos, mas sendo obrigatório rever ou abandonar diversos pressupostos (NASCIMENTO, 2018).

Em segundo lugar, o contexto político em que foi escrito “Hegemonia E Estratégia Socialista” – durante a primeira metade da década de 1980 –, também influenciou os autores, atentos à efervescência de diversos movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos que passaram a liderar as lutas políticas do momento, extrapolando o conflito entre classes sociais. Certamente, sem o pretender, movimentos como o feminismo, os LGBT, grupos a favor do desarmamento, ambientalistas e antirracistas acabaram desafiando as premissas que haviam estruturado a luta da esquerda até então, pondo em evidência que a discussão classista perdia força e sentido. Em termos teóricos, o cenário apontava para novas possibilidades de lutas não presentes na concepção do marxismo tradicional, caracterizado pelo enfrentamento entre duas classes fundamentais (PINTO, 2018).

Nas palavras de Laclau e Mouffe, a situação da crise do marxismo é:

*El pensamiento de izquierda se encuentra hoy en una encrucijada. Las ‘evidencias’ del pasado – las formas clásicas de análisis y cálculo político, la determinación de la naturaleza de las fuerzas en conflicto, el sentido mismo de las propias luchas y objetivos— aparecen seriamente cuestionados por una avalancha de transformaciones históricas que ha hecho estallar el terreno en el que aquéllas se habían constituido. [...] Un conjunto de fenómenos nuevos y positivos está también en la base de aquellas transformaciones que hacen imperiosa la tarea de*

*recuestionamiento teórico: el surgimiento del nuevo feminismo, los movimientos contestatarios de las minorías étnicas, nacionales y sexuales, las luchas ecológicas y antiinstitucionales, así como las de las poblaciones marginales, el movimiento antinuclear, las formas atípicas que han acompañado a las luchas sociales en los países de la periferia capitalista, implican la extensión de la conflictividad social a una amplia variedad de terrenos que crea el potencial – pero sólo el potencial– para el avance hacia sociedades más libres, democráticas e igualitarias [...] (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 1-2).*

Com esse cenário posto, a pergunta que Laclau e Mouffe colocaram é se os movimentos sociais em ebulição teriam capacidade de liderar as lutas do socialismo, entrando nesse ponto a questão da hegemonia, que eles entenderam ser resultante das práticas articulatórias de duas lógicas discursivas: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Oportuno lembrar que, no primeiro conceito, cada demanda esgota-se em si própria, enquanto no segundo, a lógica é inversa: num cenário de crise do grupo hegemônico, as diferenças entre as diversas lutas tendem a ficar em segundo plano para priorizar o elemento em comum que as une a diversos atores contra o poder, constituindo uma cadeia de equivalências (PINTO, 2018).

Em relação ao debate sobre hegemonia, Laclau e Mouffe entenderam que o marxismo clássico nunca conseguiu romper com o essencialismo e determinismo, principalmente no tocante ao reducionismo economicista. Quem conseguiu finalmente quebrar esses limites foi Antonio Gramsci, ao reformular a ideia de hegemonia de Lenin – que concebia a construção do movimento hegemônico em momento posterior à tomada do poder via revolução violenta –, com o objetivo de priorizar a hegemonia como movimento prévio e necessário para possibilitar a chegada ao poder, contando com o apoio e consentimento das massas, e incluindo ainda elementos culturais e ideológicos próprios numa guerra de posições no âmbito da sociedade civil. O que levou Gramsci a essa reformulação foram as diferenças estruturais nas sociedades orientais e ocidentais e a decorrente necessidade de adotar estratégias políticas distintas às da revolução russa, principalmente ao considerar o estágio avançado do capitalismo nos países ocidentais (ALVES, 2010).

Nesse processo de construção de hegemonia defendido por Gramsci, é estratégica a ampliação da base social da classe que lidera o processo, partindo de um sistema de alianças marcadas pelo consenso para estabelecer um aparato hegemônico com direção e

ideologia próprias que forneçam ao grupo uma concepção de mundo coerente. Para tanto, é necessário deixar de lado princípios corporativistas com o objetivo de obter o apoio de grupos aliados, ou ainda de grupos antagônicos que podem convergir para fortalecer esse movimento de ampliação da base social (ALVES, 2010).

Laclau e Mouffe reconheceram vantagens na nova perspectiva de Gramsci em relação à hegemonia, pois ele conseguiu evoluir dentro do pensamento marxista para construir um conceito que supera a limitação da aliança de classes. A partir da concepção gramsciana no campo da liderança e da intelectualidade moral, seria possível construir um movimento hegemônico com capacidade para agregar transversalmente a vários setores da sociedade:

*Es en este movimiento del plano ‘político’ al plano ‘intelectual y moral’ donde se opera la transición decisiva hacia un concepto de hegemonía que va más allá de la ‘alianza de clases’. Porque si un liderazgo político puede establecerse sobre la base de una coincidencia coyuntural de intereses que mantenga separada la identidad de los sectores intervinientes, un liderazgo intelectual y moral supone que hay un conjunto de ‘ideas’ o ‘valores’ que son compartidos por varios sectores —en nuestra terminología, que ciertas posiciones de sujeto corten transversalmente a varios sectores de clase. Un liderazgo intelectual y moral constituye para Gramsci una síntesis más alta, una ‘voluntad colectiva’ que, a través de la ideología, pasa a ser el cemento orgánico unificador de un ‘bloque histórico’. Todos estos son conceptos nuevos que producen un efecto de desplazamiento respecto a la óptica leninista: la especificidad relacional del vínculo hegemónico ya no es escamoteada, sino que pasa a ser plenamente visible y teorizada (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 77).*

Com base nas premissas trazidas por Gramsci, Laclau e Mouffe destacaram o momento da articulação política, sendo categoria central do conceito de hegemonia:

*[...] llamaremos articulación a toda práctica que establece una relación tal entre elementos, que la identidad de éstos resulta modificada como resultado de esa práctica. A la totalidad estructurada resultante de la práctica articuladora la llamaremos discurso [...]. (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 119).*

Dentro da construção de um novo pacto político-hegemônico, a categoria “discurso” tem a função de colocar em evidência que toda configuração social é significativa e que o sentido de um dado evento social – o “povo”, por exemplo – não está dado de antemão. Apesar disso, o sentido é criado justamente a partir da ação discursiva,

entendida não como fenômeno linguístico, mas como dimensão simbólica relativa às construções sociais (ALVES, 2010).

No caso do populismo, essa construção discursiva, a partir da significação e do simbolismo, sempre remeterá à figura de um poder inimigo que se opõe às demandas sustentadas pela vontade popular (LACLAU, 2009). Tal postura fez com que Laclau e Mouffe, fiéis às premissas do marxismo, se afastassem da ideia liberal de busca de consenso como algo inerente à democracia, visto que a política é concebida a partir da divisão e do conflito. O consenso, quando logrado, só será resultante de uma articulação hegemônica.

No quarto e último capítulo de “Hegemonia e Estratégia Socialista” – “*Hegemonía Y Radicalización De La Democracia*” –, Laclau e Mouffe tiveram o objetivo de formular um projeto político para a esquerda diante do novo mundo contemporâneo, mantendo-se alinhados, mais uma vez, ao marxismo ao propor superar o campo teórico para passar ao campo da prática, à ação política. Essa visão assumiu a forma de uma proposta de democracia radical, libertária e plural:

*Esto nos ha conducido a redefinir el proyecto socialista en términos de una radicalización de la democracia; es decir, como articulación de las luchas contra las diferentes formas de subordinación –de clase, de sexo, de raza, así como de aquellas otras a las que se oponen los movimientos ecológicos, antinucleares y antiinstitucionales –. Esta democracia radicalizada y plural, que proponemos como objetivo de una nueva izquierda, se inscribe en la tradición del proyecto político ‘moderno’ formulado a partir del Iluminismo, e intenta prolongar y profundizar la revolución democrática iniciada en el siglo XVIII, continuada en los discursos socialistas del siglo XIX, y que debe ser extendida hoy a esferas cada vez más numerosas de la sociedad y del Estado.” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. IX).*

Para os autores, só restaria à esquerda a alternativa de se situar no campo da revolução democrática com o objetivo de ampliar as cadeias de equivalências entre diversos grupos oprimidos pelo neoliberalismo. Tal ação não seria para acabar com o ideário liberal-democrático, mas para aprofundar e expandir a democracia rumo a um modelo radical e plural (LACLAU; MOUFFE, 1987).

Contudo, é justamente no âmbito da democracia radical que os autores não conseguiram resolver diversas questões na construção de um projeto hegemônico para o

socialismo, principalmente no tocante à capacidade de manutenção do pacto hegemônico ao longo do tempo, em que a institucionalização do movimento passa a atentar contra a lógica da equivalência. A cientista política Céli Pinto coloca essa crítica da seguinte forma:

[...] o que sustenta a lógica hegemônica é a cadeia de equivalência, cujo limite é dado pela relação antagônica com o outro exterior. A lógica da equivalência se constrói a partir de uma tensão necessária, que é a presença do outro. Ao mesmo tempo, para que a hegemonia se constitua, a cadeia tem de se estender, mas não ao ponto de extinguir o antagônico, que é essencial para a sua existência. Sem a presença do outro que pressiona como negatividade, os elos equivalentes tendem a se tonar diferenças. Se, por um lado, essa é a característica radicalmente democrática do processo hegemônico, por outro, é sua própria fragilidade, já que, **quando no nível da luta política há uma real ameaça ao poder, a sua defesa passa pela busca da fixação da cadeia equivalencial, o que pode resultar em soluções autoritárias e, até mesmo, totalitárias.** (PINTO, 2018, p. 31-32, grifo nosso).

Ao abordar a democracia radical proposta por Laclau e Mouffe, Céli Pinto (2018) argumentou que o populismo não consegue realizar-se completamente como projeto político em cenários de concorrência democrática, vez que os governos populistas tendem a se fragilizar e perder poder, restando a opção de se transformar em experiências autoritárias, eliminando, assim, qualquer possibilidade de democracia radical. Paradoxalmente, ao atacar as instituições republicanas, a democracia radical defendida por Laclau transforma-se num elemento limitador da democracia.

Numa linha similar, Panizza (2009) chamou a atenção para o risco que representa a relação vertical estabelecida entre o líder populista e seus seguidores, apelando a um vínculo direto e plebiscitário que acaba sempre colocando em questão as instituições democráticas.

Como conclusão deste capítulo, é obrigatório reconhecer as descobertas e avanços epistemológicos trazidos por Ernesto Laclau em relação à dinâmica da lógica da equivalência que caracteriza o populismo, junto ao significante vazio no processo de constituição do povo, em que o líder tem um papel determinante dentro do movimento populista. Esse arcabouço conceitual – assimilado como ferramenta metodológica válida para a presente pesquisa –, além de se afastar de uma visão preconceituosa e negativa do



populismo, permite analisar diversas experiências populistas independentemente de tempo e espaço, oferecendo ainda uma abordagem neutra em termos ideológicos.

Todavia, é necessário evidenciar os riscos decorrentes da postura de Laclau quando se defende o populismo como uma ferramenta legítima para a construção de um projeto hegemônico que funcione como remédio à falta de democracia, visto que a radicalização proposta leva ao fim das instituições e ao paradoxo da negação da própria política. O risco autoritário é evidente quando um grupo que é apenas uma parte se autodeclara como o todo, como o povo na sua totalidade, pois se nega a divergência, elemento inerente às sociedades democráticas.

### **1.5. Populismo, extrema-direita e déficit democrático**

Antes de encerrar o capítulo, é necessário fazer menção à falta de democracia pontuada por Laclau no apartado anterior, situação que justificaria a proposta de uma revolução democrática radical, libertária e plural. Na introdução do livro “O Populismo como Espelho da Democracia”, Francisco Panizza (2009) colocou em evidência que as democracias liberais contemporâneas acabaram gerando um paradoxo em relação ao populismo, visto que elas têm a função basilar de garantir a vontade popular, mas o padrão que se repete é o da limitação desse princípio ao subordinar os anseios populares à tecnocracia e aos ditames da economia de mercado e do poder econômico. Se a ideia de poder popular e soberania do povo são elementos centrais da democracia, paradoxalmente, por que o populismo – que exalta esses princípios e apresenta-se como a essência da democracia –, é enxergado como uma ameaça às democracias liberais?

Uma resposta a esse questionamento é dada por Chantal Mouffe (2009), que destacou a força do surgimento do populismo de extrema-direita na Europa no início do século XXI. A autora aponta que não se trata de movimentos marginais e momentâneos nem de um retorno de forças arcaicas e irracionais, mas de um “consenso pós-político” que reflete as carências de um efetivo debate democrático relativo à limitação da participação da sociedade sobre decisões políticas relevantes da vida em comum:

*El déficit democrático que se manifiesta de diversas maneras en un creciente número de sociedades democráticas liberales es sin duda consecuencia del hecho de que la gente siente que ya no queda ninguna*

*posibilidad real para lo que podría ser una participación significativa en decisiones importantes. En diversos países este déficit democrático ha contribuido al desarrollo de partidos populistas de derecha. (MOUFFE, 2009, p. 75).*

Mouffe destacou que a resposta a essa situação tem se dado no campo moral, separando os “bons democratas” por um lado, e a “extrema-direita malvada” pelo outro, sem ir além de outro tipo de reflexão para compreender a natureza e a causa dos conflitos: enquanto os democratas defendem os valores universais da democracia liberal, os fascistas exaltam sentimentos racistas e xenófobos, sendo então necessária sua eliminação. Essa condena moral da extrema-direita por parte das elites governantes, entretanto, tem sido uma estratégia contraproducente, visto que o ideário antissistema do populismo tem conseguido transformar essa crítica sistêmica em algo positivo, ao reforçar a própria imagem de oposição ao establishment político (MOUFFE, 2009).

Ao tentar ir além do julgamento moral, Mouffe (2009) apontou dois aspectos que podem explicar a força da extrema-direita na Europa: o primeiro é o movimento ao centro dos partidos socialistas, realidade que contribuiu para diminuir as fronteiras ideológicas entre os partidos tradicionais de esquerda e de direita, criando um vácuo que foi preenchido por atores demagogos e populistas que conseguiram ocupar esse espaço para construir uma nova oposição radicalizada. O segundo aspecto reside na hegemonia neoliberal ao longo das últimas décadas, dando lugar a uma desigualdade material pronunciada além de produzir frustração e um forte ressentimento contra o sistema democrático.

No tocante à relação entre economia e déficit democrático, é obrigatório observar que autores como Inglehart (2016), Mounck (2019) ou Levitsky e Ziblatt (2018), referências no debate sobre democracia e populismo, se omitiram em relação aos efeitos do neoliberalismo, apontando mais a problemas de ordem político-institucional na hora apontar causas e propor soluções para o aprimoramento da democracia.

No encerramento da sua introdução, Panizza colocou em evidência as contradições das sociedades democráticas modernas, que se movimentam entre lógicas democráticas e não democráticas, visto que a democracia liberal garante e limita

simultaneamente a vontade popular, sendo o populismo um espelho que destaca suas imperfeições:

*[...] el populismo no es ni la forma más elevada de democracia ni su enemigo, sino más bien un espejo en el cual la democracia se puede contemplar a sí misma, mostrando todas sus imperfecciones, en un descubrimiento de sí misma y de lo que le falta. Si el reflejo no siempre es agradable de ver, es porque, como los antiguos griegos ya sabían, la democracia tiene un reverso que ellos denominaron demagogia.* (PANIZZA, 2009, p. 49).

O cientista político Benjamín Arditi (2004) assumiu uma linha similar à de Panizza em relação ao populismo, mas não falou em espelho e sim em espectro, por ser um elemento que constantemente acompanha e acossa à democracia. Essa espectralidade da política populista em relação à democracia pode apresentar-se de três formas diferentes, cada um com um nível específico de ameaça:

- O populismo pode ser um modo particular de representação compatível, mas não idêntico à concepção liberal-democrática de governo representativo no contexto da política contemporânea. Essa forma particular de representação decorre da revolução tecnológica que impacta diretamente os meios de comunicação, elemento que altera a forma tradicional de se fazer política. Nesse contexto, os líderes políticos podem contornar os aparatos partidários tradicionais para estabelecer uma relação direta com o eleitorado. Esse vínculo entre eleitores e candidatos coincide com dois aspectos que caracterizam o populismo: o apelo direto do líder aos seguidores e o surgimento de uma legitimidade por fora das instituições. Nesse cenário, o populismo torna-se um elemento espectral que acompanha a política liberal-democrática.
- O segundo modelo foca num modo de participação política que se afasta das regras tradicionais e de respeito às elites políticas, sem presença de constrangimentos de quem ataca aos outros de forma ríspida e violenta, e sem o sentimento ou necessidade de pedir desculpas pela agressividade presente. Seja uma forma de reação contra política convencional ou ainda uma resposta às carências da democracia elitista, essa modalidade de populismo tem o potencial de renovar e ao mesmo tempo desestabilizar a política, mas sem ameaçar as instituições democráticas e o modelo de democracia liberal.

- A terceira e última forma de populismo é a mais nefasta, pois ameaça e coloca em perigo a democracia, visto que há desconfiança e incluso desapego aos valores democráticos, momento em que o populismo passa a se confundir com o autoritarismo. Caso o líder populista esteja no exercício de funções governamentais, isso multiplicará os conflitos com o Poder Judiciário e outras instituições republicanas, interpretadas como limitadoras da vontade popular. O paradoxo, nesse caso, é que o comportamento antidemocrático do líder viola constantemente a lei, mas sem levar necessariamente à perda de legitimidade ou apoio popular, ou ainda à punição legal do líder que ataca a democracia. Para manter a mobilização constante dos apoiadores, o líder populista apela a elementos discursivos que exploram os sentimentos e medos mais íntimos das pessoas, incluindo questões nacionalistas, racistas ou xenófobas. Tal configuração demanda um governo forte que justifica ações arbitrárias em nome de uma causa, como a luta contra elites corruptas que inviabilizam as demandas do povo. O papel dos líderes é central nessa forma de populismo, ao estabelecer uma relação direta com "o homem comum", o qual dá legitimidade a esse líder para agir fora dos limites institucionais e assumir o papel de soberano

Em relação ao último modelo, em que líderes populistas de extrema-direita chegam ao governo, Chantal Mouffe (2009) reparou que houve um padrão de dificuldades para o exercício do poder em alguns casos, o que tem levado a uma atenuação do radicalismo autoritário, ou incluindo uma radicalização que dificultou a prorrogação desses projetos de poder pela via eleitoral, situação que revela possíveis limitações estruturais do populismo. Isso, todavia, não pode funcionar como justificativa para relativizar as falências da democracia liberal – incluindo elementos como os efeitos da hegemonia neoliberal e os desafios decorrentes da aguda desigualdade material –, pois, se não houver uma reflexão mais profunda, o populismo continuará a ser uma sombra ou espectro que ameaça a democracia.

Ao se falar em democracia, é impossível não trazer à tona a contribuição de Robert Dahl (1989; 1997) e seu conceito de poliarquia, que, desde a década de 1970, tem sido um pilar na discussão da teoria democrática, definindo em que circunstâncias um determinado sistema político pode ser classificado como tal, tendo como eixo os critérios vinculados a um processo eleitoral livre e justo. Essa proposta teórica ganhou espaço na

academia a partir das vantagens da operacionalização do conceito nas pesquisas empíricas. As variáveis definidas por Dahl, centradas na questão eleitoral, são: governantes eleitos, investidos constitucionalmente de poder para governar; eleições livres, justas e com frequência definida; sufrágio amplo e irrestrito; e direito amplo e irrestrito para disputar cargos eletivos.

Em 1989, Dahl (2012) avançou no aperfeiçoamento do conceito, indo além da dimensão eleitoral para incluir novos pontos vinculados às liberdades políticas: liberdade de expressão, em que os cidadãos têm o direito de se expressar sem a ameaça de punições do governo; informação alternativa protegida por lei, em que os cidadãos têm o direito de buscar diversas fontes informação; e autonomia associativa para formar organizações independentes, inclusive partidos políticos e grupos de interesse. Logo, a definição de democracia de Dahl é evidentemente procedimental, limitando-se ao estabelecimento de requisitos mínimos democráticos, fato que lhe garante um amplo consenso epistemológico, mas que exclui aspectos qualitativos relacionados às condições materiais e econômicas da população.

Em 1998, ao publicar “*On Democracy*”, Dahl abordou justamente a relação entre economia de mercado e democracia, reconhecendo resignadamente que, se por um lado o capitalismo é condição para a poliarquia, a própria lógica de mercado tem criado desigualdades insuperáveis que limitaram o avanço democrático. Na teorização de Dahl, tal situação teria potencial para abrir espaço a um processo de frustração com a própria democracia, por não ser capaz de resolver problemas básicos e elementares da população.

As dimensões da democracia como forma (regras) e como conteúdo (qualidade) são relevantes nesta pesquisa. Isso se dá, pois – como será observado – os levantamentos quantitativos do *World Values Survey* (WVS) revelaram um paradoxo ao indicar uma defesa da democracia como forma, em paralelo à ausência de valores democráticos na sociedade.

Diante da ampla exposição de um histórico acerca do conceito de populismo na América Latina, incluindo debates entre diversas escolas de pensamento, foi possível ponderar as limitações e vantagens epistemológicas para definir o tipo de abordagem

adotada por este trabalho. Com isso, permitiu-se dispor de uma ferramenta metodológica adequada e útil às necessidades definidas na problematização e objetivos da pesquisa.

O próximo capítulo foi um desdobramento da necessidade de adequar o conceito de cultura política à realidade da América Latina, diante da limitação imposta por uma construção teórica elaborada para uma realidade social distinta que ignora particularidades de outras regiões geográficas ao redor do mundo. O objetivo de tal ação foi o de acrescentar elementos qualitativos aos dados quantitativos providos pelos *surveys*, a partir de uma abordagem interdisciplinar que permitiu resgatar aspectos políticos, históricos e sociais relevantes voltados para a realidade da cultura política latino-americana, o que possibilitou identificar positivamente diferenças e contrastes relevantes entre os casos de Argentina e Brasil.

## **Capítulo II**

### **O autoritarismo como marca da cultura política na Argentina e no Brasil**

Segundo fora argumentado na introdução, foi necessário avançar numa abordagem metodológica complementar para incluir a análise de dados qualitativos com o propósito de anular o caráter etnocêntrico da teoria da cultura política, dispondo, assim, de ferramentas epistemológicas mais adequadas à realidade da América Latina. Tal ação permitiu contribuir para a universalização do conceito e ainda usufruir do arcabouço oferecido pela teoria da cultura política, mas fugindo do normativismo e da causalidade decorrente da lógica que vincula mecanicamente a cultura política à democracia liberal.

Válido lembrar que a teoria da cultura política foi construída num contexto social diverso da realidade latino-americana, deixando de contemplar particularidades relevantes, seja para analisar países da América Latina, ou ainda de qualquer outra região ao redor do mundo. Para suprir essa limitação, foi vital a adoção de uma abordagem interdisciplinar que incluísse a utilização de trabalhos históricos, antropológicos e sociológicos, ação que deu base para realizar uma análise das origens históricas da cultura política dos dois países estudados, permitindo aliar dados qualitativos e quantitativos.

#### **1.1. Origens da cultura política na Argentina e no Brasil**

A inserção deste capítulo na pesquisa teve o objetivo de entender de que forma as diversas características da formação política, social e econômica do Brasil e da Argentina intervêm na hipótese formulada, a qual questiona o modo em que as particularidades da cultura política de cada caso podem influenciar no maior ou menor espaço para o avanço de uma direita mais radical e populista.

O que orientou essa abordagem foi a impossibilidade de analisar e obter conclusões sobre a relação entre cultura política e populismo sem considerar variáveis como racismo, escravidão, patriarcalismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdades, violência e autoritarismo, elementos que marcam de forma pronunciada a constituição política e a

situação dos casos ora analisados pela presente pesquisa, inclusive de forma diversa entre eles.

Para conhecer a cultura política de uma sociedade é necessário compreender suas origens históricas. Desse modo, propõe-se, aqui, destacar comparativamente elementos do passado que se vinculam ao comportamento político da população no período que compreende os anos de 2017 e 2022. Diante disso, não há pretensão de fazer uma revisão exaustiva e detalhada sobre os processos históricos argentino e brasileiro; o foco está em evidenciar episódios vinculados à formação política com reflexos nas respectivas culturas políticas.

Apesar de não ter sido adotada uma ordem cronológica estrita e longa, a divisão do capítulo teve como guia as etapas históricas relativas ao colonialismo, entre os séculos XVI e XVIII; ao processo de construção dos Estados-nações no século XIX; e ao ciclo autoritário-democrático que marcou o século XX. A conclusão do capítulo sintetiza a relação entre as origens históricas e a relação com a cultura política dos dois países em análise, destacando similitudes e diferenças que se transformaram em dados qualitativos relevantes para complementar os quantitativos.

Antes de iniciar o próximo apartado, é válido destacar que se optou por dar atenção especial ao avanço das políticas sobre educação pública em cada período histórico – ainda que de forma resumida –, por se entender que há contrastes relevantes entre Brasil e Argentina. Entende-se aqui que essa variável produziu evidentes desdobramentos na formação de cada sociedade e influenciou de forma determinante suas culturas políticas.

Em “Educação para a Democracia”, a socióloga Maria Victória Benevides define de forma certa o conceito de educação, implicitamente vinculado à cultura política de uma nação:

Educação é aqui entendida, basicamente, como a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui também a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas. (BENEVIDES, 1996, p. 225)



Ao discutir o futuro da democracia, Bobbio (2009) reforça essa percepção sobre a educação ao observar um paradoxo que persiste nas democracias modernas: elas não poderiam existir sem uma educação apropriada da população para fazê-las funcionar, ou seja, sem a formação de cidadãos democráticos. Para Bobbio, não há dúvidas de que a escola deve ser o grande instrumento para a formação democrática.

Em matéria de política comparada, cotejar os processos históricos do Brasil e da Argentina sempre é uma vantagem, vez que ambos os países compartilham uma evolução histórica paralela:

*En el Cono Sur los casos de Argentina y Brasil conforman ejemplos similares en diversos aspectos. Por un lado, comparten una evolución histórica afín, pues ambos países se integraron al mercado internacional de una manera periférica y dependiente, pero desarrollaron importantes oligarquías regionales ligadas al capital extranjero. Asimismo, experimentaron gobiernos populistas que modificaron la estrategia de desarrollo económico, de un modelo de exportación de bienes primarios provenientes del agro a una estrategia de crecimiento interno sostenida por la industrialización por sustitución de importaciones. Estos regímenes incluyentes fueron derrocados por una coalición cívico-militar particular que O'Donnell denominó burocrática-autoritaria, que conformaron gobiernos de diversa fortuna. (ABAL MEDINA; SUÁREZ CÃO; NEJAMKIS, 2003, p. 242).*

Esse paralelismo histórico mencionado funcionou como orientador deste capítulo, permitindo estabelecer afinidades e contrastes presentes na formação política de acordo com os antecedentes históricos de cada caso.

## **2. O legado colonialista: conquista violenta, latifúndio e escravatura**

As colonizações espanhola e portuguesa na América, focadas na exploração de ouro e prata, nunca tiveram o propósito de conhecer a realidade da população local, orientando todas as ações em prol do enriquecimento dos colonizadores e da metrópole. Tal modelo de dominação disposto por Espanha e Portugal – ainda que com matizes diferentes –, teve desdobramentos decisivos sobre a cultura política da Argentina e do Brasil.

Aníbal Quijano (2000) relata esse processo de conquista no âmbito da teoria da colonialidade do poder. Nela, o autor propõe que os europeus conseguiram impor a ideia

de superioridade racial junto à apropriação das riquezas, dando início à formação do capitalismo colonial moderno, cuja marca é o eurocentrismo que ainda controla a subjetividade, a cultura, a religião e a produção de conhecimento na América Latina.

No livro “1492: o encobrimento do outro”, de 1993, Enrique Dussel interpreta a formação da América Latina a partir de uma perspectiva teórica de opressão e conquista, em que a violência foi a principal marca do processo. Ao abordar aspectos da conquista e da posterior colonização, Dussel vale-se de uma perspectiva de caráter prática na qual passa a relatar as conquistas na maioria dos territórios da América Latina, descrevendo um processo militar violento e opressor. Dessa forma, o dominado passa a assimilar o dominador, servindo a ele ou sendo escravizado:

O encontro do conquistador com o imperador asteca é um momento central. Ninguém podia olhar o Moctezuma no rosto. O imperador, contra sua vontade, viu-se obrigado, no final, a receber Cortês à entrada da grande cidade. Cidade imponente, de dezenas de milhares de habitantes, com exércitos de cinquenta e cem mil homens de guerra, contra apenas trezentos soldados castelhanos. (DUSSEL, 1993, p. 48).

Dussel dá particular destaque à colonização no plano do domínio corporal dos indígenas, seja no plano sexual ou na exploração da força de trabalho:

A colonização ou o domínio do corpo da mulher índia é a parte de uma cultura que se baseia também no domínio do corpo do varão índio. Este será explorado principalmente pelo trabalho – uma nova economia. No tempo da acumulação originária do capitalismo mercantil, a corporalidade índia será imolada e transformada primeiramente em ouro e prata – valor morto da objetivação do ‘trabalho vivo’. (DUSSEL, 1993, p. 52).

No plano espiritual, a religião foi um dos principais fundamentos para legitimar a colonização do “novo mundo” pelos europeus, vez que, por meio da evangelização, os indígenas seriam finalmente incorporados à modernidade. O destaque dessa “incorporação”, no entanto, passou pela desaparecimento e extermínio da memória dos conquistados, apagando qualquer vestígio dessa cultura “pagã, satânica e perversa”:

Todo o imaginário do indígena era ‘demoníaco’ e como tal deveria ser destruído. O método da tábula rasa era o resultado coerente, a conclusão de um argumento: como a religião indígena era demoníaca, e a europeia divina, a primeira deve ser totalmente negada e, simplesmente, começar-se de novo e radicalmente a partir da segunda iniciar o ensino religioso. (DUSSEL, 1993, p. 60).

No âmbito da educação, a colônia portuguesa manteve essa tarefa sob responsabilidade dos jesuítas, cumprindo missão outorgada pela Coroa com o fim de evangelizar os indígenas por meio da catequização, priorizando as crianças diante da resistência constante dos adultos. Entre os séculos XVI e XVII, os jesuítas desenvolveram também uma educação escolar formal, mas destinada exclusivamente aos filhos da elite portuguesa. Foi só a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, que houve sinais de mudança na educação, sendo aprovada, em 1827, já no Império, a primeira lei sobre a educação primária, política essa que não obteve os resultados esperados (PRATA e ALVES, 2020).

Nas colônias hispânicas, a metrópole determinou que a função de educar estaria vinculada à evangelização, sendo dever impor educação aos indígenas, uma vez que eles eram vistos como bárbaros e desumanos, mas ainda na condição de “selvagens” e, portanto, poderiam ser evangelizados. A responsabilidade da educação foi repassada a franciscanos e jesuítas por meio de escolas gratuitas e elementares dependentes das paróquias, destinadas à população indígena e mestiça; foram também criadas escolas nos conventos, com formação mais avançada e destinada ao ingresso às universidades; foram inauguradas escolas em pequenos distritos, destinadas à população carente; as *Escuelas del Rey*, por sua vez, eram antigas escolas dos jesuítas que permaneceram em funcionamento após a expulsão dos religiosos das colônias hispânicas; houve também escolas particulares, constituídas por professores que lecionavam nas suas próprias residências com permissão da autoridade local (PUIGGROS, 2018).

Nesse período colonial, há um paralelismo significativo nas políticas de educação entre as colônias portuguesa e espanhola, reforçando a presença da Igreja nessa função. A diferença, entretanto, surge quando se compara a política universitária. Enquanto Espanha optou por fundar universidades na colônia entre os séculos XVI e XVII – San Marcos, Peru (1551); Córdoba, Argentina (1613); e Chuquisaca, Bolívia (1624) –, os portugueses decidiram não avançar na criação de universidades na América, dando prioridade aos aspectos vinculados à exploração econômica da colônia (CARVALHO, 2003).

Passando a um plano totalmente diferente do processo da colonização, Espanha e Portugal enfrentaram problemas no tocante à organização política e administrativa entre os séculos XVI e XVIII devido à presença menor do poder da metrópole no continente, tendo como resultado um frágil relacionamento entre as regiões que iriam constituir os futuros países da América Latina. Esse fenômeno, entretanto, deu-se com alguns contrastes relevantes em cada caso, segundo será observado mais adiante.

Para ilustrar a complexidade da situação, o cientista político argentino Oscar Oszlak explica que o Vice-Reinado da Prata, antes do processo de independência, não constituía mais do que uma agregação de províncias visando a melhor administração e arrecadação de tributos. Nessa agregação, o único vínculo que ligava as partes era a existência da autoridade espanhola (OSZLAK, 1985).

Portugal enfrentou processo similar, tendo também dificuldades na administração da colônia, principalmente pela falta de recursos estatais para explorar os novos territórios conquistados. Diante dessas limitações, o caminho natural foi o de dar espaço à iniciativa privada para defender, expandir e desenvolver a colônia por meio da criação de capitânias, territórios que tinham pouca ou nenhuma vinculação entre si. Tal processo resultou na descentralização política e administrativa da colônia, tendo como reflexo vínculos políticos, sociais e econômicos menos sólidos (CARVALHO, 1993; OLIVEIRA VIANA, 1987). O historiador Tulio Halperin Donghi descreve a situação da seguinte forma: “[...] *la creación de un poder central no puede darse en Brasil en contra de esos poderes locales que encuentran modo de dominar las instituciones creadas para controlarlos.*” (HALPERIN DONGHI, 1992, p.77).

Como reflexo do modelo de colonização português, o empoderamento dos locais foi muito mais acentuado, se comparado com o acontecido nas colônias espanholas. Nos empreendimentos rurais portugueses, por exemplo, os colonos eram donos das terras, dos escravos e dos exércitos, enquanto no território espanhol os exércitos, as terras e a mão de obra indígena dependiam sempre do controle e favor da Coroa. A presença da metrópole espanhola nas suas colônias foi muito mais acentuada, realidade que se explica pelo papel de destaque que a Espanha teve na exploração da prata e do ouro, centralizando a administração por meio de constantes reformas fiscais, comerciais e administrativas.

Por essa via, os espanhóis conseguiram estabelecer uma política econômica relativamente mais definida sobre sua colônia (HALPERIN DONGHI, 1985, 1992).

A descoberta de ouro e diamantes no Brasil no século XVIII alterou parcialmente esse padrão de ausência do Estado. Nesse momento, a Coroa passou a marcar firme presença na região de Minas Gerais e nos portos do Rio de Janeiro com o objetivo de fiscalizar e tributar a exploração e exportação das novas riquezas (CARVALHO, 2002).

Sérgio Buarque de Holanda (2014) faz questão de destacar as diferenças entre portugueses e espanhóis no tocante à arquitetura das cidades por eles fundadas. O traçado espanhol dos centros urbanos ao longo da América, por exemplo, manteve as tradicionais linhas retas e simetrias construídas em terrenos planos – revelando, de alguma forma, o sentido de zelo, de previdência e de uma ordem dominadora. Tal característica sinalizava o anseio e a vontade de prolongamento da identidade da metrópole na colônia, incluindo a instalação de escritórios burocráticos representando os interesses da Coroa e a criação de universidades – como a Universidade de Córdoba, primeira instituição acadêmica da Argentina, fundada em 1613.

Essa preocupação não se fez presente na urbanização portuguesa, orientada quase que exclusivamente pela construção de espaços vinculados à exploração comercial e ajustando-se geralmente à silhueta geográfica do terreno, sem um padrão específico ou predeterminado. Carecendo de uma racionalidade prévia, essa urbanização esteve pautada pela rotina e as necessidades, não havendo, por exemplo, preocupação em relação à criação de universidades na colônia, sendo isso um entrave ao desenvolvimento de uma cultura ou intelectualidade local (HOLANDA, 2014). A ausência de universidades no local pode parecer um detalhe inicialmente menos relevante, mas, como será destacado, foi uma variável relevante no período do pós-independência e de construção do Estado Brasileiro, etapa em que a elite formada em Coimbra teve papel transcendente ao longo do Império, no século XIX (CARVALHO, 2003).

A autonomia dos colonos portugueses previamente citada está relacionada à inserção econômica da colônia no sistema capitalista, que, com base no modelo de *plantation*, passou a produzir artigos tropicais em latifúndios monocultores para atender à demanda do mercado externo, utilizando, para isso, força de trabalho escrava. A cana

de açúcar no Nordeste – seguida em menor grau por plantações de tabaco e algodão –, e posteriormente o café em São Paulo, são exemplos dessa exploração latifundiária típica do Brasil colonial (RIBEIRO, 2002).

No clássico “Casa-grande & Senzala”, Gilberto Freyre (2019) descreve a colônia como uma sociedade patriarcal rural, em que as cidades eram secundárias em importância e poder. O latifúndio e seu proprietário eram as figuras centrais da sociedade, incluindo no seu domínio a esposa, filhos, outros familiares, empregados livres, escravos e animais. O latifundiário, assim como um senhor feudal, tinha poder sobre a vida e a morte das pessoas dentro da sua propriedade, atuando como legislador, juiz e executor das suas decisões. Não existia qualquer poder de intervenção no latifúndio, seja do governo colonial, da metrópole ou da Igreja.

Sérgio Buarque de Holanda, ao estudar os reflexos que a família tradicional patriarcal rural teve no processo de urbanização brasileiro no século XX, descreve as relações sociais da colônia e a autonomia do latifúndio da seguinte forma:

Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebiam os hóspedes, frequentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionada no próprio lugar. Também no lugar montavam-se as serrarias, de onde saíam acabados o mobiliário, os apetrechos do engenho, além da madeira para as casas [...] (HOLANDA, 2014, p. 94).

O modelo de colonização português, sustentado pelas grandes fazendas, não só reforçou o poder patriarcal, mas paralelamente impediu o surgimento de qualquer tipo de relações sociais rumo à formação de comunidades. Tal fato perpetuou, por séculos, uma matriz de sociedade feudal e escravocrata (DONGHI, 1992).

Para reforçar o tipo de sociedade que surgia na etapa colonial, Holanda faz relevante observação ao afirmar que, no Brasil, não se implantou uma civilização agrícola, mas uma civilização de raízes rurais, sendo as cidades verdadeiras dependências rústicas dos latifúndios. Tal fenômeno representou e caracterizou a invenção brasileira

mais sui generis que já se tenha observado, sendo evidência do predomínio esmagador do ruralismo característico do colonizador português (HOLANDA, 2014).

A escravidão, entretanto, não só foi marca dos latifúndios, mas foi usufruída também por outros atores sociais, como padres, militares, funcionários públicos ou comerciantes. Isso fez com que a escravatura não só se constituísse como base do sistema econômico colonial, mas definisse também desigualdades sociais a partir de critérios étnicos, criando padrões fortes de dominação nas relações sociais numa sociedade tradicional marcada pelo forte patriarcalismo (SCHWARCZ, 2019).

No caso argentino, só recentemente os historiadores têm se debruçado para estudar a presença da população africana no Vice-Reinado da Prata, observando dois momentos diferentes: o primeiro deles, situado temporalmente entre os séculos XVII e XVIII, destaca a presença de escravos africanos no noroeste da Argentina – região, então, administrada pelo antigo governo de Tucumán, próxima a Chile e Bolívia; o segundo momento tem lugar em Buenos Aires, a partir da segunda metade do século XVIII e grande parte do século XIX, quando o Rio de Prata se estabeleceu como centro político e eixo do circuito comercial da região (GUZMÁN, 2006).

A presença de escravos africanos no noroeste argentino esteve relacionada à falta de mão de obra de regiões que viriam a formar parte do território chileno, paraguaio e do então denominado Alto Peru, local das minas bolivianas de Potosí, grande mercado de produção de prata, sendo destino da maioria dos escravos que ingressaram por Buenos Aires a partir de 1580. Esse fluxo mudou entre o século XVIII e XIX, quando Buenos Aires revelou uma mudança na sua composição étnica com base no aumento da presença de escravos africanos, destinados exclusivamente à serventia das famílias tradicionais da cidade, e não às atividades rurais intensivas em mão de obra (GUZMÁN, 2006).

Espanha tentou regular a escravidão na colônia, tendo como exemplo o Decreto Real de 1789 para normatizar o livre-comércio de escravos em diversas cidades. Essa legislação, entretanto, não entrou em vigor diante da resistência dos colonos espanhóis. A situação, todavia, mudou a partir do processo de independência argentino (1810-1816), quando foram editadas algumas medidas legislativas de grande importância para o regulamento da escravidão: em 1812 foi proibida a introdução de escravos e em 1813, foi

sancionada a Lei do Ventre Livre. Posteriormente, em 1819, foi proibido o tráfico de escravos; em 1853, a Constituição aboliu a escravidão no território das Províncias Unidas, com Buenos Aires adotando medida similar em 1861 (SECRETO, 2012).

O período pós-abolição no Brasil nunca deu espaço à construção de uma sociedade etnicamente mais igualitária. Apesar de algumas conquistas – principalmente nas primeiras décadas do século XXI –, as instituições e os espaços de liderança e poder continuam a ser dominados pela população branca, enquanto os negros acabam sendo discriminados de forma sistemática, conformando maioria populacional em prisões e centros de detenção de menores, por exemplo (SCHWARCZ, 2019).

Ao analisar os reflexos do regime escravocrata sobre a realidade social brasileira, Lília Schwarcz reforça o vínculo entre a escravatura e uma sociedade que, no século XXI, é violenta, autoritária e com uma desigualdade social estruturada:

[...] não há possibilidade de mudança social, com as classes se comportando como estamentos congelados e destituídos da capacidade de romper ciclos de pobreza herdados do passado. [...] **A escravidão nos legou uma sociedade autoritária [...] acostumada com hierarquias de mando**, que usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, **e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres mas dos direitos também** [...] (SCHWARCZ, 2019, n.p., grifo nosso).

O caso argentino apresenta contrastes relevantes no âmbito da formação social, vez que o Vice-Reinado da Prata teve um desenvolvimento mais tardio, seja em comparação à colônia portuguesa, seja em relação aos outros vice-reinados espanhóis. A ausência de metais preciosos fez com que a região fosse economicamente periférica no início do processo de conquista e que a ocupação do território só fosse conveniente a partir do século XVIII, baseada no comércio e exportação de couro e charque, na busca de uma saída comercial via o Atlântico Sul; e na disputa com Portugal, cuja expansão territorial rumo ao sul, baseada na atividade ganadeira, começava a ameaçar os interesses espanhóis no Rio da Prata (CASTRO, 2014; DONGHI, 1992; RIBEIRO, 2002).

Assim como no Brasil, a terra do que veio a ser a região da Pampa foi distribuída entre os colonizadores formando latifúndios, mas que não geraram retorno econômico, constituindo grandes espaços não habitados entre os séculos XVII e XVIII. Nessa



apropriação, inicialmente, foram beneficiados os chefes das expedições colonizadoras, mas as terras posteriormente passaram a ser propriedade das famílias mais prestigiosas e tradicionais da elite argentina (TAYLOR, 2018).

Posteriormente, em 1822, após a Revolução Independentista, o presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata, Bernardino Rivadavia, implementou uma primeira tentativa de reforma agrária ao pretender conservar as terras públicas para as próximas gerações. Essa e outras tentativas ao longo das décadas seguintes, contudo, não conseguiram desmontar a matriz do latifúndio. A partir da segunda metade do século XIX, os imigrantes com vocação agrária, vindos da Europa, depararam-se com a impossibilidade de poder comprar terras próprias, tendo unicamente a alternativa de arrendar frações dessas grandes propriedades (TAYLOR, 2018), inaugurando um novo modelo de produção e de relações sociais que contrasta com o modelo de *plantation* característico da colônia portuguesa e do Império Brasileiro.

Importante destacar também o contraste entre províncias como Santa Fé, Entre Rios e Corrientes, as quais, ao contrário do que aconteceu na Província de Buenos Aires, venderam ou arrendaram parte das terras públicas em frações menores ou ainda em pequenas propriedades. Esse tipo de propriedade geralmente se localizava perto das cidades, funcionando como abastecedora da demanda urbana. Muitas das grandes fazendas dedicadas à atividade ganadeira, inclusive, posteriormente foram divididas em frações menores para serem arrendadas com objetivo de dar espaço à crescente demanda internacional de cereais, principalmente trigo (TAYLOR, 2018).

Economicamente, o arrendamento de terras para pequenos produtores, sem possibilidade de compra, permitiu a sobrevivência dos imigrantes chegados à Argentina, mas não ofereceu qualquer possibilidade de ascensão social, consolidando o poder econômico, político e social de uma elite latifundiária tradicional beneficiada pela matriz da grande propriedade (TAYLOR, 2018). A informação relevante que deve ser destacada, porém, é a ausência de trabalho escravo e de relações pseudofeudais que caracterizaram as grandes fazendas brasileiras – marcando praticamente 300 anos da história do Brasil – , fato que constitui um contraste importante entre os casos em análise.

Essa diferença é bem sintetizada por Henrique Carlos de Oliveira Castro ao analisar o caso argentino em termos de cultura política, destacando a força urbana e a relevância que teve Buenos Aires dentro do Vice-Reinado da Prata – fundada inicialmente em 1536 e refundada em 1580 –, sendo uma cidade-porto que se transformou em epicentro territorial, econômico, político e cultural da futura Argentina:

A urbanização da Argentina deve ser entendida não apenas como a existência de cidades, mas principalmente como uma europeização do país, tanto nos costumes como na homogeneização dos valores, haja vista a incorporação à sociedade dos *mestizos*, que perdem sua identidade para se tornarem argentinos (embora na prática se constituam em cidadãos de segunda classe, a quem cabem os serviços menos nobres, uma vez que os europeus de primeira hora foram os que ocuparam as terras mais férteis e melhor localizadas na origem do país e fizeram a sua riqueza) [...] (CASTRO, 2014, p. 80).

Em linha similar, o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro (2002) contrasta a ocupação territorial e os respectivos desdobramentos dos casos em estudo dando destaque à segmentação étnica das futuras nações:

Este processo de formação da população e de ocupação territorial teve, evidentemente, impactos duradouros. No Brasil, como em outras áreas de *plantation* das Américas, a migração forçada de uma população escrava, negra, de origem africana, levou a impactos profundos na cultura e na futura segmentação étnica do Estado-nação. Nesta composição, foi igualmente importante a participação da população indígena, alvo, da mesma forma, de violência por parte dos colonizadores. Na Argentina, onde o sistema da *plantation* escravocrata especializada na produção de produtos tropicais, não se instalou, a segmentação étnica foi dominada, inicialmente, por uma clivagem entre brancos e índios [...]. (RIBEIRO, 2002, p. 241-242).

Segundo Ribeiro, durante a construção dos projetos nacionais pós-independência, tanto no Brasil quanto na Argentina prevaleceram – em maior ou menor grau –, as teses de branqueamento da população como o melhor caminho para avançar rumo à civilização. O resultado desse processo transformou o Brasil num país branco, mestiço e negro, enquanto a Argentina passou a ser um país de população majoritariamente branca e em menor medida mestiça, o primeiro associado aos trópicos e o segundo à Europa. Com essas características, as elites envidaram esforços para construir imagens e relatos com o objetivo de reforçar a identidade nacional, em que o Brasil seria uma “democracia racial” em que convivem harmonicamente brancos, negros e indígenas, ao tempo em que a

Argentina teria se tornado um “*crisol de razas*” conformado predominantemente por imigrantes europeus vindos de diversos países.

Com isso, o presente apartado permitiu observar um processo similar de conquista e opressão dos colonizadores portugueses e espanhóis, baseado na apropriação das riquezas a partir da violência contra os indígenas. O deslocamento das fronteiras com base na ocupação de novas terras aconteceu paralelamente à expansão do latifúndio e à consolidação do poder das oligarquias, não dando espaço para democratizar sociedades altamente hierarquizadas geradas pela herança colonial.

Todavia, a diversa inserção na economia internacional da Argentina e do Brasil durante o período da colônia constitui um primeiro ponto fundamental que marca diferenças entre ambas as nações, sendo a presença ou ausência do sistema da *plantation* e da escravidão variáveis que se destacam como contraste, e que influenciarão a cultura política de cada sociedade. Em relação ao caso brasileiro, Lilia Schwarcz expõe essa herança e sua influência sobre o Brasil do século XXI da seguinte forma:

**A escravidão, na escala em que a conhecemos aqui, foi e continua sendo uma especificidade incontornável da história brasileira. Herdamos um contencioso pesado e estamos tendendo a perpetuá-lo no momento presente;** as pesquisas mostram a discriminação estrutural vigente no país, a qual abarca [...] as áreas da educação, da saúde, chegando aos registros de moradia, transporte, nascimento e morte. (SCHWARCZ, 2019, n.p., grifo nosso).

Em linha similar, no livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, Caio Prado Júnior identificou no processo de colonização portuguesa uma série de contradições que trariam como reflexo desigualdades culturais, sociais, políticas e econômicas na história nacional posterior. Nesse contexto, o autor interpretou que a presença negativa da escravidão, como instituição que permeou todas as relações sociais, influenciou de forma determinante o desenvolvimento cultural e os valores democráticos, fazendo com que a sociedade pós-escravatura fosse incapaz de se organizar como tal ao longo do século XX (PRADO JÚNIOR, 2011).

Ainda que a ausência de latifúndios escravocratas na Argentina tenha atenuado culturalmente essa pesada herança autoritária destacada por Schwarcz, é obrigatório mencionar que isso não eliminou a marcante discriminação étnica. Apesar das políticas

públicas de branqueamento da população implementadas na segunda metade do século XIX para absorver os mestiços – ainda chamados pejorativamente de “negros” –, o preconceito prevalece de forma implícita na sociedade argentina, realidade que se reflete, por exemplo, no fato de a população nativa/mestiça ocupar majoritariamente posições subalternas na sociedade (CASTRO, 2014).

O tipo de inserção econômica no capitalismo mundial do Brasil e da Argentina também foi determinante para definir os diferentes rumos que tomaram os processos de independência e de construção dos projetos de nação pelas elites ao longo do século XIX. Tal tópico será abordado em detalhe no próximo apartado, dando destaque à disputa entre liberais e conservadores na construção dos dois Estados-nações, sendo também variável relevante na conformação da cultura política ao longo do século XX.

### **3. Projetos de nação: a preponderância de interesses conservadores e patrimonialistas**

Esta seção tem como objetivo analisar o período histórico relativo à construção dos Estados-nações ao longo do século XIX, procurando entender como a disputa entre projetos liberais e conservadores impactará nas futuras democracias.

O surgimento dos Estados-nações na América Latina correu por dois processos paralelos e intrinsecamente ligados: a internacionalização do modo de produção capitalista que institucionalizou o poder burguês no mundo todo; e os processos de emancipação das colônias ibéricas na América. O primeiro processo teve um caráter econômico-social, enquanto o segundo foi uma ação eminentemente político-militar (WASSERMAN, 2010).

Oportuno lembrar que o surgimento dos Estados europeus resultou de um processo secular de decadência da matriz feudal, oprimida pelo desenvolvimento do capitalismo e a irrupção da burguesia. Esse contexto demandou a unificação de territórios para a criação de mercados internos, tendo elementos prévios para construir uma identidade nacional nesse processo. Já na América Latina, esse movimento esteve marcado por um contexto complexo e particular: a necessidade de organizar novos Estados em um curto lapso de tempo com o objetivo de dar continuidade à inserção

econômica na nova ordem capitalista. Aparecia como urgente, também, a obrigação de povoar vastos territórios com a particularidade de não possuir uma referência que funcionasse como força aglutinadora entre a população para criar nações e sociedades com projetos, ideias e interesses em comum (WASSERMAN, 2010).

Nesse processo de construção de Estados-nações no pós-independência, há contrastes entre os casos argentino e brasileiro no plano político-administrativo. Isso ocorre, pois o modelo mais centralizador da colônia espanhola refletiu-se na reativa desagregação dos seus territórios após as revoluções independentistas, no início do século XIX: em 1850, os quatro vice-reinados e quatro capitânicas espanholas tinham se transformado em dezessete países independentes, todos orbitando em torno das cidades mais importantes da América. O território argentino, por exemplo, formava parte do Vice-Reino da Prata, que deu origem a mais três países: Uruguai, Paraguai e Bolívia (CARVALHO, 2003).

A caótica desagregação territorial da colônia hispânica não só marcou os processos de independência no início do século XIX, mas também se prolongou na construção das novas nações, visto que foi necessário atravessar um longo período anárquico liderado por caudilhos regionais reativos às tentativas de controle político vindo das capitais (CARVALHO, 2003). Especificamente no caso argentino, foi necessária uma guerra civil de 70 anos, entre 1810 e 1880, que enfrentou a unitários e federalistas e resultou na unidade política e formação do Estado argentino (BOTANA, 1986; CHIARAMONTE, 1997).

No caso brasileiro, contrariamente, as dezoito capitânicas existentes em 1820 formaram um único país independente em 1822, que, ainda contando com uma fraca integração regional, certa instabilidade política e algumas rebeliões separatistas, não sofreu processos políticos marcados pela violência (CARVALHO, 2003). No livro “Cidadania no Brasil. O longo Caminho”, José Murilo de Carvalho descreve a situação brasileira com clareza em algumas poucas linhas:

Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham também

deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira [...] (CARVALHO, 2002, p. 17-18).

Em “A Construção da Ordem: a elite política imperial” (2003), também de José Murilo de Carvalho – obra que tem se tornado uma referência para a análise da trajetória política da colônia portuguesa, o processo de independência e o fim do Império –, o autor contrasta o caso brasileiro com as colônias espanholas, destacando as diferenças em aspectos como a preservação da unidade nacional brasileira, a relativa estabilidade política do novo governo e a manutenção da monarquia e da escravatura no pós-independência. Como resposta a essa realidade, Carvalho destaca o arranjo político centralizador do Império, que foi reflexo de uma escolha explícita feita pelas elites que comandavam o país naquele momento. Em outras palavras, para entender o curso histórico, político e social brasileiro, é necessário focar no grupo que liderou a sociedade e tomou decisões estratégicas no processo de construção do Estado-nação.

A elite política imperial teve, então, um papel essencial para explicar os acontecimentos no pós-independência, sendo a opção monárquica e centralizadora a forma encontrada para manter a unidade política e evitar uma fragmentação territorial como a observada nas ex-colônias hispânicas após as revoluções independentistas. Uma das diferenças observadas por José Murilo de Carvalho é a acentuada homogeneidade ideológica e de treinamento das elites, produto da passagem pela Escola de Direito de Coimbra, grupo que posteriormente passaria a ocupar espaços de poder estratégicos na nova estrutura burocrática do Império. Essa formação em comum da elite brasileira em Portugal é considerada por Carvalho o elemento que deu coesão e criou um relativo consenso quanto à construção de uma matriz política conservadora a ser seguida pela nova nação, com o fim de evitar que divisões políticas colocassem sob ameaça a unidade nacional (CARVALHO, 2003). Carvalho ilustra a situação da seguinte forma:

A escolha de uma solução monárquica em vez de republicana deveu-se à convicção da elite de que só a figura de um rei poderia manter a ordem social e a união das províncias que formavam a antiga colônia. O exemplo do que acontecera e ainda acontecia na ex-colônia espanhola assustava a elite. Seus membros mais ilustrados, como José Bonifácio, queriam evitar a todo custo a fragmentação da ex-colônia em vários países pequenos e fracos, e sonhavam com a construção de um grande império. Os outros temiam ainda que a agitação e a violência, prováveis caso a opção fosse pela república, trouxessem riscos para a ordem social. [...] Era importante

que a independência se fizesse de maneira ordenada, para evitar esses inconvenientes. Nada melhor do que um rei para garantir uma transição tranqüila, sobretudo se esse rei contasse, como contava, com apoio popular. [...] O papel do povo, se não foi de simples espectador, [...] também não foi decisivo, nem tão importante como na América do Norte ou mesmo na América espanhola. (CARVALHO, 2002, p. 27-28).

A principal arena de discussão sobre o futuro da nova nação deu-se na Assembleia Constituinte de 1823, espaço em que o peso da herança da colonização se fez sentir ao impor limites às tentativas de avanço do processo de modernização do Brasil independente. O grande entrave à instalação de uma república liberal foi a defesa da manutenção do escravismo latifundiário, base da matriz econômica brasileira, fazendo com que o novo Império, surgido da Constituição de 1824, preservasse as relações sociais conservadoras e patriarcais preponderantes durante a época da colônia (PRADO JÚNIOR, 2011).

Na visão de Raymundo Faoro, a nova matriz política surgida desse processo configurou um Estado onipotente e onipresente, ator supremo na vida brasileira, dando continuidade à formação herdada do passado colonial, mas com o surgimento de um novo estamento burocrático que se apropriou do Estado, dos cargos e funções públicas, passando a usufruir das vantagens decorrentes do status vindo da ocupação de espaços de poder em benefício particular (FAORO, 2021). O sociólogo Rubens Campante resume as percepções de Faoro nos seguintes termos:

O instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político-social que lhe infunde vida. Imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre a esfera pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *lato sensu*, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade. (CAMPANTE, 2003, p. 154-155).

A um Estado eminentemente patrimonialista e centralizador, correspondeu uma sociedade diminuída e fragilizada. Essa sociedade não teve capacidade de se organizar em termos políticos para se contrapor ao autoritarismo estatal, com indivíduos

politicamente passivos, dependentes do Estado e submissos em relação à reivindicação de assuntos de interesse coletivo (FAORO, 2021).

Ao longo do século XIX, o Partido Conservador foi a força política hegemônica responsável pela sustentação da monarquia republicana e da consolidação do Estado-nação brasileiro. O Império teve como base social uma aliança entre a alta burocracia imperial, magistrados, latifundiários e comerciantes vinculados à economia exportadora da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (CARVALHO, 2003).

Do outro lado, o Partido Liberal representou a vontade de diversos setores sociais vinculados à transformação econômica do Brasil e contrários à centralização administrativa nascida na Constituinte. A base social do partido incluía proprietários rurais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de profissionais liberais urbanos. O outro ponto de divergência lógico com o Partido Conservador deu-se na manutenção da escravidão, ao defender a necessidade de discutir projetos futuros para permitir uma transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Um dos que liderou essa agenda relativa à abolição gradativa da escravatura foi José Bonifácio de Andrada e Silva, uma das referências políticas do liberalismo conservador na primeira metade do século XIX (CARVALHO, 2003).

A elite liberal, apesar das críticas à sociedade conservadora, foi ambígua em diversos aspectos, vez que nunca foi incisiva nas suas críticas ou posições de confronto em relação ao conservadorismo monárquico, convivendo com um regime escravagista que só veio a ser banido praticamente no século XX. Em matéria econômica, não houve qualquer constrangimento em defender uma matriz liberal, mas demandar paralelamente medidas protecionistas (CARVALHO, 2003). Faoro descreve essas contradições do liberalismo brasileiro ao destacar as incongruências entre as ideias liberais e uma economia com base no latifúndio escravocrata:

O liberalismo que assim nasce tem alguma coisa de liberal e pouco de democrático. [...] Forma-se uma modalidade especial de liberalismo, onde a base não está no povo, no cidadão, mas nos corpos intermediários. [...] O povo, nessa perspectiva, é um corpo inorgânico a ser protegido ou, se entregue a si mesmo, a ser temido. [...] As deficiências do liberalismo político estão na base das fraquezas do liberalismo econômico. Embora, entre nós, um não tenha saído do outro, com mais desencontros do que encontros, na base da racionalidade do liberalismo econômico estão os



elementos previsíveis e calculáveis do Estado de direito. Esta irracionalidade formal é o grande obstáculo de um e de outro para vencer o patrimonialismo. [...] A ordem tradicional convivia com a modernização numa pauta paralela à pauta capitalista. [...] No fundo, o povo, com a sua soberania imaginária, não assiste ao espetáculo passivamente: inutilmente manifesta, em lances espasmódicos e irregulares, seu inconformismo. (FAORO, 1993, p. 26-28).

José Murilo de Carvalho cita números para elucidar e fazer um balanço do que foi a etapa dessa monarquia republicana que conviveu com a escravidão e que careceu de qualquer tipo de participação popular: dos 12 milhões de habitantes existentes em 1881, dois milhões e meio eram indígenas e escravos sem qualquer direito político. Do outro lado, apareciam 200 mil proprietários e profissionais liberais que conformavam a elite brasileira, enquanto no meio desses dois setores coexistiam milhões de pessoas que nasciam e morriam sem ter qualquer tipo de ação ou vínculo político, sem capacidade para pensar, votar ou impor ao governo uma direção definida. Na transição entre o Império e a Primeira República, a situação eleitoral era a seguinte:

Em 1886, votaram nas eleições parlamentares pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população total. A principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. [...] Não é, então, de estranhar que o número de votantes tenha permanecido baixo. Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população. Na última eleição presidencial da Primeira República, em 1930, quando o voto universal, inclusive feminino, já fora adotado pela maioria dos países europeus, votaram no Brasil, 6% da população. (CARVALHO, 2002, p. 39-40).

No caso da América hispânica, as violentas guerras pela independência, iniciadas em 1809 e que se estenderam por quase 20 anos, deixaram um legado complexo a partir da ruptura das estruturas coloniais e da transformação do sistema mercantil, incluindo a perseguição às elites espanholas vinculadas à antiga metrópole, até então dominantes em termos políticos e econômicos. As revoluções independentistas incluíram também um processo político-militar, criando atores com os quais foi necessário dividir o poder em momento posterior à guerra, sendo essa situação a antítese do processo brasileiro, em que uma transição menos disruptiva, mais estável e previsível, diminuiu os impactos do esgotamento da matriz colonial (HALPERIN DONGHI, 1992; FAUSTO e DEVOTO, 2004). José Murilo de Carvalho descreve o cenário como:

[...] a incompatibilidade entre *criollos* e *peninsulares*, a desunião entre os grupos dominantes regionais (sobretudo nos países maiores) e as guerras

de independência, sem falar na interferência externa, tornaram praticamente inviável o estabelecimento de governos civis estáveis, depois de terem impedido a manutenção da unidade da colônia. Os corpos militares organizados durante as guerras da independência, uma vez desaparecida a geração de chefes militares profissionais, tornaram-se instrumentos de caudilhos que [...] mantiveram uma situação de rebeliões permanentes. (CARVALHO, 2003, p. 40).

Nas décadas posteriores à independência da Argentina, iniciada em 1810, com a Revolução de Maio, e finalizada com a declaração independentista em 1816, foi aberto um período politicamente caótico que durou várias décadas. No âmbito de um conjunto de províncias ainda pouco coesas, essa etapa foi marcada por guerras civis que buscavam o estabelecimento de um governo central, enfrentando os unitários de Buenos Aires e os federalistas das províncias do interior. Sem ainda ter um firme sentimento de pátria ou de manutenção da unidade nacional, as elites regionais pretendiam manter sua autonomia, mas estavam cientes da dependência econômica da poderosa Buenos Aires, que controlava o porto do Rio da Prata e beneficiava-se dos recursos aduaneiros (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

A primeira tentativa de organização nacional veio pela Constituição de 1819, em movimento liderado por Buenos Aires, estabelecendo uma república unitária, conservadora e aristocrática, mas incluindo também uma série de direitos inspirados na Revolução Francesa. O texto foi rejeitado pela maioria das províncias, abrindo uma guerra que duraria décadas. Em 1853, surgiu uma nova Constituição, assinada por 13 províncias – mas sem contar com o apoio de Buenos Aires –, inspirada na Constituição dos Estados Unidos, principalmente no seu caráter federalista. Tal situação, em que coexistiam dois governos simultâneos, revela um equilíbrio de forças entre o poder econômico de Buenos Aires e o poder político dos caudilhos do interior, impasse que se fez presente também no campo militar, com constantes vitórias e derrotas para ambos os lados. Esse ciclo foi quebrado, finalmente, em 1880, com a derrota militar de Buenos Aires e a federalização da capital. Apesar desse resultado, os interesses de Buenos Aires acabaram prevalecendo sobre o interior com base no poderio econômico, sendo a elite portenha a principal condutora dos destinos da Argentina (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

O contraste mais importante até aqui, entre Brasil e Argentina, é o tipo de divergência que separava às elites quanto ao debate decorrente de diferentes objetivos

políticos. Os historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto apresentam esse contraste de forma clara:

[...] havia no Brasil uma questão social, declarada ou subentendida, no centro das propostas políticas, a da escravidão e sua supressão, que dominaria o debate político por três décadas, dando-lhe um tom e uma articulação entre política, sociedade e economia inexistentes na Argentina. Nessa, pelo contrário, não existiam divergências sérias em torno da solução de questões sociais no seio das elites econômicas ou políticas, fosse qual fosse sua procedência regional e sua adesão às facções em luta. (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 71).

A guerra civil que marcou a história argentina ao longo de sete décadas após a Independência teve como principal questão a organização de um governo central federalizado, sem outras divergências substantivas, visto que a elite argentina compartilhava da mesma estrutura ideológica liberal-conservadora ao entender, por exemplo, que a soberania popular deveria ser limitada e canalizada por uma estrutura político-institucional que não ameaçasse o próprio poder elitista. A convergência também apontou à consolidação de uma república com divisão de Poderes e com a previsão de uma série de direitos para a população, a começar pela propriedade privada, princípios que ficaram plasmados na Constituição de 1853. O crescimento econômico e o desenvolvimento da sociedade deveriam ter como base a concessão de amplas liberdades e facilidades a favor da iniciativa privada (ADAMOVSKY, 2020).

A organização nacional concluída em 1880 foi precedida por um intenso debate político-intelectual que marca um ponto de inflexão no processo de construção da cultura política argentina e constitui um novo contraste em relação ao processo brasileiro. O citado debate foi liderado por dois jovens da denominada “Nova Geração”, posterior à geração dos líderes independentistas: o *sanjuanino* Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) e o *tucumano* Juan Bautista Alberdi (1810-1884), ambos considerados como os pais fundadores da tradição liberal argentina. Como se verá a seguir, apesar de se colocar em vertentes intelectuais antagônicas, ambos tinham em comum um elevado ceticismo quanto à capacidade da população *criolla* para ser funcional ao processo de modernização e progresso da nova Argentina que se pretendia construir a partir da pacificação nacional (MERQUIOR, 1993).

O presente apartado será encerrado destacando discrepâncias importantes no plano da educação como política pública no Brasil e na Argentina, pois, se houve certo paralelismo no período colonial, essa linha não se repetiu na etapa de pós-independência.

No início do Império, houve, no Brasil, a intenção de oferecer educação inicial à população a partir da criação do Sistema Nacional de Ensino, decisão que ficou normatizada em lei aprovada em 1827. Tal política determinava a criação de escolas elementares em cidades ou vilas, tendo como critério principal a densidade populacional. Essas escolas, entretanto, acabaram não sendo construídas, fato que deu lugar a uma nova legislação em 1834, descentralizando a educação ao transferir essa responsabilidade para as províncias (SAVIANI, 2008).

No tocante à academia, o Brasil foi um contraste em relação ao resto da América Latina, vez que essa não teve espaço antes do século XX e, apesar de terem avançado as discussões sobre o estabelecimento de universidades no final do século XIX, não houve consenso entre as elites quanto à relevância e necessidade de criar instituições acadêmicas. Antes do Império, o único antecedente colonial – apesar da proibição do estabelecimento de universidades –, decorreu dos saberes superiores pontualmente ministrados em várias escolas jesuítas, ao atuar exclusivamente nas áreas de interesse da Igreja. (MOREIRA, 2013).

Na Argentina, uma vez superadas as lutas independentistas no início do século XIX, houve espaço para começar a discutir um modelo escolar moderno baseado na transformação das instituições educacionais herdadas da colônia. Nessa discussão, houve diversas correntes, mais liberais ou mais conservadoras, cada uma defendendo modelos específicos. As propostas liberais mais radicais, por exemplo, partiam da defesa de um sistema educacional progressista acorde a uma nação livre, com uma pedagogia antirracista e democrática, influenciada pelo secularismo e anticlericalismo; outra corrente vinculada a Sarmiento rejeitava a herança hispânica e defendia a adoção do modelo cultural europeu combinado ao modelo educacional norte-americano, com um sistema de ensino escolar público que incluísse toda a população, tendo como premissa a adoção de critérios pedagógicos democráticos; os setores pró-hispânicos vinculados à Igreja e aos caudilhos provinciais, por sua vez, defendiam a manutenção da educação clerical colonial, rejeitando a educação de indígenas e mestiços (PUIGGROS, 2018).

Sem ter ainda uma federação estabelecida, houve um avanço importante no tocante a políticas educativas, mas com uma disparidade regional considerável entre as diferentes províncias. Entretanto, independentemente dessas diferenças, em muitas províncias foi determinada a obrigatoriedade da educação básica ou ainda a promoção da educação média. A grande transformação da educação argentina, contudo, viria na segunda metade do século XIX, com a aprovação de uma nova Constituição liberal e a implantação de revolucionárias diretrizes educativas (PUIGGROS, 2018).

### **3.1. Sarmiento x Alberdi: liberalismo conservador e bases da educação pública argentina no século XIX**

Em 1845 – exilado no Chile e fugindo da perseguição política de Juan Manuel de Rosas, caudilho autoritário e governador da Província de Buenos Aires entre 1829 e 1852 –, Sarmiento publica "*Facundo, Civilización Y Barbarie*" (2018), um dos livros mais influentes da história argentina, em que oferece uma narrativa particular sobre as dificuldades políticas e sociais e as opções correspondentes para superá-las. Para Sarmiento, a Argentina defrontava-se, naquele momento, com duas tendências históricas: a civilização – encarnada implicitamente pelas classes letradas de Buenos Aires – e a barbárie – personificada pelos caudilhos federalistas e os colonos ruralistas, crioulos e mestiços, de classe baixa e fiéis a seus líderes. Para Sarmiento, a disputa não envolvia unicamente uma guerra pela federalização de Buenos Aires, mas a escolha entre dois modelos de países diferentes e opostos.

Até esse momento, Sarmiento tinha como referência o modelo europeu, mas uma viagem de estudos à Europa em 1848, que coincidiu com as revoluções liberais desse ano na França, Alemanha, Polônia, Itália, Áustria, Hungria e Dinamarca, acabou gerando nele uma grande frustração. Sarmiento deparou-se com uma complexa situação de miséria urbana e riqueza rural quando o continente atravessava um processo de plena industrialização. Esse contexto levou-o a seguir os passos de Tocqueville e encontrar, numa viagem posterior aos Estados Unidos, uma democracia consagrada na liberdade e na igualdade, com um mercado nacional integrado via uma infraestrutura excepcional, em que o município e a escola apareciam como peças fundamentais dessa sociedade (BOTANA, 1997; GALLO e CORTÉS CONDE, 1986; MERQUIOR, 1993). O diplomata

e cientista político brasileiro José Guilherme Merquior expõe as percepções de Sarmiento da seguinte forma:

[...] *el modo de superar la barbarie era construir igualdad, porque la igualdad no era tanto el fruto como la condición del progreso. [...] La propiedad de la tierra ampliamente distribuida, escuelas por todas partes y comunidades urbano-rurales serían la base de la libertad y la civilización.* (MERQUIOR, 1993, p. 106-107, grifo nosso).

Juan Bautista Alberdi, por sua vez, escreveu, em 1852, “*Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*” (2015), texto que foi referência para redigir a Constituição de 1853. Nessa obra, Alberdi foi claro ao apontar que o projeto de construção de um novo Estado-nação não demandava redigir boas leis, mas a necessidade de trabalhar sobre a natureza da população, que deveria ser radicalmente mudada. Tratava-se de substituir a família argentina por outra igualmente argentina, mas com maior capacidade de exercer sua liberdade em prol da geração de riqueza e progresso. Para tanto, seria imprescindível povoar o território com imigrantes europeus, preferencialmente anglo-saxões, trabalhadores, habilidosos para o comércio e para exercer a liberdade. Com esse exemplo dos europeus, o perfil étnico e cultural dos argentinos seria ajustado para a nova vida republicana. Para Alberdi, a liberdade econômica e o progresso seriam motores da modernização argentina. A máxima alberdiana era: “*Gobernar es poblar*”.

Para o autor, enquanto o processo de estabilização política e consolidação da ordem fosse desenvolvido, seria necessário restringir os direitos políticos das classes populares, deixando o tratamento dos assuntos públicos sob cuidado das elites. Desse modo, seria preciso sacrificar liberdades para constituir uma república imperfeita e limitada, uma república transitória, a fim de criar as condições que dariam lugar a uma verdadeira democracia, aberta à participação da população. Crítico do patrimonialismo herdado da Coroa e da riqueza construída a partir do favor estatal, Alberdi defendeu o liberalismo lockeano com base na propriedade privada como direito natural e pilar do progresso, dando à sociedade civil um papel superior ao do Estado na configuração da nova nação (BOTANA, 1997).

O eixo do debate entre Alberdi e Sarmiento passava justamente pela ordem dos fatores. Nesse sentido, haveria as opções de construir primeiro um Estado para moldar

uma determinada sociedade, ou formar uma sociedade primeiro para depois erigir as instituições republicanas (MERQUIOR, 1993).

Sarmiento entendia que a espera sustentada por Alberdi era inaceitável, defendendo uma ação efetiva do Estado em dois sentidos: inicialmente seria necessária uma ação estatal enérgica para eliminar os caudilhos federalistas, símbolo do atraso e da barbárie autoritária herdada do processo militar independentista; por outro lado, o Estado seria o motor para promover uma intensa política de educação pública que levasse escolas primárias para todos os cantos do país. Portanto, Sarmiento confiava no papel civilizador da cultura, da ciência e da educação pública, em que as escolas deveriam ter uma formação abrangente e igualitária para homens e mulheres de todas as classes sociais, contribuindo a incentivar um comportamento autônomo e racional dos indivíduos, indispensável à vida cidadã e republicana (ADAMOVSKY, 2020).

O processo de organização do Estado argentino que tomou lugar durante a segunda metade do século XIX acabou não seguindo integralmente os modelos propostos por Sarmiento e Alberdi, mas tomando, entretanto, elementos de ambas as matrizes. Merquior resume a situação ao descrever os resultados ambíguos da presidência de Sarmiento:

*[...] después de su victorioso pero amargo mandato presidencial (1868-1874), [Sarmiento] comprendió que las élites criollas habían conservado una hegemonía oligárquica y que los trabajadores extranjeros no habían adquirido ninguna ciudadanía. Entonces aceptó el principio de un sistema patricio encabezado por criollos prominentes [...], hasta que la educación central, su instrumento civilizador favorito, ampliara la base social de la república (MERQUIOR, 1993, p. 107).*

Na segunda metade do século XIX, as políticas educacionais, implementadas inicialmente em Buenos Aires, influenciaram a política educacional no nível nacional, tendo o Estado como principal promotor dessa iniciativa. Primeiramente, como ministro na presidência de Bartolomé Mitre (1862-1868), e, posteriormente, como presidente da República (1868-1874), Sarmiento fortaleceu o caráter obrigatório da educação, autorizou subsídios a favor de estabelecimentos privados, ampliou a rede escolar pública e estabeleceu um fundo estatal permanente para o financiamento da educativo. Um dos objetivos era transformar os filhos dos imigrantes em cidadãos argentinos, sendo obrigatório estudar a história da Nação e falar a mesma língua, reforçando, assim, a

criação de uma identidade nacional em plena construção do país. Em 1884, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 1420, primeira norma que estabeleceu uma educação comum, laica, gratuita e obrigatória, passando a ser referência para outros países latino-americanos (CAO e RUBINS, 1996; PUIGGRÓS, 2018).

Em 1885, foi também sancionada a Lei Universitária que estabeleceu uma forma parcial de autonomia acadêmica, tendo como objetivo criar uma legislação federal para o funcionamento da Universidade de Córdoba (1613) e a Universidade de Buenos Aires (1821). Entre 1889 e 1890, viriam a ser fundadas ainda as universidades de Santa Fé e La Plata, totalizando quatro instituições universitárias em funcionamento antes da passagem para o século XX. Nesse processo, o Estado argentino foi um agente catalizador da universidade, traço em que difere diametralmente do caso brasileiro (MOREIRA, 2013).

No início do século XX, o Conselho Nacional de Educação foi estratégico ao abrir centenas de estabelecimentos de educação infantil e primária em todo o território argentino, além de avançar com a inauguração de escolas rurais em todo o país, instituições que passaram a ser regidas pela Lei de Educação Comum, possibilitando maior influência do governo central nos currículos e nas práticas educacionais. Essa política vinda da esfera nacional fez com que, nas regiões mais pobres e afastadas, essas escolas ultrapassassem, em quantidade, os estabelecimentos provinciais, contribuindo para a diminuição do número de analfabetos e para o aumento da escolarização da população. O analfabetismo, segundo registros eleitorais, caiu de 35,5% em 1916 para 22% em 1930 (NÉIA, 2017).

Traçando um paralelo com o Brasil, no plano educativo, é possível conferir que houve uma variedade de discursos entre o século XIX e início do século XX, enfatizando a necessidade de avançar no acesso da população à escola. Entretanto, do ponto de vista prático, não houve avanços concretos para implementar essas grandes transformações apontadas, de forma teórica, pelas autoridades. A realidade brasileira daquela época contrastou com a argentina, em que a institucionalização e ampliação do acesso escolar básico operou como pilar da construção e consolidação do Estado nacional (OLIVEIRA, 2021).



O avanço do capitalismo mundial e as pressões por uma rápida inserção da Argentina no mercado internacional foram tão relevantes quanto as formulações das elites intelectuais da denominada “*Nueva Generación*” ou “*Generación del 37*”, liderada por Sarmiento e Alberdi. A imigração em massa chegou ao país não só como resultado das políticas de Estado, mas também a partir de um movimento espontâneo de imigrantes fugindo da Europa atrás de novas oportunidades, oriundos, principalmente, de países do sul e leste da Europa, em lugar dos anglo-saxões desejados por Alberdi. Sarmiento, por sua vez, não conseguiu impor satisfatoriamente sua política sobre divisão de terras para criar pequenos e médios proprietários rurais, mas, em contrapartida, conseguiu implantar suas ideias quanto à educação pública, fundando as bases do sistema educativo argentino e criando o pilar do que seria a futura classe média, tão característica dessa sociedade ao longo do século XX (BOTANA e GALLO, 1997; ADAMOVSKY, 2020).

A prosperidade econômica do modelo agroexportador e o elevado nível de alfabetização dos filhos dos imigrantes foram elementos que marcaram as primeiras décadas do século XX na Argentina, realidade que acabou ampliando a base social da República. O movimento natural foi o de aumento da pressão popular a favor da abertura política, tendo como resultado a aprovação da *Ley Sáenz Peña* (1912), uma reforma eleitoral que estabeleceu o sufrágio universal e permitiu quebrar a hegemonia da oligarquia latifundiária em 1916, com a vitória do candidato da União Cívica Radical (UCR) Hipólito Yrigoyen, que chegou à Presidência da República com amplo apoio da classe operária e da crescente classe média argentina. A UCR manteve-se no poder até 1930, quando a crise econômica mundial deu espaço para que a oligarquia conservadora retomasse o governo por meio do primeiro golpe militar da história do país (BOTANA, 1975; FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Entre 1930 e 1944, os conservadores governaram de forma não democrática – período histórico que ficou conhecido como a “*Década Infame*” devido às consecutivas fraudes eleitorais –, na tentativa de manter os pilares do modelo econômico agroexportador, apesar de ter perdido o mercado e a parceria política oferecida historicamente pela Grã-Bretanha. Paralelamente a esse processo, o movimento sindical trabalhista consolidou-se como um novo ator político, caso sem paralelo em outros países da América Latina, diferenciando-se de México e Brasil, por exemplo, nesse aspecto. Após reiteradas crises políticas e econômicas, um novo governo militar irrompeu em

1943, dando espaço para a posterior chegada ao poder do General Juan Domingo Perón pela via eleitoral em 1946, apoiado pela classe operária e a burguesia industrial. Implementando um modelo de matriz corporativista e autoritária, Perón conseguiu manter-se no poder até 1955, quando foi deposto por um novo golpe de Estado liderado pelos militares, ação que ficou conhecida como a “Revolução Libertadora”, contando com apoiado de parte da classe média, da oligarquia e de setores conservadores da sociedade argentina (MERQUIOR, 1993; HALPERIN DONGHI, 1994).

No plano educativo, houve uma série de importantes mudanças promovidas pelo governo peronista, especificamente em relação à expansão da matrícula da população estudantil no ensino médio e no superior, já que, naquele momento, uma grande porcentagem da população em idade escolar primária já estava matriculada nas escolas. A matrícula no ensino médio duplicou, enquanto a matrícula universitária triplicou, avanço este que esteve relacionado à necessidade de reforçar a educação técnica para atender à demanda de mão de obra nas indústrias. Contudo, apesar desses avanços, o governo trabalhou também para alterar o conteúdo do ensino escolar, atingindo todos os níveis do sistema educativo com propaganda política, em clara manobra de politização da educação, reforçando o caráter autoritário do peronismo (PUIGGRÓS, 2018).

Entre 1955 e 1985, a Argentina entraria num ciclo de elevada instabilidade com a alternância constante de governos civis e militares. Nesse momento, o peronismo, banido eleitoralmente até 1973 – e apoiado por poderosos sindicatos trabalhistas –, transformou-se num ator com poder de veto, sem poder governar, mas com força suficiente para impedir que outros setores da sociedade tivessem condições de exercer o poder (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

### **3.2. O pensamento político autoritário brasileiro no século XX**

Uma discussão similar à de Sarmiento e Alberdi teve lugar no Brasil, mas foi temporalmente posterior – praticamente 100 anos depois –, iniciada só no século XX, e provocada pela chegada da Primeira República, inaugurada em 1889. Vários textos acadêmicos foram publicados a partir da década de 1930 abordando o Brasil e sua formação político-institucional. Esses escritos manifestavam o pensamento político

brasileiro daquele momento e pretendiam sustentar intelectualmente o processo de modernização do país.

Autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral, por exemplo, conformavam um grupo de intelectuais que a historiografia brasileira convencionou em chamar de “pensadores autoritários”. Num momento histórico totalmente diferente ao das discussões que empreenderam os liberais-conservadores argentinos em meados do século XIX, a socióloga Silene de Moraes Freire descreve o contexto brasileiro em que esses autores se situam:

De fato, no período de 1930/45, a cultura do autoritarismo, sob as mais diversas formas, transborda e permeia amplamente a prática das classes dominantes no Brasil, fornecendo à elite governamental orientações referentes à reformulação do marco institucional vigente. Conforme mencionamos, dentro da seara intelectual do período, a preocupação com a construção de distintas abordagens para explicar a realidade brasileira de então torna-se uma característica comum. No complexo quadro ideológico da época, o pensamento autoritário destaca-se como um dos principais componentes da produção intelectual, justamente porque o seu modo de analisar a realidade, assim como as soluções apresentadas para a mesma articulavam temas em perfeita conexão com a perspectiva de construir um projeto político comprometido com os interesses do capital industrial. [...] nesse momento, a difusão de toda uma corrente de pensadores que interpreta a realidade brasileira e encaminha propostas e sugestões desvinculadas da tradição liberal, não foi obra do acaso. Se muitos representantes do pensamento político autoritário se destacaram nesse período, foi porque suas ideias entrosaram-se na sociedade brasileira e, nela, encontraram ambiente propício à sua difusão. (FREIRE, 2009, p. 204).

Os citados intelectuais, que tinham em comum sua crítica à matriz “democrática” instalada no Brasil com a Constituição de 1891, debruçaram-se analiticamente sobre as instituições políticas liberais brasileiras com o objetivo de propor a criação de um novo modelo de Estado-nação que conferisse preeminência à autoridade política perante os pressupostos da liberdade política. Prevalcia entre esses autores a ideia de que, no Brasil, seria necessário que a organização do Estado fosse anterior à participação da população nas decisões políticas mais importantes, por não enxergar uma viabilidade do modelo democrático sem antes ajustar alguns pressupostos tidos como essenciais ao modelo democrático-liberal ocidental (ARAÚJO, 2006).

Esse grupo dos "pensadores autoritários" foi precedido por autores que defendiam soluções liberais, incluindo nomes como José de Alencar, Euclides da Cunha, Ruy

Barbosa e Joaquim Nabuco; e foi ainda contemporâneo ao debate intelectual proposto por autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., que apresentaram diversas interpretações do Brasil para discutir uma série de problemas nacionais, como o tipo de federalismo e de república, partidos políticos, eleições e inclusão social. Apesar desse amplo leque de discussões, prevaleceram, ao longo do século XX, as ideias dos “pensadores autoritários”, dando base teórica com viés conservador, corporativo e autoritário tanto ao Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) quanto à ditadura militar vigente entre 1964 e 1985 (ARAÚJO, 2006).

A partir de 1930, o Brasil vivenciou de forma nítida um processo de organização econômica, política e social rumo ao surgimento das classes operária e industrial-capitalista, a fim de iniciar um projeto de nacional baseado na construção da modernidade brasileira. Tal projeto renegava a ordem oligárquica dominante no Império e na Primeira República, colocando as novas elites industriais como artífices do surgimento de um novo Estado burguês. Esse modernismo defendido pelos “pensadores autoritários”, entretanto, ficaria limitado ao mundo das relações sociais de produção, pois o exercício da cidadania, ainda que ampliado, deveria ser parcial e restringido pela regulação estatal com base numa matriz institucional corporativa (FREIRE, 2009):

[...] destaca-se o olhar de Oliveira Viana para o passado e para o futuro do Brasil, não apenas com vistas a compreender as singularidades apontadas pelo autor em relação ao nosso passado colonial, mas especialmente o modo como ele justifica as permanências e as necessárias rupturas com esse passado por meio **da ação de um Estado forte e das corporações, em nome da construção de uma ‘verdadeira nação’ solidária no país.** (ABREU, 2015, p. 271, grifo nosso).

Sobre a mencionada ausência de solidariedade, Oliveira Viana destacava a não existência de opinião organizada ou sentimento de interesses coletivos no Brasil, a não ser a solidariedade parental ou espírito de clã, presente no campo da política. Os próprios partidos políticos existentes à época não representavam ideias ou sentimentos coletivos vinculados a alguma ideologia, mas constituíam agrupamentos de indivíduos sem qualquer base classista, situação que constituía um cenário totalmente incompatível com uma verdadeira democracia liberal. Nesse contexto, segundo a visão de Oliveira Viana, as elites que fundaram a Primeira República concederam uma elevada autonomia institucional aos estados federados, dando origem a diversos problemas e fracassos

políticos por desconhecer a realidade do povo e a diversidade da cultura política brasileira (ABREU, 2008).

A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, e o Estado Novo (1937) se justificariam por ser uma reação ao excessivo poder local das oligarquias estaduais, instituindo uma “democracia autoritária” que Oliveira Viana definiu como um regime fundado na autoridade e não mais na liberdade como princípio essencial. Refletindo essa matriz autoritária, a Constituição de 1937 – redigida pelos “pensadores autoritários” –, determinou que a peça mais relevante dentro do sistema político não seria mais o Poder Legislativo, mas a Presidência da República, ao fechar o Parlamento e dar status de autoridade suprema ao Poder Executivo. As bases democráticas seriam ampliadas não pelos partidos – que foram extintos –, mas pela participação de novos atores, como associações de classe, sindicatos e conselhos técnicos, todos liderados por um presidente com poder absoluto para liderar a Nação, adequando institucionalmente o Brasil à sua realidade (ABREU, 2008).

Os “pensadores autoritários” acabaram sendo uma referência na concepção política brasileira na primeira metade do século XX ao defender uma matriz institucional autoritária. A influência dessa matriz foi além do seu próprio tempo, pois essas ideias permaneceram presentes nos debates sobre a organização nacional e a formação das instituições brasileiras principalmente durante a ditadura militar (1964-1985), conforme será observado no próximo apartado.

No plano da educação, houve importantes transformações na estrutura escolar a partir de 1930, tendo como efeito um declínio claro no índice de analfabetos, caindo de 70% em 1920 para 56% em 1940. Parte dessa mudança esteve relacionada à plataforma nacionalista do governo Vargas, a qual tinha dentre seus objetivos a construção de uma nação desenvolvida e independente, sendo obrigatório avançar no âmbito educativo (PRATA e ALVES, 2020).

Assim como acontecera no caso argentino no século XIX, durante a década de 1930, a educação brasileira foi objeto de discussões políticas em torno de diferentes modelos. Os grupos conservadores vinculados à Igreja Católica pretendiam manter o controle e hegemonia que historicamente tiveram sobre as políticas de educação, já os

setores liberais e progressistas defendiam modelos mais modernos, democráticos e com alcance nacional (SAVIANI 2008).

A Constituição de 1946 deu à União a responsabilidade de legislar sobre as diretrizes nacionais de educação, mas não houve avanços consideráveis nos anos seguintes, sendo isso um reflexo das disputas entre grupos liberais e conservadores quanto ao modelo a ser implementado. O presidente Vargas, que retornou ao poder pela via eleitoral em 1950, aumentou as verbas para a educação durante sua segunda gestão (1951-1954), mas, apesar desse esforço, os índices de analfabetismo permaneceram elevados. O presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), em seu mandato, teve como objetivo dar continuidade ao legado varguista na área educativa, mas optou por reforçar o ensino médio para priorizar a profissionalização técnica, adotando o lema “educar para o trabalho”. Essa nova escola teria que ser capaz de formar mão de obra de perfil técnico no nível médio, deixando a universidade para aqueles que tivessem “vocação intelectual” (PRATA e ALVES, 2020).

Em 1961, foi aprovada pelo Congresso Nacional a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), sendo posteriormente sancionada pelo presidente João Goulart, norma que sofreu severas críticas da esquerda, interpretando a ação do presidente como uma traição ao movimento progressista. Apesar das críticas, entre 1961 e 1964, o governo aumentou em 6% os gastos com educação e lançou em 1962 o Plano Nacional da Educação incluindo a obrigatoriedade de investir um mínimo de 12% dos impostos arrecadados pela União na área de educação. Nessa etapa, também foi dado destaque à alfabetização de adultos a partir dos métodos propostos por Paulo Freire, política que não teve continuidade ao ser interrompida pelo golpe de 1964. Válido lembrar que, em 1961, dos quase 71 milhões de brasileiros, quase 40% eram conformados por analfabetos com idades entre 15 e 69 anos (PRATA e ALVES, 2020).

No tocante ao ensino superior, entre 1920 e 1930, o governo federal apenas tinha a função de reconhecer as universidades, conferindo ou não esse status, mas sem qualquer marco jurídico específico. As primeiras universidades no Brasil lograram sua fundação a partir da década de 1920 – a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920; e a Universidade de Minas Gerais, fundada em 1927 –, nascendo a partir da aglutinação de escolas superiores preexistentes. O Estatuto das Universidades, aprovado em 1931, teve

justamente o objetivo de sistematizar critérios e pré-requisitos mínimos de funcionamento, ficando, assim, mais clara e racional a concepção das universidades no Brasil (MOREIRA, 2013).

Esse atraso na consolidação da universidade em território nacional teve desdobramentos políticos e sociais relevantes, consolidando o benefício do acesso às instituições pelas elites e excluindo as classes sociais inferiores:

**No tocante às possibilidades de as classes trabalhadoras entrar no campo universitário no Brasil, historicamente, as formalidades para o acesso têm se caracterizado pelos obstáculos colocados.** Esses bloqueios à democratização do conhecimento ora têm origem na pequena quantidade de instituições de cursos superiores e diminutas taxas de escolaridade básica, ora se identificam nos exames vestibulares para ingresso muito acima da capacidade de preparação, por meio dos debilitados sistemas públicos de educação básica e também pela dominância de IES particulares, muitas das quais inacessíveis economicamente à maioria (com o credenciamento facilitado junto ao poder público e custos mais baixos para o investimento, visando estabelecer muitos dos cursos no que respeita ao ponto de vista empresarial, mas em grande parte de manutenção e mensalidade cara para um padrão de renda rebaixado do trabalhador). (MOREIRA, 2013, p. 50, grifo nosso).

A universidade pública argentina contrasta de forma drástica com o caso brasileiro, pois é vedado por lei erguer qualquer obstáculo ao ingresso em seus cursos, apesar da autonomia universitária outorgada pela Constituição:

**[...] o acesso livre e irrestrito ao ensino superior público e gratuito continuou sendo a prática amplamente majoritária na ES argentina, em especial no que respeita às maiores universidades. Por todas essas características, as IES argentinas marcam um sistema massificado e cada vez mais diversificado, com formas democráticas de acesso consolidadas historicamente, constituindo-se de forma bem particular se comparadas com outros países.** Apesar dessa heterogeneidade, a ES argentina permanece, em larga escala, de ingresso gratuito e ilimitado quanto a matrícula em cursos de graduação. Também tem mantido a longo de toda a História, taxas de matrículas predominantemente públicas em relação ao volume de cursantes. (MOREIRA, 2013, p. 61-62, grifo nosso).

Antes de avançar para o seguinte período histórico relativo à segunda metade do século XX, marcado pela presença de violentas ditaduras militares, é válido destacar traços em comum que aproximam os casos argentino e brasileiro durante o processo de construção de projetos nacionais – ainda que com matizes –, seja na imposição de democracias limitadas seja na implementação de golpes de Estado em 1930. Nesse

período histórico, a opção autoritária foi válida em ambos os casos quando o sistema político não foi capaz de dar respostas institucionais ao conflito entre grupos com interesses políticos ou projetos diversos e conflitantes.

Por trás das democracias limitadas ou das rupturas autoritárias, o objetivo claro foi o de afirmar o predomínio do Estado sobre a sociedade, controlando sempre as vias e formas de participação e representação política. Esse Estado, aliás, caracterizou-se, também, por não separar de forma clara as esferas pública e privada, predominando constantemente os interesses particulares sobre os interesses da coletividade.

#### **4. Ditaduras militares, violência política e terrorismo de Estado**

O mais recente período ditatorial na Argentina e no Brasil teve lugar na segunda metade do século XX, deixando um passado autoritário cujas marcas se mantêm ainda presentes nas sociedades, principalmente pelos elevados níveis de violência. No tocante às relações entre Estado e sociedade, as ditaduras implantadas chegaram para retomar o controle dos canais de participação democrática, inibir a representação popular e reforçar a preponderância do Estado sobre a sociedade. Assim como as próprias ditaduras, foram também relevantes as transições democráticas experimentadas em cada caso na década de 1980, com cenários diversos e com os lógicos impactos na cultura política da Argentina e do Brasil.

As ditaduras militares instituídas entre as décadas de 1960 e 1970 foram classificadas por Guillermo O'Donnell como “burocrático-autoritárias”. Esse modelo objetivava impor a dominação de uma burguesia oligopolista e transnacional, reorganizar a economia e implantar uma nova ordem que viria a excluir a participação dos setores populares na política por meio da utilização da violência e da censura (O'DONNELL, 1986).

Um dos elementos mais originais dessas ditaduras foi o movimento que incluiu uma elevada influência política de grupos econômicos transnacionais. Estes eram vinculados a uma burocracia estatal cada vez mais autônoma para trabalhar justamente a favor dos primeiros, entrelaçando simultaneamente interesses privados e públicos (FAUSTO e DEVOTO, 2004).



Já pelo lado dos contrastes, a ditadura instalada no Brasil em 1964 teve características singulares, combinando mecanismos autoritários voltados para a repressão e a desmobilização popular, junto a elementos típicos de uma estrutura democrático-representativa ao manter o funcionamento do Poder Legislativo, por exemplo. Essa matriz híbrida, entretanto, foi abandonada em 1968, quando uma linha mais radical optou por fechar o Congresso Nacional, suspender as garantias constitucionais e intervir politicamente em estados e municípios (SOUZA, 2016).

A ditadura brasileira foi também mais homogênea, fazendo com que as crises internas fossem menos intensas em relação ao caso argentino. Esse contraste pode ser explicado em parte pelos frutos do crescimento econômico conseguido nesses anos, incentivando o apoio das elites econômicas às Forças Armadas e resultando numa coalizão cívico-militar que conseguiu se manter no poder ao longo de duas décadas (SOUZA, 2016).

Na Argentina, contrariamente, foram cinco intervenções militares que se iniciaram em 1955 com a derrocada e exílio do presidente Perón. Essa instabilidade explica-se pelas dificuldades econômicas constantes e pela eficiente pressão política dos sindicatos trabalhistas aliados ao peronismo, movimento que, apesar de ter sido banido do sistema político, continuou a manter uma força capaz de inviabilizar tanto a governos civis quanto militares (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

A mais radical dessas ditaduras na Argentina foi a última delas, que teve início em 1976 ao inaugurar o denominado “Processo de Reorganização Nacional”, em que as Forças Armadas abandonaram a legalidade no combate à guerrilha e estabeleceram uma guerra para extermínio do inimigo:

*A partir de 1968 se produce un vasto movimiento de contestación social, que desborda las instituciones que regularmente habían actuado como mediadoras; el ciclo se cierra con el golpe militar de 1976 y el lanzamiento sistemático del terrorismo de estado. En el marco de ese proceso, la violencia se instala como una de las alternativas políticas y se constituye en un recurso normal y socialmente aceptado. (ROMERO, 2007, p. 18)*

Dos governos militares argentinos implementados ao longo do século XX, o Processo não só radicalizou no uso da violência, mas foi também o regime que mais avançou na transformação e remodelação da sociedade e de suas instituições. Ademais, apesar das diferenças e contradições dentro das próprias Forças Armadas quanto a objetivos e meios, é incontestável que a Argentina foi outro país após 1983 (ROMERO, 2007).

A passividade da sociedade argentina permitiu ao regime militar avançar também sobre a reestruturação da economia, por entender que os principais conflitos sociais e políticos eram reflexo do processo de industrialização promovido em décadas anteriores pelo peronismo. Uma matriz radicalmente liberal foi implementada para eliminar o forte peso que o Estado tinha na vida econômica argentina, seja pela tradicional capacidade de intervenção estatal, seja pelo controle de importantes empresas públicas. A presença do Estado deveria ser reduzida e sua influência deveria ser substituída pelo jogo das forças de mercado, capazes de disciplinar e tornar eficientes os diferentes setores da economia. A indústria nacional, orientada para o mercado interno e tradicionalmente protegida pelo Estado, também deveria ser reduzida ou eliminada e, com ela, os poderosos sindicatos industriais. Um ambicioso plano de obras públicas, que acabou não avançando, compensaria o desemprego gerado pelo processo de desindustrialização (ROMERO, 2012).

O cientista político Bruno Mello Souza, ao estudar os processos de transição democrática na Argentina e no Brasil, descreveu como se complementaram diversos atores no plano político, econômico e social durante a ditadura de 1976:

Por possuir uma inclinação economicamente liberal, o chamado *Proceso* buscava implantar um modelo econômico de abertura que acabou por dismantelar a indústria nacional argentina e marcou o auge da especulação financeira no país. Os objetivos dos ideólogos deste processo passavam não somente pelo âmbito econômico, mas também pela implementação de um modelo de nação congruente com os valores ocidentais e cristãos. Para concretizar este modelo, tiveram que silenciar toda e qualquer forma de oposição e resistência. Tal plano foi previsto e estrategicamente apoiado pelas forças econômicas, pela igreja católica, pelos poderes judicial e político e ainda por numerosos meios de comunicação. Ancorados na Doutrina de Segurança Nacional, e utilizando como mote o temor do avanço comunista, os militares instauram um regime de terrorismo de Estado que teve como saldo milhares de mortos e desaparecidos [...] (SOUZA, 2016, p. 11-12).

As ditaduras militares nos casos argentino e brasileiro apresentam um paralelismo em diversos aspectos, tendo em comum o contexto de Guerra Fria em que aconteceram os golpes de Estado, a implementação de drásticas mudanças econômicas, ou ainda o uso sistemático e deliberado da repressão violenta. Essas semelhanças, entretanto, não se corresponderam no processo de transição, assunto que será abordado em sequência.

## **5. Transições democráticas e militares no período pós-autoritário**

O fim das ditaduras militares na América Latina teve como contexto um amplo movimento de democratização na região, em sintonia com o ocaso da Guerra Fria e o início do processo que viria posteriormente a encerrar o cenário mundial de bipolaridade entre Estados Unidos e a União Soviética. As transições democráticas, todavia, tomaram rumos diversos em cada país a partir de processos com maior ou menor nível de negociação entre as Forças Armadas e a sociedade (SOUZA, 2016).

O tipo de transição torna-se relevante para a análise da consolidação dos processos de democratização na América Latina, pois a presença ou não de negociações entre as elites autoritárias e os atores a favor da abertura política acabou tendo influência determinante sobre as democracias que viriam a surgir posteriormente (LINZ e STEPAN, 2008; NOHLEN e THIBAUT, 1995). Ao estudar esse assunto, o cientista político André Marengo dos Santos (2007) observou que muitos autores se debruçaram para avaliar comparativamente as transições democráticas ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980 na América Latina, o que permitiu chegar à conclusão de que houve basicamente três tipos de processos: a transição de transação, a transição de afastamento voluntário e a transição de colapso.

Uma transição por transação é aquela em que as elites que estão no poder, ao entender que há um aumento nos custos para manter vigente o regime autoritário, decidem abrir espaço para iniciar a abertura política. Nesse tipo de transição, os grupos no poder encontram-se ainda numa posição vantajosa, tendo capacidade de negociação suficiente para se preservar na etapa pós-autoritária, controlando o processo e fixando limites aos atores emergentes. A transição por meio de afastamento voluntário tem matriz similar à do modelo anterior, pois o processo também é conduzido pelas forças autoritárias que

ainda estão no poder. A diferença, entretanto, aparece no nível de deterioração das elites no comando, sendo menores os recursos de poder dentro do processo de negociação. Por fim, resta a transição por colapso, em que recorrentes derrotas e crises internas no governo forçam a abertura democrática, processo em que as elites no poder carecem de qualquer condição para liderar a transição e impor condições na fase pós-autoritária. Nesses casos, a derrubada do governo autoritário ocorre rapidamente (SANTOS, 2007).

A transição, no Brasil, enquadra-se no tipo transacional, processo que foi marcado por uma longa duração com pleno controle dos militares, que promoveram uma abertura gradual e tiveram poder suficiente para estabelecer garantias em benefício próprio na etapa pós-autoritária. As negociações foram iniciadas ainda em 1974, quando a ditadura se beneficiava politicamente de um ciclo de crescimento econômico, tendo legitimidade para controlar o processo e impor uma transição que durou praticamente uma década. Foi também negociada uma anistia abrangente que beneficiou a militares e opositores, mas que fundamentalmente inviabilizou a judicialização e penalização dos membros das Forças Armadas em relação a qualquer violação de direitos humanos (SOUZA, 2016).

Já o caso argentino foi uma antítese do que aconteceu no Brasil, começando pelas profundas divisões dentro das Forças Armadas, seja pela disputa interna entre as três Forças, seja pelos anseios e projetos pessoais dos chefes de cada Arma. No século XXI, por exemplo, há uma detalhada divisão das áreas de influência entre as três Forças, ação que levou ao surgimento de feudos de poder sem qualquer coordenação ou hierarquia dentro do governo. Essa falta de coesão entre os militares somou-se a uma severa crise econômica, cuja principal marca foi uma inflação desenfreada que acabou revelando as fraquezas do plano econômico ultraliberal implementado pela ditadura. A crise econômica agravou-se de forma exponencial entre 1979 e 1980, incentivando a movimentação de setores aliados (empresários e a Igreja) e da oposição (sindicatos trabalhistas, partidos políticos e organizações de direitos humanos), que, por interesses diversos, acabaram ainda convergindo na pressão a favor de uma abertura política (ROMERO, 2012).

No início de 1982, a própria ditadura contribuiu para agravar sua situação crítica ao optar por uma aventura militar e invadir as Malvinas, sob domínio britânico. A Grã-Bretanha, longe de aceitar uma negociação, preparou-se para lutar pela recuperação das

ilhas, contando ainda com o apoio dos Estados Unidos, cenário que o governo argentino não esperava e que revela como os militares desconheciam as regras mais básicas do jogo internacional. A derrota lógica da ditadura em Malvinas desencadeou uma crise nas Forças Armadas, ao mesmo tempo que a maioria da sociedade – que até último momento confiava na possibilidade de uma vitória militar, encorajada por informações oficiais que distorciam sistematicamente a realidade –, sentiu-se traída e passou a apoiar a saída dos militares, a convocação de eleições e ainda a revisão da atuação da ditadura desde 1976 (ROMERO, 2007).

Diante desse relato, é possível observar que, naturalmente, o caso argentino se enquadra na transição de colapso. Tal fato fica evidente com uma elite em crise que não conseguiu controlar o processo e que foi julgada e condenada, uma vez iniciada a fase pós-autoritária, por crimes de terrorismo de Estado (CONADEP, 2016), nos quais as Forças Armadas praticaram uma política sistemática de terror indiscriminado, incluindo a tortura, o desaparecimento de pessoas, o rapto de crianças, o estupro de prisioneiras, as detenções ilegais e diversos outros tipos de ilegalidades.

Diversos autores estudaram comparativamente os efeitos das transições democráticas na Argentina e no Brasil, estabelecendo uma relação entre esses processos e a cultura política de cada caso, chegando a conclusões convergentes. Bruno Mello Souza aponta que o tipo de ditadura no Brasil, com relativo sucesso nos seus objetivos – e ainda com uma transição favorável às Forças Armadas –, trouxe desdobramentos como:

[...] uma democracia de menor qualidade do ponto de vista das percepções e comportamentos dos cidadãos em relação a um modelo de derrota mais enfática dos incumbentes autoritários, como é o caso argentino. [...] podendo-se observar neste país uma maior repulsa a ideais autoritários com uma maior qualidade da democracia [...] (SOUZA, 2016, p. 6-7).

Henrique Carlos de Oliveira Castro chama também a atenção para o paradoxo existente no caso brasileiro, que revela uma “nostalgia da ditadura” diante da frustração com a democracia presente:

[há] um apego à democracia formal e uma negação da democracia como conteúdo. [...] Assim, o desencanto com o presente se manifesta em uma nostalgia da ditadura, ou seja, a crença de que o passado era melhor. A noção de nostalgia parece ser mais adequada que a de saudade, porque

implica um sentimento difuso de perda, mas que não necessariamente se converte em ação. (CASTRO, 2011, p. 88).

No seguinte apartado, será abordado resumidamente o legado das ditaduras em relação ao nível de autonomia, prerrogativas e submissão das Forças Armadas ao poder civil, sendo mais uma variável que reforça o caráter autoritário que repercute diretamente na cultura política dos casos em análise.

### **5.1. Controle civil, prerrogativas e autonomia das Forças Armadas na democracia**

Indo além do tipo de transição democrática experimentada na Argentina e no Brasil, o ponto mais relevante sobre as Forças Armadas está fundamentalmente relacionado ao tipo de controle civil e prerrogativas que os militares mantiveram ou não nas novas democracias, devendo considerar, aqui, o nível de autonomia/subordinação das Forças Armadas em relação ao poder civil. É sabido que a possibilidade de intervenções militares no século XXI é baixa, mas continua presente no plano do factível, realidade que é mais evidente no caso brasileiro se comparado à Argentina.

No Brasil, a relação de subordinação completa nunca avançou de forma consistente após a democratização, sendo praticamente inalteradas as prerrogativas dos militares, vez que os governos civis pouco fizeram nesse plano para não importunar as Forças Armadas. Os militares, por sua vez, têm reagido abertamente e sem constrangimento diante das autoridades civis, ao sentirem ausência de qualquer tipo de ameaça à própria autonomia. Recentemente têm se posicionado, também, sobre assuntos políticos totalmente fora da órbita das Forças Armadas, tendo como resposta um recuo do Executivo, do Legislativo e do Judiciário para conter a situação (SOUZA e GALLO, 2017).

Dentre as prerrogativas dos militares, cabe destacar os seguintes aspectos: no pós-ditadura, passaram a controlar as principais agências de inteligência sem qualquer poder de fiscalização real por parte do Poder Legislativo, que carece de qualquer rotina politicamente relevante para tratar assuntos da área de Defesa; os oficiais da ativa e da reserva participam ativamente nos gabinetes civis – presença que aumentou exponencialmente no governo Bolsonaro; a promoção de oficiais faz-se sem qualquer

participação do Poder Legislativo, o que reforça o vínculo com o Poder Executivo; a pouca clareza sobre jurisdição impossibilita, na prática, processar militares na Justiça Civil; a indefinição constitucional sobre a autonomia dos militares nas ações de segurança interna tem se confundido com uma suposta tutela das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem democrática, discussão que tem ganhado força a partir das ameaças de interrupção verbalizadas pelo presidente Bolsonaro; é comum o controle militar sobre áreas de atividade econômica civil, como a indústria espacial, a navegação, a aviação, ou a energia nuclear, por exemplo (ZAVERRUCHA, 1992).

A transição argentina, por sua vez, conseguiu dar início a um processo de erradicação do poder autônomo dos militares, sendo um dos países que mais avançou na América Latina em relação à redefinição no vínculo entre civis e Forças Armadas. Apesar de não ter chegado a uma situação ideal quanto à subordinação dos militares ao poder civil, houve uma série de importantes mudanças institucionais que limitaram a autonomia e prerrogativas das Forças Armadas, processo que ainda está em pleno andamento (CAVAROZZI, 1989, 1997; DUHALDE, 1999; LOPEZ, 2007).

No tocante às prerrogativas militares, houve diversas tentativas de intervenção do poder civil sobre a área de inteligência, mas nunca houve uma política clara diante do custo político para avançar nesse âmbito, indefinição que beneficiou os militares ao carecer de uma fiscalização das atividades de inteligência por parte do Congresso Nacional argentino. Quanto à presença de militares no governo, não há cargos ocupados por oficiais da ativa ou da reserva; em relação à fiscalização do Poder Legislativo, a situação assemelha-se ao caso brasileiro, pois não há uma rotina ou espaços politicamente relevantes para discutir a agenda relativa à Defesa; no que tange à promoção de oficiais, a Constituição determina que cabe ao Senado essa função, sendo prerrogativa do presidente unicamente a sanção vinda do Legislativo, obrigando as Forças Armadas a negociar com os senadores e com o governo; em relação ao julgamento de militares, o Congresso argentino aboliu a jurisdição dos tribunais castrenses, prevalecendo a Justiça Civil; no âmbito das ações internas, uma lei aprovada em 1989 atribuiu às Forças Armadas um papel de defesa externa, mas também contemplou a possibilidade de que elas sejam convocadas em caso de agressão interna, sem especificar detalhadamente a norma; por último, não há atividade econômica das Forças Armadas em atividades

tipicamente de domínio civil (ZAVERRUCHA, 1992; DUCATENZEILER e OXHOM, 1994).

Como conclusão, a autonomia e prerrogativas das Forças Armadas brasileiras constituem um claro entrave democrático, pois não houve avanços na subordinação dos militares ao poder civil constituído, que tem se omitido desde a redemocratização sem dar sinais de mudança em relação a esse cenário democraticamente negativo. O caso argentino, por sua vez, apresentou avanços importantes na submissão das Forças Armadas ao poder civil, mas o processo não foi concluído e os militares ainda mantêm uma autonomia relativa sem interferência ou fiscalização, impedindo completar o ciclo de transição autoritária e o estabelecimento de um governo democrático pleno.

Antes de avançar para as conclusões e encaminhar para o encerramento do presente capítulo, é necessário destacar similitudes e diferenças que aproximam e, ao mesmo tempo, distanciam os casos argentino e brasileiro durante o período ditatorial ao longo da segunda metade do século XX. Como ponto de contato – e até de continuidade, ao se considerar os golpes de Estado de 1930 –, surge a tendência clara de manter a opção de soluções autoritárias como alternativa politicamente válida, chegando inclusive ao radicalismo do terrorismo de Estado, sem dar espaço ao sistema político para que ele ofereça respostas institucionais a conflitos entre grupos sociais opostos, revelando que a democracia tem sido um valor político relativo entre as elites de ambos os países. Pelo lado dos contrastes, é necessário destacar o elevado nível de organização política da sociedade argentina em relação ao caso brasileiro, realidade que ficou ilustrada na força política dos sindicatos trabalhistas vinculados ao peronismo, ator político que foi protagonista ao longo do século XX, principalmente na segunda metade deste, ao se transformar num *player* com poder de veto sobre qualquer tentativa de implantação de um governo civil ou militar, característica que não se fez presente no caso brasileiro com o mesmo grau de intensidade.

Em segunda ordem, aparecem o contraste entre os tipos de ditaduras instauradas, os processos diversos de transição e o nível de submissão/autonomia das Forças Armadas em relação ao poder civil, dando aos militares papéis e recursos de poder muito diferentes no período pós-autoritário. Como será observado no próximo Capítulo III – relativo ao estudo do comportamento político de argentinos e brasileiros –, enquanto a confiança e



prestígio das Forças Armadas na Argentina foi de teor negativo, no Brasil, a situação é uma antítese, afetando de forma direta a cultura política e os valores democráticos de cada sociedade.

## **6. Conclusões sobre cultura política e autoritarismo**

O presente capítulo abordou, resumidamente, o contexto histórico, social e político dos processos de modernização no Brasil e na Argentina. Com isso, objetivou-se colocar em evidência os contrastes na formação da cultura política em cada caso, mas destacando também o caráter autoritário como marca presente nos dois países ao longo dos diferentes períodos históricos, desde a época da colônia até os processos de redemocratização nas últimas décadas do século XX.

A premissa que norteou o capítulo é a impossibilidade de analisar e obter conclusões sobre a relação entre cultura política e populismo autoritário sem considerar antes elementos como racismo, escravidão, patriarcalismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade, violência e autoritarismo, traços tão característicos na formação dos Estados analisados. Esta parte da pesquisa, então, concentrou-se na compreensão das origens históricas do Brasil e da Argentina para poder vincular comparativamente elementos do passado à formação e à cultura política de cada caso.

Em termos metodológicos, essa associação decorreu da necessidade de trazer uma solução complementar ao caráter normativo e etnocentrista da teoria da cultura política construída por Almond e Verba, e da teoria de desenvolvimento humano elaborada por Inglehart. A partir da inclusão e análise de dados qualitativos provenientes de áreas como a história, a sociologia e antropologia, foi possível utilizar ferramentas epistemológicas mais adequadas para entender a realidade da América Latina, contribuindo de alguma forma para a universalização do conceito de cultura política. Tal ação permitiu continuar a usufruir do valioso arcabouço epistemológico oferecido pela teoria da cultura política, mas sem cair na armadilha do normativismo e da causalidade decorrentes da lógica que vincula mecanicamente uma determinada cultura política como condição obrigatória para constituir uma democracia liberal.

No tocante a similitudes e diferenças em cada período histórico, há, paralelamente, tanto pontos de contato quanto discrepâncias importantes ao longo do processo de formação da Argentina e do Brasil que permitiram estabelecer contrastes quanto ao caráter conservador e autoritário de cada caso:

- **Paralelismo na conquista e colonização violenta:** houve um processo similar de conquista e opressão violenta dos colonizadores sobre os colonizados, visando principalmente a exploração de riquezas. O complemento dessa política foi a expansão territorial via criação de latifúndios e consolidação de oligarquias regionais, iniciando um processo de consolidação de uma sociedade altamente hierárquica;
- **Contrastes no tipo de inserção econômica e escravidão:** a inserção de cada colônia no mercado internacional foi muito diferente, sendo a presença ou ausência do sistema de *plantation* e de escravidão variáveis que marcam o início dos contrastes entre as colônias portuguesa e espanhola e que viriam a influenciar de forma determinante a cultura política de cada sociedade. A escravidão foi a instituição que permeou todas as relações sociais brasileiras entre os séculos XVI e XIX, marcando negativamente o desenvolvimento cultural e os valores democráticos da sociedade pós-escravatura;
- **Contrastes na construção dos projetos de nação:** a diferença mais importante no século XIX, no período pós-independência, foi o tipo de divergência que separou às elites quanto ao debate decorrente de diferentes objetivos políticos na construção de Estados-nações, questão que também esteve atrelada, de alguma forma, à matriz de desenvolvimento econômico e à escravidão. Enquanto a elite conservadora e escravocrata no Brasil conseguiu impor-se e adiar qualquer debate sobre a abolição, abertura política e modernização, na Argentina os debates iniciaram-se uma vez concluído o processo independentista, agenda que foi dominada preponderantemente pela elite liberal que ocupou o governo ao longo do século XIX. Apesar da manutenção dos espaços de poder das oligarquias conservadoras, baseadas economicamente no latifúndio, houve avanços econômicos e sociais importantes na segunda metade do século XIX, quadro que possibilitou a chegada ao poder de um partido de oposição no início do século XX, apoiado pela classe operária e a classe média. A discussão sobre formatação de um novo modelo de Estado e de nação só se deu no Brasil a partir de 1930,

após o fim da Primeira República, momento em que foi discutido um modelo de modernização, mas com bases conservadoras e autoritárias no âmbito da ditadura varguista;

- **Contrastes no modelo educativo:** a inércia nos debates entre liberais e conservadores no Brasil acabou adiando também qualquer discussão sobre um projeto educativo para a população ao longo do século XIX, restringindo a participação política a favor de uma minoria enquanto a maioria da população permaneceu analfabeta e politicamente alheia. O quadro mudou nas primeiras décadas do século XX, com a criação das primeiras universidades brasileiras – ainda que com acesso restrito para as elites – e a aprovação de diretrizes educativas com alcance nacional a partir do governo Vargas. No caso argentino, a situação foi oposta, vez que o predomínio político dos liberais incluiu um ambicioso projeto educativo com a ampliação da rede pública e o aumento dos recursos orçamentários na educação, criando um modelo massivo que contribuiu para reforçar valores cívicos e diminuir drasticamente o analfabetismo. No plano acadêmico, houve um movimento similar nas universidades, com acesso aberto à população, sendo um dos mais importantes meios de ascensão social para as classes populares;
- **Paralelismos e contrastes no período ditatorial:** as ditaduras militares que se impuseram ao longo da segunda metade do século XX apresentaram paralelismos em diversos aspectos, tendo em comum o contexto de Guerra Fria, a implementação de drásticas mudanças econômicas, ou ainda o uso sistemático e deliberado da repressão violenta. Essas semelhanças, entretanto, não se repetiram na coesão e força política das Forças Armadas, tendo como resultado um processo que se sustentou por duas décadas no Brasil. Na Argentina, contrariamente, houve uma alternância entre governos civis e militares, incluindo cinco golpes de Estado orquestrados pelas Forças Armadas. A organização e força política dos sindicatos peronistas foi o principal entrave à estabilização das ditaduras argentinas;
- **Contrastes nas transições democráticas e na autonomia das Forças Armadas:** o que aconteceu durante as transições e na fase pós-autoritária em relação às Forças Armadas está diretamente vinculado ao “sucesso” ou não dos militares em relação aos objetivos previamente traçados. Enquanto no Brasil o processo ditatorial se afeiçoou, conseguiu controlar a transição para a democracia e manter sua autonomia e prerrogativas diante do poder civil, na Argentina, houve

problemas contínuos que levaram a uma transição caótica para as Forças Armadas, com a cúpula militar condenada pela Justiça Civil, perdendo prerrogativas e autonomia diante dos governos democraticamente constituídos, ainda que não de forma completa.

Diante das diferenças expostas, ficou evidente que o caso brasileiro, em termos de formação histórica e cultura política, se apresenta como um perfil mais conservador e autoritário em relação ao caso argentino que mantém também antecedentes autoritários, o qual atenua essa característica a partir da formação de uma sociedade mais liberal e mais próxima aos valores democráticos. Portanto, ao vincular comparativamente elementos do passado à formação política e a uma visão histórica de cada caso, o avanço de uma direita mais radical no Brasil e a falta de espaço político na Argentina para esse tipo de proposta não só decorrem de uma frustração conjuntural em relação à democracia, mas refletem, também, a essência histórica da cultura política de brasileiros e argentinos.

No próximo capítulo, serão apresentados dados quantitativos comparados relativos ao comportamento de argentinos e brasileiros, incluindo o posicionamento sobre temas de política geral, democracia e ditadura para identificar em maior ou menor grau a presença de diferentes padrões de valorização e apoio às instituições democráticas. Com isso, será permitido estabelecer uma relação entre cultura política e populismo.

## Capítulo III

### **Comportamento político na Argentina e no Brasil: populismo autoritário no século XXI**

Na primeira parte deste trabalho, foi apresentado um histórico do conceito de populismo na América Latina, sendo possível ponderar as limitações e vantagens epistemológicas para definir o tipo de abordagem adotada pela pesquisa. Essa ação permitiu dispor de uma ferramenta metodológica adequada e útil às necessidades definidas na problematização e objetivos do trabalho, que vinculam as especificidades da cultura política na Argentina e no Brasil a um avanço diverso do populismo autoritário em cada caso, focando não só em elementos políticos conjunturais relativos às falências da democracia liberal no início do século XXI, mas também em variáveis históricas atreladas a uma formação política específica marcada pela violência e a opressão.

Em sequência, apontou-se a necessidade de ajustar o conceito de cultura política à realidade da América Latina diante da limitação decorrente da construção de uma ferramenta metodológica pensada especificamente para uma realidade social, econômica e política distinta, que não pondera as particularidades de outras regiões do mundo. Ao acrescentar elementos qualitativos providos por uma abordagem interdisciplinar, foi possível resgatar aspectos sociais, políticos e históricos importantes em relação à cultura política da Argentina e do Brasil, ação que possibilitou identificar fortes traços autoritários nos dois países, partindo da invasão e colonização da América e chegando aos processos de redemocratização no século XX, salientando, ainda, diferenças e contrastes relevantes entre os casos em análise.

Neste capítulo será abordado, também de forma comparada, o comportamento político de argentinos e brasileiros, mas com base em dados quantitativos. Primeiro serão observados aspectos gerais da política – incluindo aqui o interesse ou a participação política, ou ainda a confiança nas instituições democráticas –, para, então, focar especificamente em aspectos democrático-autoritários.

Este apartado objetiva conferir a existência ou não existência de uma relação entre dados qualitativos e quantitativos no tocante aos traços autoritários e pós-materialistas de cada caso. Para tanto, parte-se da premissa de que a sociedade brasileira teria um comportamento menos democrático ao ser comparada com o caso argentino.

## **1. Dados**

Os dados utilizados foram providos pelo *World Values Survey* (WVS), um projeto de pesquisa global que se debruça sobre valores socioculturais e políticos e crenças das pessoas ao redor do mundo, estudando a forma em que essas variáveis mudam ao longo do tempo e qual o impacto social e político causado por essas alterações. O projeto foi iniciado em 1981 pelo seu fundador, professor Ronald Inglehart (Universidade de Michigan), chegando a operar em mais de 100 países, tendo uma abrangência de cerca de 80% da população do planeta (WORLD VALUES SURVEY, 2020).

A plataforma estuda mudanças em diversas variáveis, incluindo o apoio à democracia, a tolerância de estrangeiros e minorias étnicas, o apoio à igualdade de gênero, o papel da religião e a mudança dos níveis de religiosidade, o impacto da globalização, as atitudes em relação ao meio ambiente, trabalho, família, política, identidade nacional, cultura, diversidade, insegurança e bem-estar subjetivo. O principal instrumento do projeto é uma pesquisa social comparativa realizada globalmente a cada 5 anos (ondas), tendo amplo escopo geográfico e temático, o que tem tornado o WVS numa das pesquisas transnacionais mais utilizadas nas ciências sociais, sendo o maior projeto colaborativo ativo no mundo (WORLD VALUES SURVEY, 2020).

Segundo foi abordado na introdução deste trabalho, a premissa teórica do WVS está associada à teoria da modernização (ALMOND e VERBA, 1989, 2015) e à teoria do pós-materialismo – conhecida como teoria do desenvolvimento humano –, construída por Ronald Inglehart (INGLEHART e WELZEL, 2009), sustentando que fenômenos como a melhoria na qualidade de vida ou o aumento das oportunidades educacionais nas sociedades industriais avançadas ou pós-industriais, têm levado a uma gradual transformação nos valores e atitudes sociais, consolidando sociedades mais democráticas. Com base nesses pressupostos, a hipótese central da teoria da modernização é que as

mudanças no sistema de crenças da população têm relevantes desdobramentos sociais, políticos e econômicos.

Diante do exposto, é possível observar que o WVS foi construído a partir de um referencial teórico específico. Contudo, o *survey*, paralelamente, possibilita aos pesquisadores desenvolver uma ampla gama de análises com base em dados quantitativos aportados pela plataforma, considerando a qualidade e a vasta diversidade das dimensões e perguntas presentes no questionário.

Também foram utilizados dados do *Latinobarómetro*, base que edita estudos de opinião pública a partir de uma pesquisa aplicada anualmente a cerca de 20 mil entrevistados em 18 países da América Latina, amostra que representa mais de 600 milhões de habitantes. Os dados disponibilizados pela plataforma incluem mais de 25 anos de medições em 18 países da América Latina. De 1995 a 2018, foram aplicadas 433.613 entrevistas, que somadas às 20.204 entrevistas de 2020 geram um banco de dados com um total de 453.817 entrevistas, construindo, assim, a maior base de dados em castelhano existente, totalmente aberta e disponível para o público. Na área das ciências sociais, a plataforma é a segunda mais visitada do mundo, ficando só atrás do WVS.

O *Latinobarómetro* tem como foco a investigação em torno do desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade, usando indicadores que medem atitudes, valores e comportamentos. Desse modo, ela compõe uma referência regional para acadêmicos, jornalistas e formuladores de políticas públicas (LATINOBARÓMETRO, 2021).

Faz-se oportuno esclarecer que as pesquisas de cultura política tipo *survey* utilizam técnicas que possibilitam obter uma parametrização aprofundada de diversas dimensões a um custo acessível. Tais técnicas propõem aplicar princípios estatísticos via inferência de resultados levantados a partir de amostras relativamente pequenas, mas com uma margem de erro controlada. Na comparação entre países, os levantamentos não constituem uma amostra única – visto que os dados foram obtidos em diversos países, ou ainda com pesquisas realizadas em anos diferentes –, mas, para efeitos práticos de comparação, se considera que os dados de cada país constituem uma única amostra, à medida que o instrumental metodológico é aplicado de forma similar (CASTRO, 2014).

No caso do Brasil e da Argentina, os dados do WVS foram obtidos por meio de questionários aplicados pela Gallup em entrevistas feitas com indivíduos que fazem parte da amostra previamente dada como representativa da totalidade da população. O número de entrevistas do WVS tem variado de acordo com cada caso, indo de mil a dois mil questionários aplicados.

Importante mencionar que, tanto no caso do WVS quanto do *Latinobarómetro*, foram utilizados dados das pesquisas realizadas no Brasil e na Argentina, adequando a utilização de variáveis e de períodos históricos – transversais ou contínuos –, de acordo com a maior ou menor disponibilidade de dados e de séries (ondas). As próprias plataformas têm evoluído muito nos últimos anos, permitindo fazer análises online ao cruzar países e diversas variáveis de forma simultânea, incluindo diferentes cortes temporais.

Válido esclarecer que foram aqui apresentadas as médias e não os dados de cada ano, por entender que esses números apresentaram informação sólida para refletir o comportamento e postura da sociedade nos diversos aspectos abordados pela pesquisa. As citadas médias incluem dados de todos os anos disponibilizados pelas plataformas utilizadas.

## **2. Comportamento sobre aspectos gerais da política e instituições políticas**

No apartado a seguir será abordado sobre o comportamento de brasileiros e argentinos em torno de assuntos classificados como “gerais” dentro da política, incluindo interesse e participação, ou ainda a confiança nas instituições.

### **2.1. Interesse e participação política**

É obrigatório iniciar o levantamento sobre cultura política a partir do interesse, ainda que tais valores não se traduzam necessariamente em confiança nas instituições democráticas, por exemplo, variável que, de fato, se vincula mais à defesa e apego aos valores democráticos.



Tabela 1

Interesse por política – (Média das ondas 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta              | Argentina    | Brasil       |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Muito interessado     | 6%           | 10,6%        |
| Um pouco interessado  | 23,3%        | 31,3%        |
| Não muito interessado | 33,6%        | 23%          |
| Sem interesse         | 37%          | 35%          |
| Total                 | 3.003 (100%) | 4.690 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

Na Tabela 1, os valores diferem pouco entre um caso e outro, mas refletem uma leve tendência a favor do Brasil no que tange ao maior interesse por política, comprovando-se por meio da soma dos valores correspondentes a “muito interessado” e “um pouco interessado”: 41,9% para o Brasil e 29,9% para a Argentina. A tendência repete-se ao somar as respostas “não muito interessado” e “sem interesse”: 58% para o Brasil e 70,6% para a Argentina. É interessante observar que os dois países praticamente não conseguem ir além de 40% das respostas sobre um interesse positivo em relação à política.

Numa análise qualitativa desses números, é possível interpretar que os argentinos tenham demonstrado menos interesse em relação à política devido a um sentimento de frustração decorrente do fracasso econômico e social contínuo de governos de centro-esquerda e de centro-direita ao longo das últimas décadas (CHERESKI, 2003; CHERESKI e BLANQUER, 2004; CASULLO, 2016; NATANSON, 2019). Já pelo lado do Brasil, a polarização ideológica entre a esquerda e uma extrema-direita autoritária tem levado a uma hiperpolitização crescente da sociedade nos últimos anos, realidade que se reflete no maior interesse pela política (PINHEIRO MACHADO e FREIXO, 2019).

Para aprofundar um pouco mais essa questão, foi incluída a pergunta do WVS sobre a frequência em que o entrevistado discute política com suas amigas. Os resultados são os seguintes:

Tabela 2

Com que frequência discute assuntos políticos com amigos? (Onda 2017/2020)

| Resposta       | Argentina  | Brasil       |
|----------------|------------|--------------|
| Frequentemente | 10,4%      | 11,9%        |
| Ocasionalmente | 49,7%      | 47,7%        |
| Nunca          | 39,9%      | 40,4%        |
| Total          | 990 (100%) | 1.737 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

Em aparente contradição à pergunta sobre o interesse por política, os argentinos indicaram que discutem política em níveis similares aos dos brasileiros. Tal constatação é vista nos resultados da Tabela 2 que, para os argentinos, somam 60,1% nas variáveis “frequentemente” e “ocasionalmente”, enquanto os brasileiros somam 59,6%.

Independentemente dos números obtidos no que se refere ao interesse por política ou discussão sobre política, essas questões não se vinculam necessariamente à participação ou engajamento político, variável que seria um indicador de maior apego a valores democráticos na visão dos estudos de cultura política. Ao analisar dados do WVS, Henrique Carlos de Oliveira Castro lembra que “[...] tradicionalmente, os estudos de cultura política medem a participação política perguntando em que medidas as pessoas participam de organizações voluntárias, tais como igrejas, partidos políticos, sindicatos, etc.” (CASTRO, 2014, p. 89).

Tabela 3

Com qual frequência trabalha em questões que afetam sua comunidade?

(Média dos anos 1996; 1998; 2000; 2005 e 2020)

| Resposta             | Argentina    | Brasil       |
|----------------------|--------------|--------------|
| Muito frequentemente | 3,6%         | 4,3%         |
| Frequentemente       | 14,7%        | 15,5%        |
| Quase nunca          | 21,4%        | 21,0%        |
| Nunca                | 60,3%        | 59,2%        |
| Total                | 5.739 (100%) | 5.387 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Os números oferecidos pela plataforma do *Latinobarómetro* (Tabela 3) são muito similares entre os dois países, indicando que praticamente 80% da população não se envolve em qualquer atividade relativa à comunidade onde mora. Esse dado coloca em evidência a ausência cultural de qualquer sinal de práticas de democracia participativa ou de um exercício de poder de forma autônoma e independente à figura do Estado.

Tabela 4

Com qual frequência trabalha para um partido político ou candidato?  
(Média dos anos de 1995; 1996; 2000; 2005; 2006; 2013; 2015 e 2020)

| Resposta             | Argentina    | Brasil       |
|----------------------|--------------|--------------|
| Muito frequentemente | 1,4%         | 2,4%         |
| Frequentemente       | 3,6%         | 7,3%         |
| Quase nunca          | 9,3%         | 13,9%        |
| Nunca                | 85,7%        | 76,5%        |
| Total                | 9.433 (100%) | 9.276 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

O padrão de não participação repete-se no plano da política partidária (Tabela 4), sendo observada uma leve tendência de maior participação nos números do caso brasileiro, situação que pode decorrer do tipo de campanhas partidárias no Brasil, em que as eleições proporcionais são caracterizadas como “lista aberta”. Essa regra eleitoral gera incentivos para que cada candidato administre a sua própria campanha, tendo a

necessidade de contratar “cabos eleitorais” (líderes comunitários) que, por sua vez, contratam um número elevado de pessoas sem necessariamente ter simpatia ou convergência ideológica com o candidato. A função dessas pessoas remuneradas pela campanha limita-se a tarefas básicas, incluindo a participação em caravanas, panfletagem e bandeirações, com o objetivo de dar destaque aos candidatos que pretendem chegar a um cargo legislativo, seja nas assembleias municipais, estaduais ou na Câmara dos Deputados (AMES, 1993; NICOLAU, 2006).

No caso argentino, a eleição proporcional dá-se por meio de listas fechadas, em que há uma disputa política intrapartidária importante antes da eleição oficial para poder compor a lista de cada legenda. Uma vez negociada internamente essa relação de candidatos, as campanhas passam a ser centralizadas e comandadas pelos próprios diretórios partidários, demandando menos recursos materiais e humanos no processo. A militância acaba engajando-se de forma gratuita nas campanhas, orientada mais por uma ação ideológica que posteriormente poderá ser compensada por incentivos partidários materiais ou imateriais (ABAL MEDINA e SUÁREZ CAO, 2003).

Tabela 5

Participação em manifestações autorizadas

(Média dos anos de 1995; 1996; 1998; 2000; 2002; 2003; 2005 a 2008; 2015 e 2020)

| Resposta           | <b>Argentina</b> | <b>Brasil</b> |
|--------------------|------------------|---------------|
| Participei         | 16,3%            | 18,6%         |
| Poderia participar | 22,5%            | 30,1%         |
| Nunca participaria | 61,3%            | 51,2%         |
| Total              | 13.905 (100%)    | 13.410 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Sobre a possibilidade de participar em manifestações ou passeatas autorizadas, há números equilibrados entre ambos os casos, com uma leve tendência a favor dos brasileiros, que se mostram mais predispostos a participar desse tipo de ação política. Fica evidente também que, nos dois casos, a maioria não está disposta a se engajar em ações políticas (61,3% dos argentinos e 51,2% dos brasileiros).

No sentido contrário à participação de passeatas autorizadas, o *Latinobarómetro* também incluiu questões apontando movimentos ilegais, como boicotes, greves não autorizadas ou bloqueio de ruas, no intuito de perceber se há um menor apego aos valores democráticos.

Tabela 6  
Participação em manifestações não autorizadas  
(Média dos anos de 2003; 2005; 2007; 2015 e 2020)

| Resposta           | Argentina    | Brasil       |
|--------------------|--------------|--------------|
| Participei         | 5,6%         | 6,0%         |
| Poderia participar | 16,8%        | 18,0%        |
| Nunca participaria | 77,6%        | 76,0%        |
| Total              | 5.736 (100%) | 5.895 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Tabela 7  
Participação em bloqueio de ruas  
(Média dos anos de 1995; 1996; 1998; 2000; 2005 e 2020)

| Resposta           | Argentina    | Brasil       |
|--------------------|--------------|--------------|
| Participei         | 4,2%         | 5,2%         |
| Poderia participar | 8,7%         | 14,4%        |
| Nunca participaria | 87,2%        | 80,4%        |
| Total              | 6.961 (100%) | 6.612 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Os resultados das Tabelas 6 e 7 refletem um perfil bastante similar entre brasileiros e argentinos no tocante à participação em atos ilegais. Nesse caso, destaca-se o número elevado de entrevistados afirmando que “nunca participaria” desse tipo de movimento fora da ordem legal, sinalizando que, apesar da insatisfação ou desinteresse em relação à política, não está dentro das opções da maioria aderir a movimentos ilegais.

De todos os resultados apresentados, é possível confirmar que o engajamento social continua a ser um traço ausente na tradição cultural de argentinos e brasileiros – e das sociedades latino-americanas em geral. Essa característica contrasta com o perfil de sociedades anglo-saxãs, questão vinculada à teorização de Max Weber (2004) na “Ética Protestante”, em que se relaciona empiricamente a origem do capitalismo ao protestantismo e um espírito empreendedor e ativo, tendo como contraste os países do sul da Europa, onde prevalece a religião católica e um capitalismo com desenvolvimento tardio, vinculado a uma postura mais conservadora e passiva dessas sociedades. Partindo de uma lógica similar, a teoria da cultura política interpreta que as diferenças culturais se aplicam à participação democrática, relacionando o maior ou menor nível de participação dos cidadãos a uma cultura política mais ou menos cívica.

Se por um lado é fato que o interesse e participação política nos casos em análise é consideravelmente baixa, cabe questionar se isso se transforma mecanicamente numa baixa identificação com as instituições democráticas e uma baixa adesão à democracia. Para dar sequência à pergunta colocada, foram analisados dados relativos à confiança nas instituições por parte de brasileiros e argentinos, assunto tratado no apartado a seguir.

## **2.2. Confiança nas instituições políticas**

Seguindo a lógica de que o maior interesse ou participação política indicam uma maior adesão à democracia, a teoria da cultura cívica interpreta também que com uma maior confiança nas instituições, maior será o apoio à democracia. Nesse sentido, serão apresentados dados relativos à confiança de diversas instituições, como igreja, partidos políticos, militares, parlamento, meios de comunicação e outros. O primeiro grupo apresentado é o de instituições vinculadas ao Estado e à política – Forças Armadas, polícia, partidos políticos, eleições, governo, Poderes Legislativo e Judiciário –, enquanto o segundo grupo é conformado por entidades da sociedade civil – igrejas, sindicatos, meios de comunicação e ONGs (meio ambiente). Essa divisão pretendeu encontrar eventuais contrastes entre organizações do setor público e da sociedade civil.

Tabela 8  
 Confiança nas Forças Armadas  
 (Média das ondas 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil       |
|-----------|--------------|--------------|
| Muita     | 6,3%         | 23,3%        |
| Bastante  | 26,6%        | 42,0%        |
| Não muita | 42,6%        | 20,3%        |
| Nenhuma   | 24,3%        | 14,6%        |
| Total     | 2.885 (100%) | 4.580 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

O primeiro ponto a ser observado na Tabela 8 é a elevada desconfiança de argentinos em relação às suas Forças Armadas, situação que não se repete no Brasil. O segundo ponto a destacar é o surgimento de uma primeira grande diferença entre os casos sob análise, pois, ao agregar as respostas positivas (“muita” e “bastante”), o caso argentino revela uma baixa confiança em relação aos militares (32,9%), enquanto, no Brasil, esse número está acima da maioria absoluta (65,3%).

O fenômeno constatado vincula-se ao papel e legitimidade das Forças Armadas em cada sociedade, incluindo principalmente, o legado diverso das últimas ditaduras, o tipo de transição e o nível de autonomia de cada caso, segundo fora observado no Capítulo II da presente pesquisa.

Tabela 9  
 Confiança na polícia – (Média das ondas de 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil       |
|-----------|--------------|--------------|
| Muita     | 4,0%         | 9,0%         |
| Bastante  | 21,3%        | 39,6%        |
| Não muita | 44,0%        | 26,6%        |
| Nenhuma   | 30,0%        | 16,0%        |
| Total     | 3.035 (100%) | 4.580 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

Os números relativos à confiança na polícia (Tabela 9) repetem o padrão de percepção das Forças Armadas, ainda que em níveis um pouco menores. Os dados reforçam, mais uma vez, os contrastes entre Brasil e Argentina no âmbito das forças de segurança, pois observa-se que o caso brasileiro praticamente dobra em comparação aos números do caso argentino. É válido lembrar que as polícias também tiveram participação ativa nas ações de repressão violenta e combate às guerrilhas, colaborando constantemente com as Forças Armadas. No caso brasileiro, durante a ditadura de 1964, houve um processo de militarização da polícia ao extinguir as forças civis e atrelar o policiamento ostensivo às Forças Armadas, criando as polícias militares ainda presentes nas ruas brasileiras (VALENTE, 2012).

Tabela 10

Confiança no governo – (Média das ondas de 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil       |
|-----------|--------------|--------------|
| Muita     | 5,0%         | 6,0%         |
| Bastante  | 28,3%        | 31,0%        |
| Não muita | 40,3%        | 27,0%        |
| Nenhuma   | 26,3%        | 36,3%        |
| Total     | 2.965 (100%) | 4.679 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*



Os números da Tabela 10 retornam uma relativa paridade quando é observada a confiança no governo, valor provavelmente atrelado à avaliação que se faz do desempenho dos presidentes de cada país – o WVS não incluiu especificamente a questão de confiança sobre os chefes do Poder Executivo. É válido destacar, ainda, a elevada desconfiança sobre os governos, que no caso argentino soma 66,6% ao agregar as respostas “não muita” e “nenhuma”, enquanto o Brasil soma 63,3%. Muito provavelmente, tal fenômeno vincula-se ao constante fracasso das gestões presidenciais que, independentemente de partidos ou de ideologias, foram incapazes de resolver diversos problemas sociais e econômicos, seja por limitações de ordem estrutural, seja por falta de competência, corrupção etc. (CASTRO 2014).

Tabela 11

Confiança no Parlamento – (Média das ondas de 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | <b>Argentina</b> | <b>Brasil</b> |
|-----------|------------------|---------------|
| Muita     | 1,6%             | 1,6%          |
| Bastante  | 18,6%            | 19,0%         |
| Não muita | 45,6%            | 27,6%         |
| Nenhuma   | 34,0%            | 51,3%         |
| Total     | 2.894 (100%)     | 4.643 (100%)  |

Fonte: *World Values Survey*

Os números relativos à confiança no Poder Legislativo (Tabela 11) aparecem entre os mais baixos da pesquisa, somando 79,6% de respostas negativas para o caso argentino e 78,9% para o brasileiro, sendo o parlamento o Poder mais deslegitimado nas respectivas repúblicas. Tal realidade decorre, provavelmente, da maior exposição e transparência inerentes à atividade legislativa, além de uma fiscalização mais rígida da mídia e dos órgãos de controle externo.

Tabela 12

Confiança na Justiça – (Média das ondas de 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil        |
|-----------|--------------|---------------|
| Muita     | 2,3%         | 11,3%         |
| Bastante  | 17,3%        | 39,3%         |
| Não muita | 45,3%        | 27,0%         |
| Nenhuma   | 35%          | 22,3%         |
| Total     | 2.982 (100%) | 4.6740 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

Os contrastes entre Brasil e Argentina estão novamente presentes no plano da confiança no Poder Judiciário (ver Tabela 12), principalmente nas respostas positivas: enquanto o caso argentino revela uma confiança de 19,6% ao somar as posições “muita” e “bastante”, os dados brasileiros revelam uma confiança acima da maioria absoluta (50,6%). Essa realidade está, provavelmente, vinculada às midiáticas operações de combate à corrupção que tiveram lugar no Brasil nas duas últimas décadas, como o denominado “Mensalão” e o “Petrolão”, que tiveram amplo apoio dos meios de comunicação e de parte importante da sociedade (GOMES, 2016). No caso argentino, o sentimento de impunidade, de fraqueza ou de politização da justiça ajuda a reforçar a imagem negativa do Judiciário (ESTEPA e MAISONNAVE, 2020; SCHARAGER, 2020).

Tabela 13  
Confiança nas eleições – (Onda 2017/2020)

| Resposta  | Argentina  | Brasil       |
|-----------|------------|--------------|
| Muita     | 5,3%       | 5,3%         |
| Bastante  | 29,3%      | 21,2%        |
| Não muita | 39,0%      | 21,9%        |
| Nenhuma   | 26,4%      | 51,6%        |
| Total     | 945 (100%) | 1.725 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

O WVS não oferece uma série histórica sobre confiança nas eleições, focando unicamente na sétima e última onda (2017-2020). Os dados aportados na Tabela 13, entretanto, foram relevantes ao permitir identificar uma nova divergência entre os casos argentino e brasileiro. No que se refere às respostas sobre a confiança no processo eleitoral: enquanto o caso argentino revela que 26,4% dos pesquisados não tem “nenhuma” confiança no processo eleitoral, esse número se eleva exponencialmente, alcançando 51,6% no Brasil.

O contraste dos dados, entretanto, não deixa de surpreender, vez que a lisura do processo eleitoral e a confiança nas urnas eletrônicas vêm sendo questionadas por diversos atores políticos no Brasil, apesar de não terem sido apresentadas provas concretas e materializadas por suposta fraude. Em 2014, o candidato presidencial de centro-direita Aécio Neves (PSDB) solicitou auditoria dos resultados após ser derrotado por Dilma Rousseff (PT) – que disputava a reeleição –, sem acompanhar essa denúncia com algum tipo de materialidade. A auditoria realizada pela Justiça Eleitoral acabou confirmando a vitória do PT, mas passou a gerar dúvidas e desconfiança sobre as urnas, situação que viria a ser retomada em 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) que, apesar de vitorioso, reforçou ao longo do seu mandato a desconfiança no processo eleitoral, situação que se traduz nos dados apresentados na Tabela 13.

Tabela 14

Confiança nos partidos políticos

(Média das ondas de 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil       |
|-----------|--------------|--------------|
| Muita     | 1,3%         | 1,3%         |
| Bastante  | 10,6%        | 15,6%        |
| Não muita | 46,6%        | 25,3%        |
| Nenhuma   | 42,0%        | 57,6%        |
| Total     | 2.950 (100%) | 4.683 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

Ainda que não surpreenda, é notável o nível de respostas negativas dos entrevistados no tocante à confiança sobre os partidos políticos (ver Tabela 14): ao somar as respostas “não muita” e “nenhuma”, 88,6% dos argentinos e 82,9% dos brasileiros desconfiam de alguma forma dos partidos. Essa instituição é nevrálgica dentro do sistema democrático, ao ter a função de ligar os eleitores ao processo de escolha de autoridades. Junto com o Parlamento, os partidos políticos parecem refletir, mais uma vez, o elevado nível de frustração da sociedade, ao ver essas instituições aparecendo sempre vinculadas a casos de corrupção ou negociações contrárias ao interesse coletivo (ABAL MEDINA, 2002; ABAL MEDINA e SUÁREZ CAO, 2002; CALVO e ESCOLAR, 2004; CAVAROZZI, 1989; KINZO 1999, 2004, 2005).

A seguir, serão apresentados os dados do segundo grupo, integrado por instituições da sociedade civil – igrejas, sindicatos, meios de comunicação e ONGs –, com o objetivo de encontrar algum tipo de diferença entre essas entidades e as organizações vinculadas à política e à atividade estatal.

Tabela 15

Confiança na igreja – (Média das ondas 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil       |
|-----------|--------------|--------------|
| Muita     | 21,3%        | 24,0%        |
| Bastante  | 33,6%        | 48,3%        |
| Não muita | 29%          | 16,3%        |
| Nenhuma   | 15,6%        | 11,3%        |
| Total     | 2.994 (100%) | 4.687 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

O primeiro ponto a ser observado é a elevada confiança de argentinos e brasileiros em relação à igreja (ver Tabela 15) em que ambos os casos superam os 50% ao somar as respostas “muita” e “bastante”. O segundo ponto a destacar é o surgimento de outra grande diferença entre os casos sob análise, pois, ao agregar as respostas positivas, o caso argentino revela uma confiança de 54,9%, enquanto o caso brasileiro contrasta com uma

confiança de 72,3%. Ao agregar as respostas negativas (desconfiança), os argentinos somam 44,6% e os brasileiros somam 27,6%. Esses números tendem a refletir o caráter mais conservador da sociedade brasileira, realidade que se atrela, provavelmente, a um menor nível de escolaridade (ORO, 2003; MARIANO e DIRCEU, 2019; GUADALUPE e GRUNDBERGER, 2018).

Tabela 16

Confiança na imprensa – (Média das ondas de 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil       |
|-----------|--------------|--------------|
| Muita     | 4,0%         | 6,6%         |
| Bastante  | 30,6%        | 36,3%        |
| Não muita | 46,3%        | 30,3%        |
| Nenhuma   | 19,0%        | 27%          |
| Total     | 2.962 (100%) | 4.658 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

A média dos dados apresentados na Tabela 16, apesar de algumas diferenças específicas entre os dois casos, são bastantes similares. A informação relevante que não aparece nela, entretanto, é a tendência de aumento, a cada onda, daqueles que não confiam muito ou que não confiam de forma nenhuma na imprensa, principalmente no caso brasileiro, que, na resposta “nenhuma” entre as duas últimas ondas passou de 26% a 34%, enquanto, na Argentina, subiu menos, indo de 17% a 23%. Tal situação pode indicar a radicalização de setores mais reacionários dentro da sociedade brasileira, grupo liderado pelo presidente Jair Bolsonaro, que tem feito constantes críticas e ataques aos grupos da grande mídia. Ao responder à pergunta “Confiança na TV”, os pesquisados revelaram tendências similares e alinhadas à percepção sobre a imprensa.

Tabela 17

Confiança nos sindicatos trabalhistas

(Média das ondas 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil       |
|-----------|--------------|--------------|
| Muita     | 1,6%         | 7,3%         |
| Bastante  | 13,0%        | 33%          |
| Não muita | 45,3%        | 29%          |
| Nenhuma   | 40,3%        | 30,6         |
| Total     | 2.865 (100%) | 4.495 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

A confiança nos sindicatos trabalhistas (ver Tabela 17) apresenta mais um contraste entre os casos em análise, à medida que os números negativos são muito mais acentuados no caso argentino – 85,6% na soma de “não muita” e “nenhuma” contra 59,6% no Brasil. Logicamente, os dois países observados inserem-se no contexto de grandes mudanças na economia, o que tem levado a uma queda constante na adesão de filiados, tendo como reflexo a perda de poder e relevância política desse tipo de organização. Apesar do ambiente negativo, o impacto, no Brasil, tem sido menor devido à força do setor industrial, fato que pode explicar uma confiança relativamente maior que no caso argentino (CARDOSO e GINDIN, 2017).

Tabela 18

Confiança no movimento ambientalista

(Média das ondas 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta  | Argentina    | Brasil       |
|-----------|--------------|--------------|
| Muita     | 11,3%        | 17,6%        |
| Bastante  | 47,6%        | 47,3%        |
| Não muita | 29,3%        | 16%          |
| Nenhuma   | 12,3%        | 11,6%        |
| Total     | 2.650 (100%) | 4.479 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

Com números bastante parecidos entre os dois casos, chama a atenção a legitimidade dada ao movimento ambientalista (ver Tabela 18), com um indicador de confiança que supera o número de 60% entre argentinos e brasileiros. Essa realidade pode ser reflexo da relevância que a agenda ambientalista tem ganhado nas últimas décadas e da preocupação que o assunto gera entre a população.

### **2.3. Conclusões sobre participação política e confiança nas instituições**

Uma leitura inicial dos dados apresentados, feita a partir da perspectiva tradicional da cultura política, tenderia a confirmar a ausência de uma cultura democrática entre argentinos e brasileiros, principalmente se forem considerados o pouco interesse na política e a falta de participação. Os números do *Latinobarómetro* e do WVS, de fato, revelam que o interesse e participação política de argentinos e brasileiros – e dos latino-americanos de forma geral – é diferente ao perfil das sociedades dos países que são classificados como democracias avançadas.

Todavia, é obrigatório considerar também o contexto dos casos em análise – similar à realidade de outros países da região –, em que argentinos e brasileiros são afetados por constantes crises econômicas. Além disso, tem-se também: os picos de elevado desemprego e inflação; a corrupção generalizada, com muitos episódios sendo objeto de espetacularização por parte da grande mídia; governos sem capacidade para resolver problemas sociais de ordem estrutural no âmbito da educação, da saúde e da segurança pública; e a desigualdade social que só faz aumentar à medida que ocorre a consolidação de um processo de concentração de renda a favor de uma minoria isolada do resto da sociedade. Esse panorama interno, logicamente, difere dos países com democracias consolidadas.

É necessário questionar, então, se o desinteresse e o não engajamento político, somado à desconfiança generalizada sobre as instituições governamentais, não se reflete também nos dados previamente levantados. Em consonância a essas informações, deve-se incluir um sentimento de frustração e de insatisfação constante, sendo um fator a mais para alimentar a predisposição negativa de engajamento e participação política; ou uma maior desconfiança com relação às instituições públicas. Henrique Carlos de Oliveira Castro questiona esse ponto nos seguintes termos:

Assim, se os dados [...] seriam indicativos da existência de uma cultura política não participativa, o que corroboraria a tese de que os países da América Latina não possuem uma cultura cívica, [cabe questionar se] na verdade é o modelo de cultura cívica que tem que ser repensado, ao invés de tentarmos enquadrar as nossas sociedades em um modelo construído em outra realidade [...] (CASTO, 2014, p. 92).

No tocante à confiança nas instituições, é possível confirmar diversas constatações com base nos dados oferecidos pelas plataformas do *Latinobarómetro* e o WVS. Primeiramente, destaca-se que, ainda com contrastes relevantes entre si, Brasil e Argentina não podem ser incluídos como casos tradicionais estabelecidos pela teoria da cultura cívica, pois há uma desconfiança generalizada sobre a maioria das instituições, principalmente em torno das organizações vinculadas ao eixo política–Estado. Em segunda ordem, é possível confirmar que ambas as sociedades apresentaram padrões semelhantes em muitos aspectos, mas ao mesmo tempo diferenciaram-se em pontos que são estratégicos para esta pesquisa.

No que tange aos padrões semelhantes, foi possível observar uma congruência, por exemplo, em relação à desconfiança nos partidos políticos, parlamentos e governos, além de uma relativa convergência na confiança em torno dos meios de comunicação, sindicatos trabalhistas e movimentos ambientalistas. Foram identificados, no entanto, contrastes em assuntos politicamente importantes, como Forças Armadas, polícia e igreja, variáveis essenciais quando o tema é democracia, autoritarismo e conservadorismo. Os dados levantados indicaram que os brasileiros têm elevada confiança em relação a essas organizações, sendo a antítese do caso argentino, cujos dados revelaram uma acentuada desconfiança com relação a militares, polícia e igrejas.

Por último (e mais importante), os dados quantitativos apresentados até aqui indicaram que há uma relação entre o comportamento político e a formação histórica do Brasil e da Argentina, descrita no capítulo anterior, confirmando um viés mais autoritário na sociedade brasileira quando comparada ao caso argentino. Nesse sentido, o próximo apartado abordará os valores democráticos e a sua relação com o populismo autoritário.

### **3. Cultura política, democracia e autoritarismo**



O presente apartado inclui a análise de dados vinculados à teoria democrática, à adesão a valores tradicionais da democracia e a posturas autoritárias, para, então, relacionar essas informações ao populismo autoritário.

### 3.1. Apoio à democracia e comportamento autoritário

Nesta subseção, foi analisado o apoio à democracia e, para tanto, partiu-se da seguinte pergunta disponível no *Latinobarómetro*: “Com qual das frases abaixo você concorda mais?: a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático; para pessoas como eu, não faz diferença ter um regime democrático ou um não democrático”. Os resultados para essa pergunta estão expostos na Tabela 19.

Tabela 19

Apoio à democracia – Com qual das frases abaixo você concorda mais?

(Média dos anos 1995 a 1998; 2000 a 2013; 2015 a 2018; e 2020)

| Resposta   | Argentina     | Brasil        |
|--|---------------|---------------|
| A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo                            | 70,0%         | 49,7%         |
| Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático | 16,7%         | 20,4%         |
| Para pessoas como eu, não faz diferença ter um regime democrático ou não democrático   | 13,3%         | 29,9%         |
| Total  | 25.258 (100%) | 22.072 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Na Tabela 19, é possível observar dados relevantes. Primeiramente, destaca-se que a maioria dos argentinos e brasileiros concorda que a democracia é o melhor sistema político, entretanto, há uma diferença considerável entre as respostas positivas e negativas. Com relação às respostas positivas, enquanto uma ampla maioria de argentinos defende a democracia (70%), no Brasil, esse número cai a menos da metade (49,7%). Já

no caso das respostas negativas – apoio autoritário circunstancial ou indiferença –, os argentinos somam 30% enquanto os brasileiros superam a maioria absoluta (50,3%).

**Tabela 20**  
**Satisfação com a democracia**  
 (Média dos anos 1995 a 1998; 2000 a 2013; 2015 a 2018; e 2020)

| Resposta             | <b>Argentina</b> | <b>Brasil</b> |
|----------------------|------------------|---------------|
| Muito satisfeito     | 8,2%             | 2,0%          |
| Satisfeito           | 31,5%            | 25,9%         |
| Não muito satisfeito | 43,6%            | 43,9%         |
| Nada satisfeito      | 16,7%            | 28,2%         |
| Total                | 25.930 (100%)    | 23.926 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Os dados da Tabela 20 mantêm-se alinhados aos resultados da tabela 19, revelando que os brasileiros estão mais insatisfeitos em relação à democracia ao somarem apenas 27,9% no agregado dos resultados positivos – “muito satisfeito” e “satisfeito” – contra 39,7% dos argentinos. Nas respostas negativas – “não muito satisfeito” e “nada satisfeito” –, por sua vez, os argentinos somam 60,3% de insatisfeitos contra 72,1% dos brasileiros.

**Tabela 21**  
 A democracia nos permite resolver os problemas que temos – (médias de 2016 e 2020)

| Resposta              | Argentina    | Brasil       |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Muito de acordo       | 9,3%         | 29,1%        |
| De acordo             | 51,3%        | 40,6%        |
| Em desacordo          | 29,7%        | 16,9%        |
| Muito em desacordo    | 5,4%         | 10,2%        |
| Não sabe/Não responde | 4,3%         | 3,1%         |
| Total                 | 2.215 (100%) | 2.343 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Tabela 22

A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo  
(Médias de 2002 a 2011; 2013; 2015 a 2018 e 2020)

| Resposta           | Argentina     | Brasil        |
|--------------------|---------------|---------------|
| Muito de acordo    | 29,4%         | 37,1%         |
| De acordo          | 53,5%         | 41,6%         |
| Em desacordo       | 14,7%         | 14,4%         |
| Muito em desacordo | 2,5%          | 6,8%          |
| Total              | 18.447 (100%) | 17.474 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Nas Tabelas 21 e 22, os dados equilibram-se de forma chamativa, contrastando com os resultados das tabelas 19 e 20, vez que os brasileiros passaram a valorizar mais a democracia. No caso da capacidade da democracia para a resolução de problemas, as respostas positivas dos brasileiros somam 69,7% contra 60,6% dos argentinos; já sobre as dificuldades da democracia para a resolução de problemas, as respostas somam 27,1% para os brasileiros contra 35,1% dos argentinos.

No caso da preferência da democracia sobre outras formas de governo, os brasileiros somam 78,7% ao agregar “muito de acordo” e “de acordo”, enquanto os

argentinos somam 82,9%. Já as respostas negativas somam 21,2% dos brasileiros contra 17,2% dos argentinos.

Henrique Carlos de Oliveira Castro oferece uma resposta a essa aparente incongruência ao afirmar que determinadas questões incluídas nas pesquisas podem, de alguma forma, ocultar a opinião pública ao haver respostas que são socialmente mais aceitáveis, sendo a democracia um desses casos:

Quando perguntadas diretamente se preferem a democracia em comparação com outro sistema político ou se o método democrático mais adequado para a gestão da sociedade, as pessoas tendem a responder favoravelmente, em função do senso comum que a própria palavra encerra ou pelo receio das suas respostas não serem aceitas [...] (CASTRO, 2014, p. 99).

Para evitar esse tipo interferência, é possível se valer de outro tipo de variáveis e análises com o objetivo de tentar apreender com mais precisão a postura dos entrevistados, fugindo de questões diretamente vinculadas à democracia.

Tabela 23

Sobre ter um líder forte que não precise se preocupar com o parlamento e as eleições  
(Média das ondas 2005/2009; 2010/2014 e 2017/2020)

| Resposta          | Argentina   | Brasil       |
|-------------------|-------------|--------------|
| Muito bom         | 14,0%       | 22,0%        |
| Razoavelmente bom | 38,0%       | 43,6%        |
| Ruim              | 26,3%       | 22,6%        |
| Muito ruim        | 22,0%       | 11,3%        |
| Total             | 2.567(100%) | 4.381 (100%) |

Fonte: *World Values Survey*

No tocante à possibilidade de ter um líder politicamente forte (Tabela 23), os números confirmam que os brasileiros sinalizam ter uma postura mais autoritária ao somar 65,6% de respostas positivas contra 52% dos argentinos. Já na soma das respostas negativas, os brasileiros totalizaram 33,9% enquanto os argentinos, 48,3%.

Dentro da questão abordada na Tabela 23, merece ser destacado o aumento das respostas com tendências autoritárias do caso argentino: o tópico “muito bom” vem crescendo a cada onda, passando de 7% na onda de 2005-2009 a 16% na de 2010-2014, chegando, por fim, a 19% na onda de 2017-2020. Já a resposta “razoavelmente bom” passou de 34% nas duas primeiras ondas para 46% no levantamento de 2017-2020, sinalizando uma aproximação ao caso brasileiro, ação que provavelmente está atrelada a uma situação conjuntural, mas que demanda atenção.

Tabela 24  
Apoiaria um governo militar? (2020)

| Resposta  | Argentina  | Brasil       |
|---|------------|--------------|
| Apoiaria um governo militar para substituir um governo democrático se as coisas ficassem muito difíceis | 31,5%      | 36,7%        |
| Não apoiaria um governo militar sob nenhuma circunstância   | 68,5%      | 63,3%        |
| Total   | 955 (100%) | 1.120 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Tabela 25  
Não me importaria que um governo não democrático chegasse ao poder se resolvesse os problemas (2020)

| Resposta           | Argentina    | Brasil       |
|--------------------|--------------|--------------|
| Muito de acordo    | 17,5%        | 27,0%        |
| De acordo          | 30,4%        | 29,0%        |
| Em desacordo       | 29,1%        | 14,4%        |
| Muito em desacordo | 23,0%        | 29,6%        |
| Total              | 1.062 (100%) | 1.131 (100%) |

Fonte: *Latinobarómetro*

Os resultados expostos nas Tabelas 24 e 25 confirmam novamente uma postura menos democrática entre os brasileiros, possivelmente porque os entrevistados não foram expostos a questões diretamente vinculadas à defesa da democracia. Nesse contexto, ao comparar os dados dos casos em análise, o Brasil demonstra ter uma população mais propensa a apoiar governos autoritários, o que tende a confirmar a hipótese que caracteriza a cultura política da sociedade brasileira como menos democrática em relação ao caso argentino.

### **3.2. Conclusões sobre apoio à democracia e comportamento autoritário**

Os dados apresentados nesta seção permitiram observar uma série de contradições em relação ao comportamento político no que tange à democracia, incongruência que se fez mais presente ainda no caso brasileiro: se por um lado ambas as sociedades apoiam majoritariamente a democracia e entendem que essa forma de governo é preferível a outras (ver Tabelas 19 e 22), por outro lado elas estão evidentemente insatisfeitas e concordam que a democracia tem capacidade limitada para resolver os principais problemas nacionais (ver Tabelas 20 e 21). As contradições aumentaram ainda mais quando as questões avançaram sobre governos autocratas, governos militares e sistemas não democráticos (ver Tabelas 23; 24 e 25), principalmente nos dados brasileiros.

Uma resposta a essa situação particular em que duas tendências contraditórias se fazem presentes, pode vir da ideia de uma “desconexão democrática” (FOA e MUNCK, 2016). Nesse sentido, tem-se por um lado um consistente apoio ao sistema democrático – reforçando a ideia de que a democracia constitui um valor muito importante para a sociedade –, e por outro a evidente insatisfação com o desempenho das democracias e suas instituições governamentais.

Esse cenário, caracterizado por ter uma constante instabilidade política decorrente da ausência de confiança nas instituições, cria incentivos para que as massas deem espaço a líderes populistas e autoritários com anseios de impor uma autocracia, criando o paradoxo de eleger democraticamente um governante com um discurso que questiona a própria legitimidade das bases da democracia. Somado a esse contexto, inclui-se a tradicional cultura política autoritária dos casos sob análise (CASTRO, SANTOS e BEAL, 2020).

Ao analisar as eleições de 2014 no Brasil, Marcello Baquero, Henrique Carlos de Oliveira Castro e Sônia Ranincheski fazem referência a uma “democracia inercial”, em que coexistem desempenhos díspares entre o desenvolvimento econômico (altos índices de pobreza e desigualdade) e o desenvolvimento político (realização periódica de eleições livres, liberdade de expressão etc.), o que leva a uma cultura política híbrida – descrição que também pode ser facilmente aplicada à realidade argentina. Nesse contexto híbrido, há uma incapacidade, por parte das instituições democráticas, de mediar e transmitir politicamente as demandas da sociedade para o Estado, resultando sua crescente deslegitimação, reflexo da perda de confiança da sociedade:

[...] a diminuição na confiança nas instituições aliada à percepção negativa em relação à democracia existente no Brasil nos permite concluir que os brasileiros possuem uma cultura política com características pouco favoráveis ao fortalecimento de uma democracia liberal nos moldes forjados pelas sociedades que construíram este conceito e forma de governo. (BAQUERO, CASTRO e RANINCHESKI, 2016, p. 34).

Os dados quantitativos previamente apresentados revelaram a relação entre o comportamento político de brasileiros e argentinos, a formação histórica de cada país e os valores pós-materialistas presentes em cada caso. Diante disso, confirmou-se um viés menos democrático no Brasil quando comparado à Argentina.

#### **4. Argentina, Brasil e o populismo autoritário no século XXI**

Para encerrar este capítulo, é válido voltar às três formas de espectro populista descritas por Benjamín Arditi (2004). Nessa proposta, cada uma delas apresenta-se com um nível específico de ameaça à democracia, sendo possível classificar a realidade política da Argentina e do Brasil ao longo das últimas décadas.

A primeira forma de populismo descrita pelo autor é constituída por um modo particular de representação compatível – mas não idêntico – à concepção liberal-democrática de governo representativo, em que os líderes políticos passaram a trabalhar de forma alternativa, contornando, eventualmente, aparatos partidários e meios de comunicação tradicionais para estabelecer uma relação mais direta com o eleitorado. Esse

vínculo entre eleitores e candidatos coincide com dois aspectos que caracterizam o populismo: o apelo direto do líder aos seguidores e a tentativa de reforçar uma legitimidade paralela à das instituições. Nesse cenário, o populismo tem se tornado um elemento espectral que acompanha permanentemente a política liberal-democrática.

Nesta forma específica de populismo, podem ser classificadas diversas experiências políticas recentes na Argentina e no Brasil – logicamente, cada uma com suas particularidades –, como os casos dos presidentes neoliberais Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Carlos Menem (1989-1999), ou, mais recentemente, as experiências de governos de esquerda como o de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015).

A segunda forma de populismo caracteriza-se por ter um engajamento político que se afasta das regras tradicionais e de respeito às convenções sociais das elites políticas, sem apresentação de sinais de constrangimento daqueles que atacam os rivais políticos de forma ríspida e violenta, ou ainda, sem o sentimento ou necessidade de pedir desculpas pela agressividade constante nos discursos e debates. Explorando de modo eficiente as novas tecnologias e meios de comunicação via mídias sociais, esse tipo de populismo é uma forma de reação contra a política convencional, ou ainda, uma resposta às carências da democracia liberal, com potencial para renovar e ao mesmo tempo desestabilizar a política, mas sem chegar a constituir uma ameaça concreta às instituições democráticas e ao modelo de democracia liberal.

No caso brasileiro, no segundo tipo de populismo, pode ser classificado Jair Bolsonaro na sua fase de parlamentar, antes da chegada à Presidência da República em 2019. Militar reformado, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro consecutivamente entre 1991 e 2018. Com uma atuação legislativa sem brilho, Bolsonaro ganhou destaque na Câmara dos Deputados a partir de 2016, durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), adotando um discurso reacionário que incluiu críticas radicais contra a esquerda, a imprensa e as minorias, reforçando seus traços de racismo, homofobia e misoginia. A retórica de Bolsonaro incluiu ainda a defesa da família, da liberdade, do cristianismo, da ditadura militar e da tortura como prática legítima contra a guerrilha (AVRITZER, 2020).



No caso argentino, pode ser citado Javier Milei (*La Libertad Avanza*) o “Bolsonaro argentino” –, expoente de ultradireita que ganhou destaque recentemente ao eleger-se deputado federal nas eleições legislativas de 2021 e emergir como terceira força política para representar a Cidade de Buenos Aires no Congresso Nacional. Milei conseguiu abrir espaço entre a coalizão macrista *Juntos por el Cambio* e a peronista *Frente de Todos*, obtendo, com sua lista, pouco mais de 300 mil votos, apoio equivalente a 17% do eleitorado, dando-a duas das 13 bancas do distrito eleitoral, sendo as únicas duas cadeiras do *La Libertad Avanza* num total de 257 vagas no Congresso Nacional.

Economista de grandes grupos econômicos e colunista de importantes jornais argentinos, Milei ganhou destaque e apoio entre setores específicos da sociedade ao se apresentar como libertário e anarco-capitalista, adotando um discurso radical e agressivo contra forças de esquerda, centro e centro-direita – grupo que ele definiu como a “casta política” –, ignorando convenções e costumes típicos da política nacional vigentes até o momento. Quanto à pauta de costumes, Milei também inovou no discurso ao trazer uma agenda ausente na política argentina até então, defendendo abertamente a legalização das drogas, da prostituição e da liberação do porte/posse de armas. Apesar dessa postura ultraliberal, ele militou contra o aborto e sua descriminalização ao se aliar a setores mais conservadores da sociedade para lutar contra essa política pública aprovada recentemente pelo Congresso Nacional. Em relação ao meio ambiente e o aquecimento global, Milei tem uma postura negacionista (MILEI, 2022).

É necessário mencionar também o fracasso eleitoral do candidato de extrema-direita e ex-combatente de Malvinas, Juan José Gómez Centurión, na eleição legislativa de 2021 na Província de Buenos Aires, em que o partido NOS sequer obteve votos suficientes na eleição primária para poder participar da eleição geral – de acordo com o estabelecido pela lei eleitoral, apenas os espaços que obtivessem pelo menos 1,5% dos votos na eleição primária poderiam participar das eleições gerais, sendo que a lista de Gómez Centurión obteve apenas 0,97%, equivalente a 79 mil votos. Tal desempenho repetiu-se no fracasso de Gómez Centurión na eleição presidencial de 2019, em que o candidato ficou em quinto lugar ao obter 458 mil votos, equivalente ao apoio de 1,71% do eleitorado.

Apesar de não ter uma aliança formal, o NOS apoiou e comemorou a vitória de Javier Milei e de José Luis Espert (*Avanza Libertad*), um ultraliberal eleito como deputado pela Província de Buenos Aires. Espert obteve 1,7 milhão de votos, equivalente a 7,32% do total dos eleitores, dando ao partido duas das 35 cadeiras em disputa no distrito eleitoral, sendo as únicas duas vagas conseguidas pelo *Avanza Libertad* num total de 257 cadeiras no Congresso Nacional. Espert disputou anteriormente a eleição presidencial de 2019, ficando num frustrante sexto lugar, com 394 mil votos (1,47% do total). O novo deputado, entretanto, tem focado exclusivamente na agenda econômica, sem se engajar ativamente na pauta conservadora de costumes ou no comportamento radicalizado que caracteriza a polemica figura de Javier Milei.

O partido NOS é um espaço de extrema-direita que nasceu da mobilização social de 2018 em torno do debate sobre a legalização do aborto na Argentina. Tendo como bandeira a defesa da família tradicional e a crítica à ideologia de gênero, o partido tem criticado o desempenho dos governos kirchnerista e macrista, seja no plano econômico, seja na agenda de costumes. Gómez Centurión, referência do partido, entende que os problemas sociais e econômicos da Argentina têm um fundo cultural mais profundo causado pela perda da ordem moral tanto da classe dominante quanto da sociedade argentina. Como solução, o NOS propõe resgatar os valores morais cristãos com os quais a Argentina foi fundada – incluindo os ideais de justiça, respeito, honestidade e solidariedade –, a partir de um novo pacto moral e histórico, sendo o Estado a figura central desse processo ao assumir um papel protetor do direito à vida, à liberdade e à propriedade privada (DE MARZIANI, 2021).

O NOS orienta-se pelas doutrinas local liberal-conservadora e nacionalista-católica, tendo como principal objetivo político disputar o poder da socialdemocracia e do progressismo cultural. É dada grande relevância à tradição católica e hispânica argentina, havendo também uma reivindicação do processo de independência liderado por San Martín, do federalismo de Rosas e da causa das Malvinas como exemplos de valores nacionalistas. O grupo político tem como referências políticas a Constituição de 1853, o modelo agroexportador vigente entre final do século XIX e início do século XX e os pais fundadores da Nação Argentina, incluindo nomes como Sarmiento, Alberdi, Rosas e Julio Roca. No plano internacional, há afinidades ideológicas com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (2017-2021); com o presidente do Brasil,

Jair Bolsonaro (2019-2022); e com o partido de ultradireita VOX, da Espanha (DE MARZIANI, 2021).

Retomando a caracterização do populismo proposta por Ardití (2004), a terceira e última forma é a mais negativa, visto que coloca em xeque a democracia ao gerar uma grande desconfiança ou ainda desapego aos valores democráticos, momento em que o populismo passa a se confundir com um processo autoritário. A terceira forma acontece quando o líder populista chega ao governo, dando caráter oficial às suas ações e discursos, multiplicando os conflitos com o Poder Judiciário e outras instituições republicanas, interpretadas pelo movimento populista como limitadoras da vontade popular.

O paradoxo, nesse caso, é que o comportamento antidemocrático do líder se mantém constantemente nos limites da ordem constitucional, mas não leva necessariamente à punição legal do governante que ataca à democracia. Para manter a mobilização constante dos apoiadores, o líder populista deve apelar de forma contínua a elementos discursivos que exploram os sentimentos e medos mais instintivos dos indivíduos, incluindo questões nacionalistas, racistas, xenófobas, de fraude política ou de segurança pública. Tal configuração de ameaças à sociedade demandaria a implementação de um governo forte, justificando, assim, ações arbitrárias em nome de uma causa nobre, como, por exemplo, a luta contra as elites corruptas que inviabilizam as demandas do povo. O papel dos líderes é central nessa forma de populismo, ao estabelecer uma relação direta com "o homem comum" ou o "cidadão de bem", que concede legitimidade ao governante para agir de forma autocrática e fora dos limites estabelecidos institucionalmente.

O caso que se enquadra na terceira forma, naturalmente, é o do governo Bolsonaro (2019-2022), presidente que chegou ao poder com o discurso da antipolítica, apresentando-se como um ator antissistema. Durante a campanha presidencial – e posteriormente no governo – Bolsonaro priorizou os ataques a seus inimigos políticos de forma sistemática e organizada, criando grupos com funções específicas para cada um deles, seja na produção ou na disseminação de material, incluindo ataques contra ministros do Supremo Tribunal Federal, políticos opositores, artistas e outras figuras públicas críticas ao bolsonarismo. Essa ação tem contado com apoio financeiro de

empresários afins ao presidente e de artistas populares também alinhados a Bolsonaro (AVRITZER, 2020).

A chegada da pandemia permitiu ao presidente destacar ainda mais seu lado negacionista em relação à ciência, rejeitando o papel de especialistas para aumentar a presença dos militares na saúde pública e em diversas áreas estratégicas, reforçando a postura antipolítica ao negar qualquer tipo de negociação ou articulação conjunta com outros Poderes ou instâncias administrativas dentro da federação. Tal dinâmica, entretanto, teve que ser adequada diante das fragilidades políticas e institucionais do bolsonarismo, levando o movimento a recapitular para construir um pacto militar-fisiológico que oferecesse sobrevida ao projeto de poder do presidente até as eleições de 2022 (COUTO, 2021).

Ao descrever o contexto em que Jair Bolsonaro chegou ao poder, Henrique Carlos de Oliveira Castro e Sofía Vizcarra (2020) oferecem uma abordagem alternativa à interpretação dominante que explica o recente predomínio de governos de extrema direita dentro dos problemas conjunturais vinculados às carências e falhas das democracias liberais. Contrariamente a essa ideia, os autores reforçam a obrigatoriedade de aliar o contexto conjuntural à cultura política do brasileiro, caracterizada como híbrida e carente de bases sólidas para a democracia:

*Vale mencionar que la democracia en Brasil es, en sus orígenes, un fenómeno importado que se ha desarrollado de forma inercial: las personas se han acostumbrado a los ritos formales –elecciones, instituciones, etc.–, pero no valoran su esencia. [...] En este entorno de inestabilidad política histórica, con la prevalencia de una cultura híbrida, en una coyuntura política en la que la extrema derecha muestra su rostro de forma explícita, con un presidente que valora la dictadura militar y menciona los instrumentos golpistas, hay razones para pensar que la democracia en Brasil es más frágil que nunca. Después de todo, como se ha visto anteriormente, la democracia nunca ha sido una regla en Brasil, sino más bien una excepción.*

Os dados apresentados ao longo deste terceiro capítulo reforçaram a percepção descrita pelos autores, pois há um paralelismo nos casos da Argentina e do Brasil no tocante ao contexto conjuntural de insatisfação geral com a democracia e suas principais instituições políticas – incluindo governos, parlamentos e partidos políticos, por exemplo. Apesar disso, essa insatisfação não tem levado a sociedade argentina a optar, até então,

por um governo de viés autoritário, realidade que contrasta com o caso brasileiro e a chegada ao poder de um presidente de extrema-direita como Jair Bolsonaro.

Apesar de ser observada a posição de defesa da democracia como valor político relevante em ambas as sociedades, questões vinculadas a indicadores de comportamento mais autoritário indicam que a sociedade brasileira demonstrou ser mais propensa a esse tipo de postura, sendo menos democrática ao ser comparada com o caso argentino. Desse modo, confirma-se a hipótese colocada no início da pesquisa.

Os resultados e constatações desta análise serão ampliados nas considerações finais. Esse espaço também será explorado para ponderar, de forma mais livre e ensaística, questões relativas ao cenário do início da década de 2020 e às perspectivas em relação ao populismo autoritário na Argentina, no Brasil e na América Latina.

## Considerações Finais

A exposição apresentada ao longo desta tese foi produto de uma investigação que se iniciou com um questionamento simples e objetivo: por que houve espaço político para o avanço de uma direita mais radical e populista no Brasil e não na Argentina? Para tentar responder a esse questionamento, surgiu a hipótese apresentada na introdução: com uma cultura política mais democrática, o caso argentino apresenta-se como menos propício ao surgimento de lideranças populistas radicalizadas, enquanto o caso brasileiro, com uma cultura política menos democrática, é mais susceptível à ascensão desse tipo de liderança populista autoritária.

Tal proposta deu-se no contexto das discussões acadêmicas recentes em torno da ascensão de políticos e governantes populistas autoritários de direita e a potencial ameaça que eles representam para as democracias liberais. É sabido que a maioria das democracias do Ocidente passou a lidar com uma nova forma de fazer política, incluindo o ataque a inimigos políticos – e não mais a “adversários” –, acusações de sabotagem e fraude em processos eleitorais sem maior fundamentação material, ameaças a jornalistas e mídia, ataques a minorias e acusações de falta de patriotismo; revelando a existência de uma situação de anomalia sistêmica. Essa nova dinâmica política trouxe agendas controversas que estiveram ausentes, até o momento, nos debates políticos tradicionais, incluindo assuntos como imigração, gênero, religião e nacionalidade, consolidando uma radicalização discursiva que deu lugar a uma polarização política com novos níveis de intolerância e hostilidade política.

A nova realidade foi interpretada pela academia como uma ameaça à clássica política de consenso que tem prevalecido nas sociedades democráticas, cruzando a fronteira da civilidade para cair em radicalismos. Estes teriam, por sua vez, potencial para perturbar o equilíbrio das democracias liberais.

Na revisão da literatura relativa às ameaças à democracia – que tem como principais expoentes Steven Levitsky e Yascha Mounk –, foi constatada a formatação de uma estrutura lógica bastante similar, em que os autores abordaram primeiramente o que seriam causas ou sintomas das democracias em crise, a partir da identificação de

fenômenos em comum – ainda que não fique claro, às vezes, se esses acontecimentos são causa ou efeito. Em seguida, em maior ou menor medida, os trabalhos passaram a detalhar propostas ou alternativas para superar as crises no intuito de retomar ou reconstruir a matriz das democracias liberais do século XX, ou ainda descrever possíveis cenários em momento posterior à democracia liberal.

Nesse contexto, Ronald Inglehart ofereceu um diagnóstico e conclusões diferentes, além de uma explicação metodologicamente diversa, baseada na tese da reação cultural, inserida na tradicional teoria da cultura política de Gabriel Almond. Tal perspectiva apontou que a ascensão de governantes populistas seria resultado de uma reação contra uma ampla variedade de rápidas mudanças culturais que estariam erodindo valores e costumes tradicionais das sociedades ocidentais.

Fazendo um contraponto à interpretação dominante sobre riscos e ameaças à democracia relacionados ao avanço, nos últimos anos, do populismo conservador autoritário, Inglehart sustentou que a situação registrada no início do século XXI não deve levar obrigatoriamente ao fim das democracias, entendendo que a democracia liberal continuará avançando numa trajetória atrelada à modernização pós-materialista. Todavia, o autor aponta que esse avanço não necessariamente se dará de modo linear e progressivo, podendo ser afetado por diversos eventos regressivos ao longo do caminho.

As pesquisas acadêmicas e ensaios apresentados na temática sobre estabilidade e crise democrática no início do século XXI surgiram num momento oportuno e importante diante do cenário complexo e desafiador para as democracias, aportando válidas reflexões. No entanto, foi necessário abordar de forma crítica alguns elementos presentes implicitamente nas argumentações desses trabalhos.

Um elemento em comum na bibliografia que abordou a relação entre democracia e populismo autoritário foi a omissão sobre os efeitos da economia neoliberal, sendo apontados preferencialmente problemas decorrentes de um déficit de ordem político-institucional ao mencionar causas e propor soluções para o aprimoramento da democracia, postura que negligenciou a variável da política e das relações de poder. Ao excluir da análise, por exemplo, as limitações que os governantes encontram a partir das imposições das regras de mercado e do poder econômico – ignorando a dinâmica do

capitalismo como principal gerador de desigualdades sociais –, os diagnósticos e soluções formulados acabaram ficando incompletos e parciais.

Um outro ponto observado foi a descrição do funcionamento das democracias liberais, tendo sempre como referência os casos de países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, sendo apresentados como modelos normativos e paradigmáticos que deveriam ser seguidos por outras democracias ao redor do mundo. Tal postura ignorou veladamente particularidades culturais e históricas dos países em desenvolvimento, variáveis que deveriam ser consideradas como relevantes ao se analisar diferentes casos ao redor do mundo.

Apesar dessas observações de ordem teórica e metodológica mencionadas, diversos acadêmicos na América Latina têm demonstrado que, com base numa reflexão crítica, mas ao mesmo tempo construtiva, os parâmetros estabelecidos por Inglehart em torno da teoria da cultura política apresentaram significativa consistência epistemológica para permitir a aplicação dessas ferramentas na análise de casos em outras regiões além dos países desenvolvidos. Considerando essas premissas, a presente tese entendeu como solução adequada a opção epistemológica de introduzir elementos histórico-sociais locais e regionais como alternativa para oferecer subsídios metodológicos a fim de anular o caráter normativo e etnocentrista da teoria da cultura política.

Ao combinar dados quantitativos e qualitativos para balizar a hipótese apresentada, foi possível avançar numa abordagem complementar que permitiu resgatar aspectos relevantes voltados para a realidade da cultura política argentina e brasileira com base nas respectivas experiências históricas. Desse modo, foi possível observar uma diferença importante no tocante à maior ou menor presença de traços autoritários nas sociedades em análise, variável importante para entender o espaço político que deu margem ao surgimento ou não de lideranças populistas autoritárias.

Partindo dessas premissas, esta tese colocou em segundo plano o avanço e ascensão de lideranças autoritárias a partir de questões conjunturais vinculadas a um desarranjo político-institucional da democracia liberal ou a uma reação cultural – como aponta a literatura sobre crise e ameaças à democracia. Nesse sentido, passou-se a priorizar a análise de traços autoritários históricos presentes em maior ou menor medida



na Argentina e no Brasil, combinando, assim, dados qualitativos e quantitativos relativos à cultura política de ambos os casos.

Logicamente, a tese não teve o objetivo nem a ambição de responder, por exemplo, por que Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil na disputa de 2018, ou por que o desconhecido candidato de extrema-direita na Argentina teve um desempenho eleitoral pífio nas eleições de 2019. A pergunta e a hipótese apresentadas apontaram ao objetivo de entender como a maior ou menor preponderância de determinados valores culturais na Argentina e no Brasil tiveram relevância para determinar o comportamento de ambas as sociedades.

Em termos de metodologia comparativa, os países latino-americanos caracterizam-se por apresentar uma combinação de semelhanças históricas incluindo a herança colonial e os desafios da construção de Estados-nações no período pós-independência – em paralelo a contrastes que refletem diversos padrões sociais, políticos e culturais. Nesse contexto, o cotejo entre nações como Argentina e Brasil apresentou-se à pesquisa como um campo de observação chamativo e particular, vez que os casos possuem um grande número de características sistêmicas em comum no âmbito das estruturas político-institucionais – como o sistema republicano, o federalismo e o presidencialismo –, mas se diferenciam, por exemplo, no processo de construção do Estado e nas características sociopolíticas decorrentes desse processo, sendo essa a brecha que foi explorada por este trabalho para explicar comportamentos diversos em relação à aparição ou não de líderes populistas autoritários.

O passo seguinte na pesquisa foi avançar na apresentação do conceito de populismo na América Latina, incluindo o histórico e os debates acadêmicos entre as diversas escolas de pensamento. Dessa forma, foi possível ponderar as limitações e vantagens epistemológicas para definir o tipo de abordagem adotada por esta análise para dispor de uma ferramenta metodológica adequada e útil às necessidades definidas na problematização e objetivos da pesquisa.

As contribuições do filósofo Ernesto Laclau foram um ponto de inflexão na discussão sobre o conceito de populismo, ao conseguir deslocar o eixo do debate em torno do populismo sem colocar em questão as contribuições anteriores. Para isso, Laclau

evitou as variáveis tempo e espaço – países ou períodos históricos específicos –, para pensar o populismo como um fenômeno em si, como uma prática política que possui uma dinâmica própria, indo além de ideologias. Ao colocar o populismo não como uma anomalia ou falha sistêmica, mas como uma prática política constitutiva que tem uma lógica e uma racionalidade, Laclau teve a intenção de resgatar o conceito de caráter pejorativo e marginal atribuído até então pela academia.

O ponto nevrálgico do argumento sobre o populismo passa pela existência e compartilhamento de uma dimensão política negativa nas diversas demandas insatisfeitas, sendo desafio do líder populista produzir um discurso com elevada eficácia para criar a necessária homogeneidade equivalencial de uma realidade muito heterogênea de demandas, tendo como objetivo final reduzir as particularidades. É esse processo, em que as partes passam a constituir o todo, que Laclau descreve como a “Razão Populista”.

Partindo dessa premissa, o autor propôs abordar o populismo a partir do seguinte questionamento: o que cabe perguntar não é se um determinado movimento é ou não populista, mas até que ponto é populista um movimento. A resposta é simples: o grau de populismo dependerá da distância e nível de antagonismo que separa as alternativas políticas em disputa.

O ponto mais polêmico em torno da ideia de populismo trazida por Laclau surgiu quando ele passou a defender um projeto político para a esquerda diante do mundo contemporâneo. Nesse sentido, o autor foi do campo teórico à ação política ao propor utilizar a via populista como alternativa para construir um movimento hegemônico com o objetivo de avançar rumo a uma democracia radical, libertária e plural.

Nesse contexto, Laclau acabou justificando implicitamente a utilização de práticas plebiscitárias com elevado potencial autoritário como forma de aprofundar a democracia. Isso fez com que o autor caísse num evidente paradoxo ao limitar ou desafiar o funcionamento das democracias liberais e suas instituições, visto que o populismo não consegue realizar-se completamente como projeto político em cenários de concorrência democrática.

Diante de tal posicionamento, foi obrigatório assumir uma postura crítica ao considerar os riscos da defesa do populismo como uma ferramenta legítima para a construção de um projeto hegemônico que funcione como remédio à falta de democracia. Ocorre que a radicalização democrática defendida por Laclau tem claro potencial de levar ao fim as instituições democráticas e à negação da política em si.

Seguindo a sequência proposta no início, o passo seguinte avançou na apresentação do contexto histórico, social e político dos processos de modernização no Brasil e na Argentina a fim de colocar em evidência os contrastes na formação da cultura política em cada caso. Apesar disso, destacou-se também o caráter autoritário como marca presente nos dois países ao longo dos diferentes períodos históricos, desde a época da colônia até os processos de redemocratização nas últimas décadas do século XX.

A premissa que norteou o capítulo foi a impossibilidade de se analisar e obter conclusões sobre a relação entre cultura política e populismo autoritário sem antes considerar elementos como escravidão, racismo, patriarcalismo, patrimonialismo, corrupção, desigualdade, violência e autoritarismo, traços tão característicos na formação histórica da Argentina e do Brasil. Dessa forma, objetivou-se vincular comparativamente elementos do passado à formação política e à cultura política de ambos os casos.

Em termos metodológicos, tal ação fez necessária para dar uma solução ao caráter normativo e etnocentrista da teoria da cultura política. A partir da inclusão e análise de dados qualitativos provenientes da história, da sociologia e da antropologia, foi possível utilizar recursos epistemológicos mais adequados para entender a realidade da América Latina e continuar a usufruir do valioso arcabouço teórico oferecido pela teoria da cultura política, mas sem cair na armadilha do normativismo e da causalidade decorrente da lógica que vincula mecanicamente uma determinada cultura política como condição obrigatória para constituir uma democracia liberal.

Sobre as similitudes e diferenças de cada período histórico abordado, foram observados paralelamente pontos de contato e discrepâncias importantes ao longo do processo de formação da Argentina e do Brasil. Esses elementos permitiram estabelecer contrastes relevantes, demonstrando que o caso brasileiro, em termos de formação histórica e cultura política, apresentou um perfil mais conservador e autoritário em relação

ao caso argentino, que, mesmo mantendo também antecedentes autoritários, atenuou essa característica a partir da formação de uma sociedade mais liberal e mais afim aos valores democráticos.

O resultado concreto dessa etapa da pesquisa permitiu vincular comparativamente elementos do passado relativos à formação política, oferecendo elementos para contextualizar o avanço de uma direita mais radical no Brasil e a falta de espaço político na Argentina para esse tipo de proposta. Com isso, torna-se possível afirmar que essa situação não só decorre de uma frustração conjuntural em relação à democracia, ou ainda de uma reação cultural – segundo interpretação da literatura dominante –, mas reflete também a essência histórica da cultura política de brasileiros e argentinos.

Ao avançar na análise de dados quantitativos referentes ao comportamento político de argentinos e brasileiros, os números apresentados reforçaram a percepção obtida a partir da análise qualitativa, pois foi observado um paralelismo nos casos da Argentina e do Brasil no tocante ao contexto conjuntural de insatisfação geral com a democracia e suas principais instituições políticas – incluindo governos, parlamentos e partidos políticos, por exemplo. No entanto, essa realidade não levou a sociedade argentina a optar por um governo de viés autoritário, situação que contrasta com a realidade brasileira, marcada pela eleição de um presidente de extrema-direita como Jair Bolsonaro.

Apesar de ser observada uma posição de defesa da democracia como valor político relevante em ambas as sociedades, questões vinculadas a indicadores de comportamento mais autoritário apresentaram que a sociedade brasileira é mais propensa a esse tipo de postura. Nesse sentido, essa sociedade mostrou-se menos democrática ao ser comparada com o caso argentino, confirmando, assim, a hipótese colocada no início da tese.

Em relação ao caso argentino e a novidade política representada por Javier Milei, é necessário mencionar a interferência da dinâmica partidária, em que terceiras forças, na Argentina, têm nascido e desaparecido desde a redemocratização em 1983. Desde então, a única força política que conseguiu prevalecer foi o PRO de Maurício Macri, sucesso que se explica pelo enfraquecimento da UCR depois do fracasso político do governo de Fernando de la Rúa (1999-2001). Esse cenário foi o que levou a uma aliança eleitoral de

ganha-ganha entre as duas forças, explorando a renovação trazida pelo macrista PRO junto à capilaridade nacional aportada pela UCR.

Nesse contexto, Milei pode ser interpretado como um caso não muito diferente de outros fenômenos políticos surgidos desde 1983. O sucesso eleitoral dele pode ser explicado mais pela frustração das classes altas da cidade de Buenos Aires em relação à aliança política de direita de *Juntos por el Cambio* de Mauricio Macri, que optaram por se expressar mais como um voto de protesto e menos como um voto ideológico.

Logicamente, a emergência política de Milei no cenário eleitoral argentino tendeu a ser vinculada naturalmente ao fenômeno político da *alt-right* (direita alternativa radicalizada), movimento que inclui os casos de Trump e Bolsonaro, por exemplo. É obrigatório mencionar também o espaço que Milei e Espert têm ganhado na grande mídia de Buenos Aires durante o processo eleitoral e pós-eleitoral, obtendo exposição e ganhos evidentes em termos de projeção de imagem nacional, já que a Capital Federal sempre foi referência política para o resto do país. No entanto, há um fato dentro do sistema político argentino que não pode ser ignorado: a cidade de Buenos Aires, onde foi eleito Milei, é um distrito eleitoral muito específico e particular no mapa nacional, âmbito em que o peronismo nunca venceu desde 1983, oferecendo tradicionalmente um espaço para o surgimento de terceiras forças políticas. Com essa premissa, preliminarmente parece difícil que o sucesso do libertário se repita em outros locais, visto que o sistema proporcional argentino é mais restrito e tende a formar sempre um bipartidarismo, com o peronismo e o macrismo sendo atores predominantes na maioria dos distritos eleitorais.

A possibilidade de Milei chegar ao governo no futuro não pode ser descartada de raiz, mas o sistema eleitoral argentino é restritivo e tende a limitar o poder de terceiras forças disruptivas. Para poder avançar rumo ao poder, por exemplo, Milei preliminarmente teria que estabelecer alianças com outras forças políticas para ganhar capilaridade nacional, o que parece ser difícil ao considerar a postura reativa dele em relação ao sistema político tradicional. Sobre governabilidade, o Poder Legislativo argentino renova sua composição de forma parcial, similarmente ao modelo dos Estados Unidos, situação que abre dúvidas sobre como Milei teria governabilidade com uma posição minoritária no Congresso.

O caso brasileiro, contrariamente, tem um sistema de partidos menos institucionalizado (GABIATI, 2006), ficando mais suscetível à reação do eleitor, atrelada, por sua vez, à conjuntura política. A eleição de Bolsonaro em 2019, então, não só poderia ser explicada ao vincular a cultura política, mas deveria ponderar outro tipo de variável, como as configurações institucionais, situação que também ficaria ilustrada na eleição de um Congresso Nacional com destacado perfil conservador, fato nunca visto desde a redemocratização, em 1985.

O que chama a atenção em relação a Bolsonaro, entretanto, é a resiliência e fidelidade de seus apoiadores, pois, apesar dos fracassos constantes na economia e na gestão da pandemia do Covid-19, o presidente brasileiro, segundo revelaram repetidas pesquisas entre 2020 e 2022, possui uma base social consolidada, com claro perfil reacionário e conservador, realidade que o confere uma aprovação próxima a de 30% da população. Esse fato se reflete também nas pesquisas eleitorais, mantendo o nome de Bolsonaro como um candidato competitivo para a eleição presidencial de 2022.

Diante do apresentado, o cenário conjuntural dos casos argentino e brasileiro confirma a problematização e hipótese desta tese, sendo identificados traços menos democráticos na sociedade brasileira, revelando, ainda, que o fenômeno eleitoral de Bolsonaro vai muito além da chegada de uma figura politicamente pitoresca à Presidência da República. Bolsonaro é simplesmente o lado visível da face autoritária de uma parte importante da sociedade brasileira, segmento que até aqui não tinha conseguido ser representado politicamente por uma figura ideologicamente mais fiel.

Como observação final, cabe mencionar a necessidade de observar também o desenvolvimento do caso argentino no tocante a mudanças na cultura política, cuja degradação dos índices de desenvolvimento humano vem sendo confirmada a cada levantamento. Dentro dessa informação, estão incluídos os dados que indicam uma constante deterioração da educação, realidade que reflete o desmonte do sistema de educação pública ao longo das últimas décadas. Essa nova realidade, aliada à chegada de novas gerações que carecem de memória política no tocante à herança da ditadura militar de 1976, pode contribuir para incentivar mudanças na cultura política com uma eventual perda de apego aos valores democráticos, incentivando a chegada de eventuais líderes populistas autoritários.



## Referências

### Referências bibliográficas

ABAL MEDINA (h), Juan Manuel. Elementos para una teoría contemporánea de los partidos políticos. *In*: CAVAROZZI, Marcelo e ABAL MEDINA, Juan Manuel (h.). **El asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal**. Rosario: Homo Sapiens, 2002, p.33-54. Mimeografado.

ABAL MEDINA (h), Juan Manuel; SUÁREZ CAO, Julieta. Análisis crítico del sistema electoral argentino. Evolución histórica y desempeño efectivo. **Revista de Ciencias Sociales**, Quilmes, n. 14, p. 120-150. 2003. Disponível em: <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/1192>. Acesso em 23. Ago. 2021.

ABAL MEDINA (h), Juan Manuel, SUÁREZ CAO, Julieta; NEJAMKIS, Facundo. “Reglas similares, resultados distintos: las instituciones políticas argentinas y brasileñas en perspectiva comparada”. *In*: ÁLVAREZ, Carlos ‘Chacho’ (org.). **La Argentina de Kirchner y el Brasil de Lula**. Buenos Aires: Prometeo, 2003. p. 241-263.

ABREU, Luciano. Autoritarismo e Democratismo: uma leitura do Estado Novo. *In*: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - VESTÍGIOS DO PASSADO, 2008, Porto Alegre. Porto Alegre: Anais Eletrônicos da ANPUH/IFCH-UFRGS, 2008. p. 1-10.

\_\_\_\_\_. A construção de uma “verdadeira nação no Brasil”: nacionalismo, autoritarismo e corporativismo. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, jan/jun. 2015. p. 268-282. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456385017>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ADAMOVSKY, Ezequiel. **Historia de la Argentina. Biografía de un país. Desde la conquista hasta nuestros días**. Buenos Aires: Crítica, 2020.

ALBERDI, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina**. Madrid: Iberia Literatura, 2015. *E-book*.

ALMOND, Gabriel. The intellectual history of the civic culture concept. *In*: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (orgs.). **The civic culture revisited**. New York: Sage, 1989. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science**. New York: Sage, 1990. Mimeografado.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. New York: Princeton University Press, 2015. *E-book*.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000200004>. Acesso em: 18 out. 2020.



AMES, Barry. Disparately seeking politicians: strategies and outcomes in Brazilian Legislature election. In: PEDONE, Luiz (Org.). **Sistemas Eleitorais e Processos Políticos Comparados**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

ARAÚJO, Cleiton dos Santos. **Matrizes do pensamento político autoritário no Brasil republicano: 1889-1964**. Orientador: Vamireh Chacon. 2006. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ARDITI, Benjamín. El populismo como espectro de la democracia: una respuesta a Canovan. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, Vol. XLVII, núm.191, p. 86-99, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42119105>. Acesso em: 14 mar. 2020.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020. *E-book*.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; RANINCHESKI, Sonia. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 32, 2016, p. 9-38, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/200845/001050761.pdf?sequence=1>  
Acesso em: 14 ago. 2021

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD/?format=pdf&lang=pt>  
Acessado em: 22 mai. 2020

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz E Terra, 2009.

BOTANA, Natalio. La reforma política de 1912. In: GIMÉNEZ, Marcos (org.). **El Régimen Oligárquico**. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

\_\_\_\_\_. **El Orden Conservador: La Política Argentina Entre 1880 e 1916**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

\_\_\_\_\_. **La tradición republicana**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

BOTANA, Natalio; GALLO, Ezequiel. **De la República posible a la República verdadera (1880-1910)**. Buenos Aires: Ariel, 1997.

CALVO, Ernesto; ESCOLAR, Marcelo. **La Nueva Política de Partidos en la Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 1, 2003, p. 153-193. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Kg8PPsPjsvMMPg5zBZWrsmk/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 18 set. 2020.

CAO, Horacio; RUBINS, Roxana. La Cuestión Regional y La Conformación del Estado-Nación en la Argentina. **Cuaderno CEPAS**, Buenos Aires, n.2, 1996. Mimeografado.

CAPISTRANO, Daniel; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. O Papel do Estado e Cultura Política na Argentina e no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, n° 2, nov., 2010, p. 338-365.

CARDOSO, Adalberto; GINDIN, Julián. O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014). **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 13-37. 2017

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento”. In: CARMAGNANI, Marcello (org.) **Federalismos Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 51-80.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. Cultura Política: a Tentativa de Construção de um Conceito Adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 2, n. 1, jan.-jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-96. 2011.

\_\_\_\_\_. **Cultura política comparada. Democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília, Verbena, 2014.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; CAPISTRANO, Daniel. Cultura política pós-consenso de Washington: o conceito de cultura cívica e a mudança política na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 75-97, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/3139/2883>. Acesso em: 16. mar. 2020.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira, SANTOS, Débora de Oliveira; BEAL, Luana. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Sul e da Europa. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 99-125, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/109421/59767>. Acesso em: 25 set. 2021.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; VIZCARRA CASTILLO, Sofia. Una democracia frágil sin valores democráticos: Brasil en el siglo XXI. **Revista Política y Sociedad / Universidad Complutense**, Madrid, v 57, n. 3, p. 671-692, 2020. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232526/001132027.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 ago 2021.

CASTRO GOMES, Angela. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 31-58. 1996. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-2.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf). Acesso em: 21 out. 2020.

\_\_\_\_\_. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-58. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, p. 55-68, dez. 2002. Mimeografado.

CASULLO, María Esperanza. El gobierno de Mauricio Macri: entre lo nuevo y lo viejo. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 264, 2016. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/el-gobierno-de-mauricio-macri-entre-lo-nuevo-y-lo-viejo/>. Acesso em: 22 set. 2021.

CAVAROZZI, Marcelo. El esquema partidario argentino: partidos viejos, sistema débil. In: CAVAROZZI, Marcelo; GARRETÓN, Manuel (orgs.). **Muerte y Resurrección. Los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones en el Cono Sur**. Santiago de Chile: FLACSO, 1989.

\_\_\_\_\_. **Autoritarismo y democracia (1955 -1996). La transición del Estado al Mercado en la Argentina**. Buenos Aires: Ariel, 1997.

CHERESKY, Isidoro. Las elecciones nacionales de 1999 y 2001. Fluctuación del voto, debilitamiento de la cohesión partidaria y crisis de representación. In: CHERESKY, Isidoro; BLANQUER, Jean (orgs.). **De la Ilusión Reformista al Descontento Ciudadano. Las elecciones en la Argentina, 1999 y 2001**. Rosario: Homo Sapiens, 2003, p.19-51.

CHERESKY, Isidoro e BLANQUER, Jean. **¿Qué cambió en la política argentina?** Rosario: Homo Sapiens, 2004.

CHIARAMONTE, José. **Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina, 1800-1846**. Buenos Aires: Ariel, 1997.

COLLIER, Ruth e COLLIER, David. **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America**. New Jersey: Princeton University Press, 1991. Mimeografado.

CONADEP. **Nunca más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Edición Conmemorativa a 40 años del golpe de Estado de 1976**. Buenos Aires: Eudeba, 2016.

COUTO, Cláudio. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. São Paulo: Autêntica Editora, 2021. *E-book*.

DAHL, Robert. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

\_\_\_\_\_. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Democracia e Seus Críticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DE MARZIANI, Sofía. El negacionismo en el discurso político de José Luis Espert y Juan José Gómez Centurión. **Actas de Periodismo y Comunicación Social**, La Plata, v. 7, n. 1 2021. Disponível em: [http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/127663/Documento\\_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/127663/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1). Acesso em: 11 set. 2021.

DI TELLA, Torcuato. Populismo y reforma en América Latina. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 4, n. 16, p. 391-425, abr-jun. 1965. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/3465879.pdf?refreqid=excelsior%3A6dd353f5d2eaf4ad5a4e654c8e9b8786>. Acesso em: 23 jan. 2020.

DUCATENZEILER, Gabriela; OXHOM, Philip. Democracia, autoritarismo y el problema de la gobernabilidad em América Latina”. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.34, n.133. 1994.

DUHALDE, Eduardo Luis. **El Estado Terrorista argentino. Quince años después**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993. Mimeografado.

ESTEPA, Constanza; MAISONNAVE, Andrés. Poder Judicial, medios de comunicación y política: Lawfare en Argentina. **Nullius - Revista de pensamiento crítico en el ámbito del Derecho**, Ecuador, v. 1, n. 2, p. 70-89. 2020. Disponível em: <https://revistas.utm.edu.ec/index.php/Nulluis/article/view/2476>. Acesso em: 22 set. 2021.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 1993, p. 14-29. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25950/27681>. Acessado em 21 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. *E-book*.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Argentina e Brasil: um ensaio de história comparada (1850-2000)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

FOA, Roberto; MOUNK, Yascha. The danger of deconsolidation: the democratic disconnect. **Journal of democracy**, Baltimore, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2016/07/FoaMounk-27-3.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2020.

FREIRE, Silene de Moraes. Pensamento Autoritário e Modernidade no Brasil. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 23, p. 203-221, jul. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/455/563>. Acesso em: 18 set. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global Editora, 2019.  
GALLO, Ezequiel; CORTÉS CONDE, Roberto. **La República Conservadora**. Buenos Aires: Hispamérica, 1986.

GABIATI, Osvaldo Leandro. **O poder de veto dos governadores na política nacional: uma comparação a partir dos sistemas de partido na Argentina e no Brasil**. Orientador: David Fleischer. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GERMANI, Gino. Clases Populares y Democracia Representativa en América Latina. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 23-43, jul-sep. 1962. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/3465689.pdf?refreqid=excelsior%3Ad06dbf47710dcec86c1215a4aefda48a>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Democracia representativa y clases populares. *In*: GERMANI, Gino; DI TELLA, Torcuato; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. México: Era, 1973, p. 12-37. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Política y sociedad en una época de transición**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1979. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Authoritarianism, Fascism, and National Populism**. Abingdon: Routledge, 2019. *E-book*.

GOMES, Marcus Alan de Melo. Crítica à cobertura midiática da Operação Lava Jato. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 122, p. 229-253. 2016. Mimeografado.

GOULART, Mayra. O populismo para além de Laclau: entre a expansão do demos e a desfiguração do liberalismo? **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, n. 9 n. 1, p. 49-70, julho. 2018.

GUADALUPE, José Luis Pérez; GRUNDBERGER Sebastian (orgs.). **Evangélicos y poder en América Latina**. Lima: Instituto de estudios social cristianos, 2018.

GUZMÁN, Florencia. Africanos en la Argentina. Una reflexión desprevenida. **Revista Andes/Universidad Nacional de Salta**, Salta, n. 17, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12701705>. Acesso em: 18 out. 2020.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos: 1750-1850**. Madrid: Alianza, 1985.

\_\_\_\_\_. **Historia Contemporánea de América Latina**. Madrid: Alianza, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

INGLEHART, Ronald. **The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics**. Princeton: Princeton University Press, 2015. *E-book*.

\_\_\_\_\_. The danger of deconsolidation: how much should we worry? **Journal of democracy**, Baltimore, v.27, n.3, p. 18-23, 2016. Disponível em: <http://pscourses.ucsd.edu/ps200b/Inglehart%20How%20Much%20Should%20we%20Worry.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Cultural Evolution: people's motivations are changing and reshaping the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. *E-book*.

\_\_\_\_\_. **Modernization and post-modernization – cultural, economic and political change in 43 societies**. Princeton: Princeton University Press, 2020. *E-book*.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash**. **Harvard Kennedy School Faculty Research, Working Paper Series RWP16-026**. Boston: Harvard Kennedy School, 2016. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/publications/trump-brexit-and-rise-populism-economic-have-nots-and-cultural-backlash>. Acesso em: 21 jul. 2019.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

KINZO, Maria D'alva. Partidos políticos y proceso decisorio democrático: el caso brasileño. In: CAVAROZZI, Marcelo (org.). **Hacia una matriz de gobierno en América Latina. Instituciones del Estado, la Sociedad Civil y el Mercado**. Buenos Aires: Universidad Nacional de San Martín - BID, 1999. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Partidos, eleições e democracia no brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Viçosa, v.19, n.54, 2004, p.23-40. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**, v. 20, n. 57, p. 65-81. 2005.

LACLAU, Ernesto. Populismo: ¿Qué nos dice el nombre? *In*: PANIZZA, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 51-70.

\_\_\_\_\_. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2012. *E-book*.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LATINOBARÓMETRO. **Página inicial**. c.2021 Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=724>. Acesso em: 23 ago. 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **Transição e Consolidação da Democracia. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

LOPEZ, Ernesto. Argentina: um longo caminho rumo ao controle civil sobre os militares. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor (org.). **Controle civil sobre os militares: e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: UNESP, 2007. p.15-32.

MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e Limites das Teorias da Modernização. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 169-192, jul./set. 1970.

MALAMUD, Andrés. ¿Se está muriendo la democracia? **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.282, p. 30-42. 2019. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39490/1/ICS\\_AMalamud\\_SeEsta.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39490/1/ICS_AMalamud_SeEsta.pdf). Acesso em 11 ago. 2019.

MARIANO, Ricardo; DIRCEU André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista da USP**, São Paulo, n. 120, p 61-76. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155531/151189>. Acesso em: 11 out. 2021

MERQUIOR, José Guilherme. **Liberalismo viejo y nuevo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MILEI, Javier. **El caminho libertário**. Buenos Aires: Planeta, 2022.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sóciopolíticas da legitimidade democrática no Brasil**. São Paulo: Ática, 2006.

MOREIRA, João Flávio de Castro. **As políticas de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Argentina (1989-2009)**. Orientador: Afrânio Mendes Catani. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2013.

MOUFFE, Chantal. El “fin de la política” y el desafío del populismo de derecha. *In*: PANIZZA, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 71-96.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. *E-book*.

MUNCK, Ronaldo. After the Transition: Democratic Disenchantment in Latin America. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, Amsterdam, n. 55, p. 7–19. 1993. Disponível em: [www.jstor.org/stable/25675592](http://www.jstor.org/stable/25675592). Acesso em: 07 fev. 2020.

MUSSI, Daniela; CRUZ, André. Os Populismos De Francisco Weffort. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, p. 1-21, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v35n104/1806-9053-rbcsoc-35-104-e3510409.pdf>  
Acesso em: 23 jul. 2020.

NASCIMENTO, Kamila. O populismo na perspectiva de Ernesto Laclau: uma alternativa para a esquerda? **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 32-49, julho. 2018.

NATANSON, José. Argentina: elecciones en tiempos de grieta. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 281. 2019. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/argentina-elecciones-grieta-macrismo-kirchnerismo/>. Acesso em 25 set. 2021.

NEGRI, Camilo. O desenho de pesquisa comparativo em Ciências Sociais: reflexões sobre as escolhas empíricas. **Série CEPPAC**, Brasília, v. 35, p. 1-19, 2011. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17268/1/ARTIGO\\_DesenhoPesquisaComparativo.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17268/1/ARTIGO_DesenhoPesquisaComparativo.pdf). Acesso em: 25 ago. 2019.

NÉIA, Vitor Hugo Silva. Educação e identidade nacional argentina (1884-1913). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 53-71, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/50250/33292>. Acesso em 21 out. 2020.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689 -720. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Mm8QL3xjPYBMN4bhGQWypLS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021

NOHLEN, Dieter; THIBAUT, Bernhard. Investigación sobre la transición en América Latina: enfoques, conceptos, tesis. *In*: **Democracia y neocrítica en América Latina**. NOHLEN, Dieter (org.) Madrid: Iberoamericana Vervuert, 1995. p. 28-58. Mimeografado.



NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. *E-book*.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. São Paulo: Vértice, 1986. Mimeografafo.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies. *In*: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (orgs.). **Transitions From Authoritarian Rule: Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. Mimeografafo.

O'DONNELL, Guillermo; WHITEHEAD, Laurence; SCHMITTER, Philippe (orgs.). **Transitions From Authoritarian Rule: Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. Mimeografafo.

OLIVEIRA, Kaithy das Chagas. **Folhas libertárias na América Latina: disputas pelos sentidos políticos das Escolas Populares no início do século XX, na Argentina e no Brasil**. Orientador: Camilo Negri. 2021. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Estudos Latino-americanos, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2021.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José. **Instituições políticas brasileiras**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. Mimeografafo.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo n. 18, p 53-69. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18078.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

PANIZZA, Francisco. Introducción. El populismo como espejo de la democracia. *In*: PANIZZA, Francisco (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 9-49.

PARSONS, Talcott. **The Social System**. Abingdon: Routledge, 2013. *E-book*.

PINHEIRO MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro. Oficina Raquel, 2019. *E-book*.

PINTO, Céli Regina Jardim. Ernesto Laclau: da democracia radical ao populismo. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 10, n. 24, p. 22-38, set.-dez. 2018. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4985/2017\\_pinto\\_ernesto\\_laclau\\_democracia.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4985/2017_pinto_ernesto_laclau_democracia.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 22 out. 2020.

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **La próxima frontera: desarrollo humano y el Antropoceno. Nota informativa para los países acerca del Informe sobre Desarrollo Humano**. New York: PNUD, 2020. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/countries>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. *E-book*.

PRATA, Hugo; ALVES, Edmundo. Brasil e Argentina: uma síntese histórica da educação colonial às ditaduras civil-militares. **Revista Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 134-176. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-colonial>. Acesso em: 18 mai. 2020

PRZEWORZKI, Adam. **Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The Logic of Comparative Social Inquiry**. New York: John Wiley & Sons, 1970. Mimeografado.

PUIGGRÓS, Adriana. **Qué pasó en la educación argentina: breve historia desde la conquista hasta el presente**. Buenos Aires: Editorial Galerna, 2018. *E-book*.

QUE É O ADEMARISMO? *In*: SCHWARTZMAN, S. **O pensamento nacionalista e os "Cadernos de nosso tempo"**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Câmara dos Deputados, 1981. p. 23-30.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2000. p. 107-126. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 16 nov. 2020.

RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. Democracia, crenças e cultura política na América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, n. 11, p. 27-44, jul.-dez. 2012. Mimeografado.

REIS FILHO, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. *In*: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-377.

\_\_\_\_\_. Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 87-108, 2007. Mimeografado.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre, p. 71-92. 1998.

RIBEIRO, Ednaldo. A consistência das medidas de pós-materialismo: testando a validade dos índices propostos por R. Inglehart no contexto brasileiro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 371-400, mai.-ago. 2007. Mimeografado.

RIBEIRO, Gustavo Lins. "Tropicalismo e europeísmo. Modos de representar o Brasil e a Argentina. In: LINS RIBEIRO, Gustavo; FRIGERIO, Alejandro (orgs.). **"Argentinos e brasileiros. Encontros, imagens e estereótipos"**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 237-264.

ROMERO, Luis Alberto. La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión." In: PÉROTIN-DUMON, Anne (org.). **Historizar el pasado vivo en América Latina**. Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dZ6tw8ndhfXFhC6P4PQkSBM/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Breve historia contemporánea de la Argentina: 1916-2010**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012. *E-book*.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018. *E-book*.

SANTOS, André Marenco. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos; SAÉZ, Manuel (orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo, Civilización y barbarie**. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572061936006>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SECRETO, María Verónica. Os escravos de Buenos Aires. Do terceiro pátio à rua: a busca do tolerável (1776-1814). **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 33, p. 23-49. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042012000200002>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SEMÁN, Pablo. ¿Quiénes son? ¿Por qué crecen? ¿En qué creen?: Pentecostalismo y política en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 280, p. 26-46. 2019.

SCHMITTER, Phillipe. (orgs.). **Transitions from Authoritarian Rule: Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. Mimeografado.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. *E-book*.

SOUZA, Bruno Mello. Transições à Democracia, Cultura Política e Capital Social no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Pesquisa em Ciência Política**, Teresina, v. 5, n. 4 out.-dez. 2016.

SOUZA, Bruno Mello; GALLO, Carlos Artur. Legados culturais do autoritarismo: elementos para uma análise sobre o Brasil e a Argentina. **Revista Memorare**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 129-144, 2017. Disponível em:

[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare\\_grupep/article/view/5694](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/5694). Acesso em: 21 set. 2020.

SCHARAGER, Andrés. Más allá del lawfare: avatares de la judicialización de las políticas públicas y los conflictos sociales en Argentina y América Latina. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 12. n. 1, p. 280-305. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/47181/33493>. Acessado em 19 set. 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. **O pensamento nacionalista e os "Cadernos de nosso tempo"**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Câmara dos Deputados, 1981.

TAYLOR, Carl. **Rural Life in Argentina**. Charleston: Forgotten Books, 2018. Mimeografado.

VALENTE, Júlia Leite. “Polícia militar” é um oxímoro: a militarização da segurança pública no Brasil. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília, n. 10, p. 204-224. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/2646/2076>. Acesso em: 28 set. 2021.

VILAS, Carlos. ¿Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del “neopopulismo” latino-americano. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 135-151, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/kbjTv3BhFnBnLNV4yVbwnqn/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 12 abr. 2020

WASSERMAN, Claudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: Wassermann, C. (org.). **História da América Latina: cinco séculos**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010. p. 177-214. Mimeografado.

WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: IANNI, O. *et al.* **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 159-198. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz & Terra, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. *E-book*.

WORSLEY, Peter. O conceito de populismo. In: TABAK, Fanny. (org.). **Ideologias – Populismo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. p. 23-78. Mimeografado.

WORLD VALUES SURVEY. **Página inicial**. c.2020 Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ZAVERUCHA, Jorge. As prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 56-65.1992.

